



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
CAMPUS AVANÇADO PROF^a. MARIA ELISA DE A. MAIA – CAMEAM
Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no
Semiárido – PLANDITES
Curso de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no
Semiárido

VERÔNICA DE FÁTIMA FERNANDES BARBOSA

O CRÉDITO INSTALAÇÃO E A MELHORIA DE VIDA DOS ASSENTADOS NO
SEMIÁRIDO CEARENSE: O CASO DO ASSENTAMENTO JERIMUM, CANINDÉ/CE

Pau dos Ferros
2019

VERÔNICA DE FÁTIMA FERNANDES BARBOSA

**O CRÉDITO INSTALAÇÃO E A MELHORIA DE VIDA DOS ASSENTADOS NO
SEMIÁRIDO CEARENSE: O CASO DO ASSENTAMENTO JERIMUM, CANINDÉ/CE**

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido- PLANDITES, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido.

Orientador: Prof. Dr. Francisco do O' de Lima Junior

Pau dos Ferros

2019

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

B238c Barbosa, Verônica de Fátima Fernandes

O Crédito Instalação e a melhoria de vida dos assentados no semiárido cearense: o caso do assentamento Jerimum, Canindé, CE. / Verônica de Fátima Fernandes Barbosa. - Pau dos Ferros, RN, 2019. 143p.

Orientador(a): Prof. Dr. Francisco do O de Lima Junior.
Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Assentamentos rurais. 2. Desenvolvimento rural. 3. Crédito rural. 4. Crédito Instalação. 5. Qualidade de vida. I. Lima Junior, Francisco do O de. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

VERÔNICA DE FÁTIMA FERNANDES BARBOSA

**O CRÉDITO INSTALAÇÃO E A MELHORIA DE VIDA DOS ASSENTADOS NO
SEMIÁRIDO CEARENSE: O CASO DO ASSENTAMENTO JERIMUM, CANINDÉ/CE**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação de Mestrado elaborada por Verônica de
Fátima Fernandes Barbosa, como requisito para
obtenção do grau de Mestre em Planejamento e
Dinâmicas Territoriais no Semiárido.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francisco do O' de Lima Junior
(Presidente/Orientador)

Prof.Dr. Cícero Nilton Moreira da Silva
(membro avaliador interno)

Prof.Dr. João Luís do Nascimento Mota
(membro avaliador externo)

AGRADECIMENTOS

Ao universo, por nos ter apresentado, a mim e à minha filha, Liz Gabrielle, o local de nascimento de minha mãe pelo caminho do estudo. À minha mãezinha, Maria José, pelo incentivo para realizarmos nossos desejos e pela sua incessante disposição de retornar conosco ao território que guarda tantas memórias afetivas de nossa estirpe. Ao meu pai, Francisco Nazareno (*in memoriam*), pela indubitável torcida para o alcance de mais esse objetivo.

Ao meu orientador, professor Dr. Francisco do O' de Lima Junior, pela leveza, confiança e autonomia que me foi dada durante todo o processo de orientação, pela sua dedicação a essa dissertação mesmo em um período de grande desafio em sua vida profissional: a eleição em que foi escolhido Reitor da Universidade Regional do Cariri. Mesmo com diversas atividades profissionais, foi além da função de orientador me ajudando na construção do Índice de Qualidade de Vida. Quanta satisfação a minha ter a oportunidade de ser sua orientanda e de conviver com um profissional tão competente e comprometido com a qualidade da educação em tempos de desinvestimento e desmonte da Universidade pública brasileira!

Aos membros da banca examinadora pela disponibilidade em contribuir com esse trabalho, em especial ao Professor Dr. Cicero Nilton Moreira da Silva, que me incentivou a participar da seleção desse mestrado e me apoiou, durante o trajeto acadêmico, nos momentos de dúvidas e dificuldades, com seu olhar sempre complacente, acreditando no potencial dessa investigação e estimulando às minhas capacidades. Ao final das nossas conversas, a sensação que me preenchia era de sintonia, clareza, pleno entendimento e concordância. Certa vez, brincamos que parecíamos “irmãos de outras vidas”....quem pode garantir que isso não seja verdade?

À minha filha, Liz Gabrielle, por sempre me apoiar e me incentivar nas minhas escolhas, sempre dizendo “vai dar certo”, pelo interesse em me acompanhar no trabalho de campo – oportunidade em que conheceu um assentamento rural – e por seu maravilhoso olhar fotográfico, conseguindo captar pelas lentes um pouco da vida em um projeto de

assentamento.

Ao meu companheiro, João Marcelo, minha eterna gratidão pela disposição em dividir, com leveza, os “pesos da vida”. Pela compreensão das minhas ausências enquanto me dedicava ao mestrado e pelo apoio nos momentos de cansaço, tensão e estresse inerentes ao processo de produção científica.

As famílias do assentamento Jerimum pelo modo carinhoso e solícito que sempre me acolheram e por acreditarem no valor dessa pesquisa;

Pela minha liberação para o mestrado, agradeço ao INCRA, nas pessoas do então Superintendente, Sr. Marcos César Calls de Oliveira e a toda Divisão de Administração, em nome de Luiz Gilberto da Costa Pereira. Aos colegas do INCRA que me apoiaram com informações, aqui representados em nome de André Gonçalves, minha gratidão pela disponibilidade.

Pelo apoio dentro e fora do INCRA, não apenas em relação ao Mestrado, agradeço à minha amiga irmã Conceição Coutinho pelo debate teórico, conversas descontraídas, desabafos e por me apresentar as ideias de Amartya Sen. Por ter me apresentado Eduardo Sanguinet, que tanto me ajudou nas discussões sobre Índice de Qualidade de Vida.

À coordenação do PLANDITES, nas pessoas de Larissa Silva e Luciano Dias, a minha gratidão pela permanente disposição em ajudar. Meu agradecimento à amiga Liêssa Dias, que conheci através do Mestrado e que levarei para a vida, por toda a ajuda nos momentos mais difíceis, pelas trocas de conhecimentos, desabafos, “puxões de orelha”, por me acolher em sua casa durante as “conexões” feitas em Mossoró/RN e pelos incentivos para acreditar e não desistir dos meus objetivos.

Aos seres sagrados, minha eterna gratidão por sempre me protegerem durante a caminhada. Por permitir que nada de ruim acontecesse durante os inúmeros deslocamentos de Fortaleza à Pau dos Ferros/RN e por ter colocado todas essas pessoas em meu caminho.

RESUMO

Para Amartya Sen, as oportunidades sociais devem ser proporcionadas com base na justiça social e equidade, sendo a expansão das liberdades o fim e o meio dos processos de desenvolvimento, que devem eliminar as privações que limitam às escolhas das pessoas. Esta dissertação contribui para o debate em torno das estratégias contemporâneas de desenvolvimento rural no Brasil ao analisar o crédito instalação, ação pública complementar à política de assentamentos rurais, como instrumento de expansão das capacidades e da qualidade de vida dos beneficiários. Para isso, foram elencadas as variáveis de análise moradia, acesso à água, trabalho/renda, consumo e acesso às políticas de saúde e educação, no intento de comparar as realidades antes e após o acesso aos créditos iniciais. É oriundo de revisão bibliográfica e de pesquisa mista, na modalidade estudo de caso, realizada em abril de 2019, no assentamento Jerimum, em Canindé/Ce. A pesquisa demonstra que o acesso às modalidades apoio inicial, fomento, construção da habitação e adicional do semiárido contribuem para a eliminação das privações, expansão das capacidades e da qualidade de vida dos beneficiários, impactando na vida dos entrevistados, para além da soma das finalidades específicas de cada crédito concedido, ampliando a liberdade dos sujeitos, principal objetivo do desenvolvimento, conforme defende Sen (2010). Na percepção dos entrevistados, a instalação do assentamento rural foi a oportunidade de acessarem a tranquilidade necessária para disporem de “uma vida boa”: a liberdade para morar, criar e plantar, dispor de uma casa melhor do que a ocupada anteriormente, ter cisterna, água encanada, energia elétrica, acessar bens de consumo e serviços sociais como saúde, educação e previdência social, impactando sobremaneira na melhoria de vida das famílias beneficiadas.

Palavras-chaves: Assentamentos rurais. Desenvolvimento rural. Crédito rural. Crédito Instalação. Qualidade de vida.

ABSTRACT

For Amartya Sen, social opportunities must be proportioned on the basis of social justice and equity, with the expansion of freedoms being the end and the means of development processes, which must eliminate deprivations that limit people's choices. This dissertation contributes to the debate about the contemporary strategies of rural development in Brazil when analyzing the credit facility, public action complementary to the policy of rural settlements, as an instrument of expansion of the capacities and the quality of life of the beneficiaries. To do so, the variables of housing analysis, access to water, work / income, consumption and access to health and education policies in an attempt to compare the realities before and after access to the initial credits were listed. It comes from bibliographic review and mixed research, in the case study modality, held in April, 2019, in the Jerimum settlement, in Canindé / Ce. The research demonstrates that access to the modalities of initial support, fomentation, housing construction and additional semi-arid contribute to the elimination of deprivations, capacity expansion and quality of life of the beneficiaries, impacting on the life of the interviewees beyond the sum of the specific purposes of each credit granted, increasing the freedom of the subjects, main objective of development, as Sen (2010) argues. In the perception of the interviewees, the installation of the rural settlement was the opportunity to access the tranquility necessary to have a "good life": the freedom to live create and plant, have a better house than previously occupied, have a cistern, water electricity, access to consumer goods and social services such as health, education and social security, impacting greatly on the improvement of the lives of beneficiary families.

Keywords: Rural settlements. Rural development. Rural credit. Credit Installation. Quality of life.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS- Agente Comunitário de Saúde.

ASA- Articulação no Semiárido Brasileiro.

ATER-Assistência Técnica e Extensão Rural.

CADUNICO- Cadastro Único.

CCU- Contrato de Concessão de Uso.

CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CPT-Comissão Pastoral da Terra.

CRAS-Centro de Referência da Assistência Social.

EMATERCE-Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Ceará.

FETRAECE-Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará.

FUNCEME- Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos.

IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

IBGE--Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano.

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INSS-Instituto Nacional de Seguro Social.

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MDSA-Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

MIRAD-Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária.

MST-Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

PA-Projeto de Assentamento.

PCB-Partido Comunista Brasileiro.

PEC- Proposta de Emenda à Constituição.

PIB- Produto Interno Bruto.

PNATER-Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

PNHR- Programa Nacional de Habitação Rural.

PNRA- Programa Nacional de Reforma Agrária.

PROCERA- Programa de Créditos Especiais para a Reforma Agrária.

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PSF- Programa Saúde da Família.

SDA-Secretária do Desenvolvimento Agrário.

SEBRAE-Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SEMACE-Superintendência Estadual do Meio Ambiente.

SIPRA-Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária.

SNCCI- Sistema Nacional de Concessão e Cobrança do Crédito de Instalação.

SR- Superintendência Regional.

STTR-Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDR-União Democrática Ruralista.

LISTA DE IMAGENS, QUADROS E GRÁFICOS

Imagem 1 - Mapa do assentamento Jerimum -----	79
Imagem 2 - Casa Sede Assentamento Jerimum -----	82
Imagem 3 - Casa antiga da Fazenda Jerimum (ANTES) -----	98
Imagem 4 - Casa construída ao lado antiga casa ocupada pela família (DEPOIS) --	99
Imagem 5 - Banheiro interno de casa construída com o crédito Instalação -----	99
Imagem 6 - Casa com cisterna no Assentamento Jerimum -----	102
Imagem 7 - Casa com cisterna no Assentamento Jerimum -----	102
Imagem 8 - Açude grande assentamento Jerimum -----	105
Imagem 9 - Produção agrícola familiar -----	109
Imagem 10 - Produção agrícola familiar -----	109
Imagem 11 - Rede energia elétrica no assentamento Jerimum -----	115
Imagem 12 - Rede energia elétrica no assentamento Jerimum -----	115
Imagem 13 - Bens de consumo residência assentamento Jerimum -----	116
Imagem 14 - Bens de consumo residência assentamento Jerimum -----	116
Quadro 1- Relação de Moradores do Imóvel antes da desapropriação -----	83
Gráfico 1 - Respostas sobre os itens de consumo que a família possuía antes do acesso ao Crédito Instalação -----	114
Gráfico 2 - Respostas sobre os itens de consumo que a família adquiriu após o acesso ao Crédito Instalação -----	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização dos entrevistados (faixa etária) -----	84
Tabela 2 - Caracterização dos dependentes dos entrevistados -----	85
Tabela 3 - Modalidades, Valores, Prazos, Rebate e Juros do Crédito Instalação ---	87
Tabela 4 - Finalidade por Modalidade Crédito Instalação -----	89
Tabela 5 - Créditos Instalação pagos no PA Jerimum -----	90
Tabela 6 - Plano de Ação do PA Jerimum -----	92
Tabela 7 - Reflexões assentados após dinâmica “viagem ao futuro” -----	94
Tabela 8 - Tabela comparativa IQVA1 e IQVA2 -----	95
Tabela 9 - Condições de moradia antes e após o acesso ao Crédito Instalação ----	100
Tabela 10-Nível de satisfação da moradia antes e após o acesso ao Crédito Instalação -----	100
Tabela 11-Acesso à água, antes e após o acesso ao Crédito Instalação -----	104
Tabela 12-Satisfação com o acesso à água, antes e após o acesso ao Crédito Instalação -----	105
Tabela 13-Condições de trabalho e renda antes e após o acesso ao Crédito Instalação -----	111
Tabela 14-Valor médio da renda mensal por família, antes e após o acesso ao Crédito Instalação -----	112
Tabela 15 - Satisfação quanto as condições de trabalho e renda antes e após o acesso ao Crédito Instalação -----	112

SUMÁRIO

1 CAPÍTULO – INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA SOCIAL DA TEMÁTICA	14
1.2 OBJETIVOS	22
1.2.1 Objetivo geral	22
1.2.2 Objetivos específicos	22
1.3 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	23
2 CAPÍTULO – METODOLOGIA	24
2.1 PERCURSO METODOLÓGICO E MATERIAIS E MÉTODOS UTILIZADOS	24
2.2 DETERMINAÇÃO DOS ESCORES DAS VARIÁVEIS	28
2.2.1 Moradia	28
2.2.2 Acesso à água	28
2.2.3 Trabalho/Renda	29
2.2.4 Consumo (acesso a bens duráveis e não duráveis)	29
2.2.5 Acesso às políticas públicas de saúde e educação	30
2.3 DETERMINAÇÃO DOS PESOS DAS VARIÁVEIS	30
2.4 ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA DOS ASSENTADOS (IQVA)	30
2.5 TESTE DE DIFERENÇA DE MÉDIAS	31
3 CAPÍTULO - O TERRITÓRIO SEMIÁRIDO, A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUALIDADE DE VIDA – EM BUSCA DE UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO CONCEITUAL	33
3.1 O TERRITÓRIO SEMIÁRIDO	33
3.2 A QUESTÃO AGRÁRIA CONTEMPORÂNEA	39
3.3 AS DIRETRIZES PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO NO RURAL	44
3.3.1 A Modernização conservadora	46
3.3.2 A Política de criação de assentamentos rurais	50
3.4 QUALIDADE DE VIDA	62

4 CAPÍTULO - O CRÉDITO INSTALAÇÃO E O ASSENTAMENTO JERIMUM ----	70
4.1 PANORAMA DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO A PARTIR DOS DADOS PRELIMINARES DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017: COMPREENDENDO O CENÁRIO -----	70
4.2 O TERRITÓRIO SERTÕES DE CANINDÉ -----	73
4.3 O ASSENTAMENTO JERIMUM -----	78
4.4 O CRÉDITO INSTALAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA DOS ASSENTADOS NO PA JERIMUM: O QUE MUDOU APÓS OS CRÉDITOS? -----	85
4.4.1 Índice de Qualidade de Vida dos Assentados PA Jerimum – IQVA -----	95
4.4.2 Moradia -----	96
4.4.3 Acesso à água -----	101
4.4.4 Trabalho/Renda -----	106
4.4.5 Consumo (acesso a bens duráveis e não duráveis) -----	113
4.4.6 Acesso às políticas públicas de saúde e educação -----	116
4.4.7 Olhando para trás e pensando lá na frente: o refletir sobre os 10 anos do PA Jerimum e as perspectivas de futuro -----	119
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	124
REFERÊNCIAS -----	128
APÊNDICES -----	137
Total de páginas: 143	

1. INTRODUÇÃO

A concentração de terras sempre foi uma característica central na estrutura fundiária brasileira. É reflexo da apropriação capitalista da terra, bem natural que não se reproduz, entretanto, que produz renda com a venda de mercadorias que são retiradas dela, bem como com a venda (ou especulação) dessa terra. A concentração fundiária - e de renda e riquezas - nas mãos de poucos gera conflitos no campo, constituindo-se, assim, a questão agrária em nosso país.

O monopólio no acesso à terra requer intervenção estatal para combater esse quadro desigual, ampliando o acesso à terra para mais brasileiros. A Reforma Agrária, portanto, se apresenta como estratégia de desenvolvimento para o país, sendo tema central em nosso estudo.

Neste primeiro capítulo apresentam-se as principais motivações, a problematização, delimitação do objeto de estudo e relevância social da temática. Em seguida, apontam-se os objetivos do trabalho realizado e relata-se a sequência em que foi desenvolvido. Ao final, indica-se a organização dos capítulos que compõem o texto desta dissertação.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA SOCIAL DA TEMÁTICA

Esta proposta de estudo surge do desejo de apresentar um olhar sobre os processos de desenvolvimento contemporâneos no meio rural brasileiro, sobretudo os que afetam o campesinato e o impacto de tais processos em sua qualidade de vida. Almeja suscitar reflexões sobre o impacto do crédito instalação¹ na qualidade de vida dos beneficiários dos assentamentos rurais, bem como apontar alguns elementos que compõem tal discussão na contemporaneidade, em um cenário de crises, de exclusão social que apontam para a necessidade urgente de mudança de paradigmas que envolvem a questão agrária brasileira e do semiárido em particular.

Para a transformação societária que se impõe necessária com vistas à superação do paradigma de exclusão, presente nesse início do século XXI, e com isso a transformação da realidade em uma sociedade mais justa e igualitária, é imprescindível mudanças internas e externas, como a incorporação de valores solidários e práticas sustentáveis, sem perder o foco das reformas em problemáticas

¹ Crédito Instalação caracteriza-se como uma ação de desenvolvimento destinada aos agricultores que ingressaram na política de assentamentos rurais do Governo Federal, através do provimento de recursos financeiros (créditos) para a implantação dos assentamentos rurais.

maiores, como na realidade agrária brasileira, que tem como marca histórica a concentração fundiária que gera exclusão, submissão e violência no campo. Perceber os reflexos da questão agrária em nosso cotidiano e estimular as respectivas “forças oponentes”, percebidas em práticas mais concretas e construtivas que primam pela evolução da nossa sociedade, no tocante à justiça social, se apresenta como caminho viável a ser percorrido.

Sousa (2006) defende a necessidade de fortalecimento das “epistemologias do sul”. Esse “território sul”, analogia feita pelo autor representando “todo o sofrimento humano causado pelo capitalismo”, produz estratégias que buscam superar a dominação imposta pelo colonialismo, defende a aprendizagem com o Sul não imperial para a reconstrução da emancipação social a partir deles, e busca a superação de formas de dominação colonialistas que impedem a transformação da sociedade em uma realidade melhor, pós-colonial.

A imperativa lógica capitalista neoliberal de expansão e busca por crescimento econômico é amparada pelo Estado Brasileiro na contemporaneidade que, muitas vezes, ao invés de regular conflitos, coloca-se a serviço da reprodução do capital nacional ou internacional. A complexidade que envolve o desenvolvimento exige adoção de outras variáveis em seu processo, uma abordagem multidimensional, já que o viés restrito de busca apenas por acumulação econômica vem demonstrando que beneficia a poucos, produzindo níveis nunca registrados de miséria, desigualdades sociais e de degradação ambiental.

As abordagens sobre qualidade de vida costumeiramente estão relacionadas apenas ao grau de satisfação material dos indivíduos. Neste trabalho, o olhar para a realidade social, para os processos de desenvolvimento (e a busca por melhores condições de vida dos sujeitos) teve como principal subsidio teórico a perspectiva do desenvolvimento como liberdade e a abordagem das capacitações, ambas desenvolvidas por Amartya Sen. Se apresentam como possibilidade de análise e percepção do desenvolvimento para além da centralidade nas relações econômicas. A expansão das capacitações, de acordo com Sen (2010), significa aumentar as oportunidades de vida dos indivíduos, o seu bem-estar, ocasionando a eliminação de privações, as quais limitam as escolhas das pessoas para exercerem a sua condição de agente social.

Para Sen (2010), a superação das privações de liberdade é central no processo de desenvolvimento, sendo as liberdades, meio e fim deste processo/propósito. As eliminações dessas privações não são adquiridas apenas com o aumento dos ganhos materiais e sim através da expansão das capacidades (*capabilities*), que são oportunidades (intitamentos), possibilitando que os sujeitos exerçam a sua condição de agente, com liberdade para fazer escolhas que possam transformar as suas vidas do modo que desejam. Para o autor, a renda passa a ser um meio de realizações, e não o fim em si do desenvolvimento.

Celso Furtado, no seu livro *a Formação Econômica do Brasil* (1958), preocupou-se em entender as razões que fazem do Brasil um país atrasado, que mesmo com tantas riquezas não consegue alimentar a sua população. Defendeu para os países subdesenvolvidos, como o Brasil, um Estado interventor, indutor do desenvolvimento econômico através de um projeto de nação que apoie o capitalismo nacional e o mercado interno, envolvendo todas as camadas sociais e regiões, difundindo o desenvolvimento por todo o território. Com isso, vivenciaríamos um Estado autônomo, soberano e livre, com capacidade de prover o seu próprio futuro. Para o referido autor, é imprescindível que esse Estado promova reformas estruturais básicas a fim de "reformular o capitalismo" em busca do bem-estar social da população.

Na sua obra *"Brasil, a construção interrompida"* (1992), Furtado pondera sobre o futuro das áreas atrasadas tecnologicamente, excluídas dos interesses neoliberais e conseqüentemente, dos processos de desenvolvimento, ampliando o fosso das desigualdades inter e intra regionais. Destaca a inexistência de um projeto nacional para o país diante da tendência vigente de internacionalização das economias.

Sobre as proposições Furtadianas, para Oliveira (1977), o nacional desenvolvimentismo, pauta tão difundida neste pensamento, foi um projeto de nação que não se realizou. Manteve-se a permanência de dois polos distintos em nossa economia: o do atraso, constituído pelo rural que não recebeu investimentos, que continua arcaico, não industrializado, e o Brasil moderno, áreas criteriosamente selecionadas pelo capital nacional e internacional, com fins de sua reprodução. Tal dualismo, ainda tão presente na realidade brasileira, foi denominado pelo autor de *"Modernização Conservadora"*, onde um polo alimenta o outro e sustenta o modo do capitalismo existir no Brasil.

A opção feita pelo Estado Brasileiro, seguindo a onda neoliberal corrente, foi o de subsidiar e se associar ao capital estrangeiro, utilizando o discurso de superação do subdesenvolvimento através de políticas sociais seletivas e focalizadas, sem a realização das reformas estruturais necessárias ao desenvolvimento do país. O que houve, entretanto, foi a submissão ao mercado internacional. Conforme avaliação de Oliveira (1977), o Estado, através do seu planejamento, reproduz os interesses do capital, sobretudo na sua acumulação e reprodução de mais capital.

Desse modo, entendemos que a discussão sobre temáticas voltadas à análise da realidade agrária brasileira (e dos modos de desenvolvimento), que reiteram a necessidade da realização da reforma agrária como estratégia de desenvolvimento aliado à justiça social para o meio rural, são temáticas atuais, devendo compor a ordem do dia nos mais variados ambientes e espaços de discussão.

A academia, espaço que fomenta a construção do conhecimento para a compreensão das realidades, tem importante desafio no sentido de suscitar a circulação dos saberes produzidos. Tais análises são de grande valia para subsidiar a formulação e execução das políticas públicas, com a oportunidade de corroborar com a alteração da realidade brasileira, com justiça social. A interação entre as instituições responsáveis pelo planejamento/execução das políticas públicas com o mundo acadêmico gera demanda, tanto pelo conhecimento produzido, como a demanda pela produção do conhecimento que analisa situações concretas na seara do planejamento e execução das políticas públicas.

No caso em tela, o interesse nessa temática vem da experiência profissional vivenciada pela pesquisadora - servidora há quatorze anos no cargo efetivo de Assistente Social no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - atuando há onze anos no Estado do Ceará. A referida autarquia é responsável pelo controle da situação fundiária do país, pela realização da Reforma Agrária conforme estabelecido no Art. 184 da Constituição Federal de 1988² e pela execução de

² Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Destacamos que além da reforma agrária constitucional, existe em curso em nosso país, desde a década de 1990, outra vertente de execução de acesso à terra para o denominado "Novo mundo rural", subsidiada pelo Banco Mundial através do financiamento de compras de terras por trabalhadores rurais em países como Brasil, Colômbia, África do Sul e Guatemala, sendo apelidado pelos movimentos sociais e pesquisadores de reforma agrária de mercado. A dissertação de Pereira (2004) demonstra

políticas de desenvolvimento para trabalhadores rurais assentados. A atuação direta com assentamentos rurais em ações de desenvolvimento e o desejo por compreender as dinâmicas atuais que permeiam e desafiam o meio rural fomentam o interesse acadêmico da profissional e pesquisadora, em busca constante pelo aprofundamento e interação entre o conhecimento científico e a realidade social.

Essa pesquisa ocorre no espaço rural, mais especificamente, no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Jerimum, Município de Canindé, no estado do Ceará. O assentamento rural é lugar da moradia, do trabalho, da produção, da distribuição, da circulação e do consumo para os trabalhadores assentados que passam a estruturar esse espaço coletivamente. É o *locus* de reprodução das relações sociais de produção e da vida cotidiana, onde passam a ter a oportunidade de acesso às políticas públicas, em busca do fortalecimento da cidadania.

O acompanhamento realizado pela autora às famílias assentadas enquanto parte da Equipe de Articulação Territorial Sertões de Canindé, Estado do Ceará, proporcionou a vivência nos assentamentos, sobretudo nos projetos recém-criados. Nesses espaços, foi possível acompanhar a aplicação dos primeiros créditos da reforma agrária, chamados de Crédito Instalação. O Crédito Instalação consiste no provimento de recursos financeiros sob a forma de concessão de crédito aos beneficiários da Reforma Agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial dos projetos de assentamentos criados a partir dos Planos Nacionais de Reforma Agrária – PNRA, sendo o primeiro promulgado em 1985, no Governo Sarney e segundo em 2003, no primeiro Governo Lula.

O crédito instalação é a primeira etapa dos créditos para as famílias assentadas, informa a página oficial do INCRA. O crédito instalação é disponibilizado em 09 modalidades, de acordo com o Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018, quais sejam: Apoio Inicial (R\$ 5.200,00); Fomento (R\$ 6.400,00, divididas em duas operações de R\$ 3.200,00 mil); Fomento Mulher (R\$ 5.000,00); Construção Habitacional (R\$ 34.000,00), Semiárido (R\$ 5.000,00) e Reforma Habitacional (R\$ 17.000,00). Há ainda as seguintes modalidades: Florestal (R\$ 6.400,00); Recuperação ambiental (R\$ 6.400,00) e Cacau (R\$ 6.000,00), modalidades recém-criadas com o objetivo de

que, dentre os quatro países acima citados, o Brasil foi o que mais contratou empréstimos do Banco Mundial e que o Governo Lula, ainda que com modificações parciais, dá continuidade a tais programas.

estímulo a preservação do meio ambiente, disponibilizados de acordo com as características de cada bioma.

Em junho de 2018, na apresentação do Plano Safra da Agricultura Familiar de 2018 e 2019, o governo federal anunciou o retorno do crédito habitação para o INCRA, após forte redução na construção de moradias rurais entre 2014 a 2018, período em que a gestão da referida modalidade foi retirada da autarquia, demanda que passaria a ser atendida dentro de Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), através da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. A mudança trouxe a redução de 30 mil moradias entregues por ano para apenas 3 mil, na modalidade construção da habitação - informações constantes na página oficial do Governo Federal³.

O declínio na execução de fundamental política pública tem como hipóteses o alto nível de exigência documental no PNHR, a dificuldade de os assentados atenderem à burocracia dentro de cada etapa do programa e o contraponto da experiência do INCRA nessa ação.

Diante da quantidade de modalidades do Crédito Instalação, fato que poderia comprometer ou dificultar metodologicamente o trabalho, fizemos o recorte de analisarmos 04 modalidades nessa pesquisa: 1) Apoio Inicial, 2) Fomento, 3) Construção Habitacional e 4) Semiárido. A opção feita levou em conta o fato destas serem as primeiras modalidades disponibilizadas após a criação do assentamento, sendo, talvez, as que melhor consigam caracterizar a ruptura entre o modo de vida, antes e após o assentamento ser criado. No assentamento escolhido para o estudo de caso, essas foram as principais modalidades acessadas.

A respeito da destinação de cada modalidade, o Apoio Inicial (1), é voltado para apoiar a instalação do assentamento e aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos. Já o Fomento (2), é mais voltado para viabilizar a implementação de projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda. A Construção Habitacional (3), é destinada a construção da habitação, como o nome sugere. O crédito Semiárido (4), é destinado para atender a necessidade de segurança hídrica das famílias assentadas nos assentamentos das áreas circunscritas ao semiárido, delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE,

³<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-consolida-seu-papel-de-formulador-de-politicas-publicas/> acesso em 03/10/18, às 11:06 horas.

destinando-se a apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para o consumo humano, animal e produtivo. Todas as modalidades que compõem o crédito são apresentadas no capítulo 4.

A vivência com as famílias antes do acesso aos créditos, o acompanhamento da aplicação desses recursos pelos beneficiários na construção das habitações, na aquisição de animais e de instrumentos de trabalho que propiciam o início das atividades produtivas, ou seja, a conclusão da fase de instalação das famílias no assentamento impõe a esses sujeitos a necessidade (e o desafio) de estabelecer estratégias de organização e produção em busca de autonomia. Uma situação particularmente desafiadora, uma vez que, após a conquista da terra, surgem os questionamentos inerentes ao que fazer e como garantir condições de vida favoráveis às famílias para a sua permanência no assentamento. Em comparação à realidade anteriormente vivenciada, as famílias conseguirão elevar a sua qualidade de vida como se espera, de modo geral, a partir do acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e as políticas públicas vinculadas a tal programa?

Tais reflexões relacionadas às mudanças vivenciadas por esses trabalhadores rurais após a conquista da terra e a entrada no assentamento, o acesso às políticas públicas na condição de assentado instiga a investigar sobre a influência do crédito instalação na expansão das capacidades dos assentados e se estas se transformam em melhoria em sua qualidade de vida.

Ressalta-se a magnitude da ação “Crédito Instalação”, implementada pelo INCRA após a criação do assentamento, para a instalação das famílias. Promove o acesso a recursos que possibilitam a garantia aos mínimos existenciais necessários ao início dessa nova fase da vida. Tal política deve garantir as condições necessárias ao recomeço de vida dessas famílias no assentamento, em busca do almejado desenvolvimento rural. Possibilita o início das atividades produtivas, o acesso à moradia digna, além de garantir a construção de um reservatório para a captação e armazenamento de água para o uso doméstico de cada família assentada. Desse modo, espera-se que estas famílias consigam elevar a sua qualidade de vida, quando comparado à condição anterior, antes do acesso ao crédito.

Destaca-se também o impacto dos créditos no território, que dinamiza a economia local nos setores do comércio e serviços, haja vista que a sua operacionalização (aquisições e contratações de mão de obra) ocorre,

preferencialmente, no território. Nos assentamentos em que há oferta de mão de obra, o serviço é contratado localmente, ampliando as possibilidades de rendimentos financeiros percebidos pelas famílias. Pontua-se também a baixa quantidade de estudos acadêmicos sobre tal modalidade, o que torna a análise ainda mais desafiadora e salutar.

1.2 OBJETIVOS

A concepção dessa pesquisa foi originada a partir dos seguintes questionamentos: O crédito instalação pode ser considerado um instrumento de expansão das capacidades dos assentados e de melhoria de sua qualidade de vida? Qual a sua concepção sobre o que é ter qualidade de vida? Como avaliam a sua qualidade de vida? O Crédito Instalação ampliou as possibilidades de escolhas das famílias?

A partir de tais interrogações motivou-se a presente investigação, problematizada com a seguinte indagação: O crédito instalação, nas modalidades apoio, fomento, habitação e semiárido, pode ser considerado um instrumento de expansão das capacidades, contribuindo para a eliminação de privações que limitam a condição de agente dos sujeitos, elevando a qualidade de vida dos beneficiários? Assim sendo, essa investigação tem como objetivos:

1.2.1 Objetivo geral

Analisar se o crédito instalação, nas modalidades apoio, fomento, habitação e semiárido, contribuindo para a eliminação das privações, expansão das capacidades e da qualidade de vida dos beneficiários.

1.2.2 Objetivos específicos

- 1) Caracterizar o Crédito Instalação, explicar como é concebido, as modalidades em que é operacionalizado bem como a destinação de cada uma delas;
- 2) Compreender se o acesso ao crédito contribuiu para a elevação nas condições de vida dos assentados, percebendo se houve melhoria de vida para os beneficiários, nas variáveis moradia, acesso à água, trabalho e renda, consumo e acesso às políticas públicas de saúde e educação, no assentamento em estudo;

- 3) Construir Índice de Qualidade de Vida dos Assentados (IQVA), comparando as realidades antes e após o acesso às modalidades em estudo do crédito instalação.

1.3 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Pretende-se, com este trabalho, contribuir com a discussão sobre a(s) política(s) pública(s) voltada(s) para os projetos de assentamento rurais e refletir sobre qualidade de vida das famílias assentadas.

Para isso, a dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro é a introdução, onde é feita a contextualização do tema, delimitação e problematização do objeto de estudo, apontando-se as justificativas e objetivos, além de apresentar proposta de organização dos capítulos.

No segundo capítulo foi realizado o detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados, dos materiais e métodos utilizados e os caminhos percorridos para alcançar os objetivos.

No terceiro capítulo apresenta-se uma revisão teórica de temáticas relevantes para este estudo. Entre eles, as abordagens sobre território do semiárido, a questão agrária contemporânea e as estratégias de intervenção no rural brasileiro, incluindo, nesse momento, a discussão sobre a política de criação de assentamentos rurais e qualidade de vida.

No quarto capítulo discorre-se sobre o trabalho de campo, as análises das informações e dos resultados obtidos na investigação. O território pesquisado será apresentado, o assentamento objeto da pesquisa e os sujeitos que o compõem, caracterizando brevemente a sua(s) história(s) de vida e a vivência na terra até o estágio atual do assentamento. Em seguida, será discorrido sobre o crédito instalação relacionando-o às liberdades e a qualidade de vida dos assentados, sempre em busca de conhecer, a partir da ótica dos entrevistados, o que mudou após o acesso aos créditos, política pública de fundamental importância para a instalação das famílias nos assentamentos rurais. Posteriormente serão tecidas considerações finais sobre o processo da pesquisa, as principais dificuldades e questões importantes que foram percebidas nos resultados.

2. METODOLOGIA

2.1 PERCURSO METODOLÓGICO E MATERIAIS E MÉTODOS UTILIZADOS

A definição da temática foi motivada pela atuação profissional da pesquisadora, não sendo isso uma tarefa difícil, uma vez que era claro, desde a seleção e o início do curso de Mestrado, que a dissertação abordaria a temática dos assentamentos rurais e da reforma agrária. Não houve dificuldade na escolha do tema, no entanto, não havia clareza com relação ao objeto de estudo propriamente dito. Eram tantas as questões possíveis de análise que houve dificuldade na realização do recorte da realidade.

A atuação na implantação dos assentamentos recém-criados, no processo de instalação das famílias e as recentes mudanças com o retorno da modalidade habitação foi decisiva na decisão de analisar o crédito instalação, modalidade de extrema importância e muito esperada pelos beneficiários dos assentamentos. Destaca-se aqui o longo e desgastante processo de luta pela terra, na realidade da maior parte dos assentamentos cearenses após vivenciarem anos em acampamentos, onde as famílias permanecem mobilizadas em barracas de lona, muitas vezes à beira das estradas ou nas periferias das cidades, vivenciando condições insalubres, com acesso restrito às necessidades básicas como alimentação e água.

Escolheu-se o assentamento Jerimum, localizado no município de Canindé, no Ceará, para a realização dessa pesquisa, na modalidade de estudo de caso. A escolha por esse assentamento deu-se pelo acompanhamento da instalação do assentamento e a aplicação dos créditos iniciais (apoio inicial, construção das habitações e das cisternas de placa), entre 2010 e 2011. Avaliou-se que o conhecimento prévio deste assentamento e do território poderia vir a facilitar o trabalho da pesquisa.

A temática de estudo escolhida nessa pesquisa, os assentamentos rurais, possuem natureza diversa, dinâmica, assim como a vida é. Geralmente, é resultante de conflitos sociais longos e desgastantes, que polarizam os interesses em disputa, para em seguida, buscarem agregar e construir consensos entre as famílias que passarão a reconstruir aquele espaço.

Da terra improdutiva passa a haver vida, produção de alimento. A imposição é substituída pela negociação. É o palco da vida individual e coletiva, do geral e do particular. Há o estabelecimento de novas relações sociais, econômicas e políticas

entre as famílias e para com o território. Tais aspectos não podem ser vistos de modo fragmentado, isolado, nem tampouco incorreremos no erro da generalização, que desconsidera as particularidades das situações.

Essa leitura é fruto da percepção de mundo adotada pela pesquisadora, que procura ver os fenômenos na sua totalidade ou globalidade, numa visão holística integradora das partes como um grande todo.

Diante das características acima elencadas, a epistemologia/método que melhor pode ler tal realidade é a que se baseia na perspectiva crítica dialética. O assentamento é um espaço em construção, em transformação. Não está posto, pronto, definido, nem tão pouco acabado. É processual, resultado de construção social e histórica. Entende-se que tal método é, o mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade, uma vez que reconhece os fenômenos sociais sempre como consequência de ações, percebe a contradição nos processos e articula os pequenos fatos com o todo.

Trata-se de pesquisa de cunho mista. Tal temática apresenta o caráter essencialmente qualitativo, entretanto, compreendemos ser importante a utilização de instrumentos para análise de dados quantitativos, por entendermos que a abordagem sobre qualidade de vida não deve se restringir a um dos aspectos, nem apenas objetivos, nem somente analisar apenas de modo subjetivo a realidade, devendo-se considerar os dois aspectos, em consonância e de modo complementar, para uma leitura qualificada e o mais completa do nosso objeto de estudo.

Destaca-se a importância de avaliarmos, a partir da ótica das famílias assentadas, os dois momentos: antes e após o acesso ao crédito, com a definição dos seguintes grupos de domínios ou variáveis: 1) moradia, 2) acesso à água, 3) trabalho/renda, 4) consumo (acesso a bens duráveis e não duráveis), 5) acesso às políticas públicas de saúde e educação.

Para a realização do presente estudo fizemos uma revisão sistemática de literatura através da leitura de livros, periódicos, artigos, teses e dissertações dentre outros disponibilizados em bibliotecas virtuais a fim de fundamentar a prática na pesquisa social. Portanto, a investigação teve início com uma pesquisa bibliográfica, num movimento de busca de compreensão do objeto a ser investigado. Nesse sentido, buscou-se conhecer as legislações relacionadas à Reforma Agrária; o processo de desapropriação da fazenda que originou o assentamento Jerimum e as leituras sobre

as categorias teóricas que embasaram as interpretações obtidas nesta pesquisa: questão agrária no Brasil, assentamento rural, crédito e qualidade de vida.

Os sujeitos da pesquisa são as famílias assentadas no PA Jerimum que residem no assentamento pelo menos desde a sua criação, em 30/12/2008, que estejam no local no período da pesquisa de campo e que tenham acessado as referidas modalidades apoio inicial, fomento, habitação e adicional do semiárido, do crédito instalação. Do universo das famílias atualmente assentadas (17), 16 atendem ao critério para participar do estudo. Quanto à definição da quantidade dos sujeitos incluídos na pesquisa, por ser um assentamento relativamente pequeno, com capacidade máxima para 30 famílias, entretanto, apenas com 17 famílias constantes na Relação de Beneficiários emitida através do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, optou-se, segundo Minayo (2010, p.48), por utilizar a estratégia de “inclusão progressiva, onde não será definido ‘a priori’ o número de participantes, que é interrompida pelo critério da saturação, ou seja, quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação”.

Os trabalhos de campo ocorreram durante o mês de abril de 2019. Foi realizado entrevistas com 11 famílias, haja vista que algumas não estavam no assentamento na ocasião de nossas visitas ao PA e por considerarmos o critério da saturação, acima explicado. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram questionários e entrevista na modalidade semiestruturada, a que poderiam ser acrescentadas outras para facilitar o entendimento das informações.

Levando em conta as questões éticas, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética na Pesquisa – CEP, entre os meses de janeiro a fevereiro de 2019, com resultado positivo emitido em março de 2019, com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética, número 06884919.0.0000.5294. Anteriormente ao início dos trabalhos de campo, em reunião realizada em 04/10/2018, na sede do assentamento Jerimum, o Presidente da associação assinou a carta de anuência para participação na pesquisa, após serem fornecidas todas as informações a fim de que os (as) assentados (as) pudessem ter clareza e tranquilidade para decidir se deveriam ou não participar da pesquisa.

Com o início dos trabalhos de campo e a abordagem individualizada às famílias, para a ratificação da participação, os entrevistados formalizaram sua participação

através de um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, (TCLE)”. Foi explicado que a qualquer momento da pesquisa os sujeitos poderão negar-se a responder qualquer questão que se sintam prejudicados e/ou constrangidos, como também desistir da participação na pesquisa. Também foi esclarecido que o seu anonimato será preservado. Para isso, foram atribuídos, aleatoriamente, nomes de plantas da caatinga para cada família entrevistada. A fim de resguardar a pesquisa, a coleta de dados deverá ser realizada em espaço reservado, com a presença do entrevistador e dos beneficiários, por unidade familiar, em suas residências, com a presença, preferencialmente, do marido e da mulher assentados.

Foram utilizados nessa pesquisa a descrição, a análise, e, sobretudo, a interpretação dos dados coletados no sentido de construir o Índice de Qualidade de Vida dos Assentados (IQVA), baseado no modelo de Santos (2009) e conforme proposição do método de Metzger *et al* (1980), porém com a adaptação das variáveis para melhor alcance dos objetivos da pesquisa, elencando os seguintes domínios: 1) moradia, 2) acesso à água, 3) trabalho/renda, 4) consumo (acesso a bens duráveis e não duráveis), 5) acesso às políticas públicas de saúde e educação - para a análise da qualidade de vida antes e após o acesso às modalidades apoio inicial, fomento, habitação e semiárido, do crédito instalação.

Foram determinados escores e pesos para cada variável, sendo a pontuação mínima para os escores variando entre 0 a 3, de acordo com a resposta de cada assentado; já para os pesos foram determinadas de acordo com a satisfação de cada assentado, sendo: 1 para baixa, 2- média, 3- alta, para calcularmos a relação entre IQVA1(antes do acesso ao crédito) e IQVA2 (após o acesso ao crédito instalação). Complementarmente, na perspectiva mais qualitativa, nas interpretações, buscaremos o sentido das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado. Em uma abordagem que inclua o cunho qualitativo, a interpretação assume foco central, uma vez que “é o ponto de partida (por que se inicia com as próprias interpretações dos atores) e é o ponto de chegada (porque é a interpretação das interpretações)” (GOMES, 2005 *apud* GOMES, 2010). Em relação ao momento da análise e interpretação dos dados, entendemos que não há fronteiras rígidas entre essa etapa e a fase anterior, que é da coleta das informações. É necessário apenas que o pesquisador sinta que detém as informações suficientes para iniciar a análise dos dados. E por fim, de acordo com Gomes (2010

p.91), “Chegamos a uma interpretação quando conseguimos realizar uma síntese entre: as questões da pesquisa, os resultados obtidos a partir da análise do material coletado, as inferências realizadas e a perspectiva teórica adotada”.

2.2 DETERMINAÇÃO DOS ESCORES DAS VARIÁVEIS

2.2.1 Moradia

Visou-se conhecer a caracterização dos tipos de moradias das famílias, verificando se a moradia e as instalações atendem às suas necessidades. Para isto, informações relevantes como o material que a constitui (se é de taipa ou tijolo; se as paredes são rebocadas e pintadas; qual o tipo de piso; se a estrutura oferece risco para a família); quantidade de cômodos; se há banheiro dentro do imóvel e se há alguma forma de tratamento dos dejetos; se pagava aluguel antes de ser assentado; Sobre a moradia:

- a) Compartilha(va) moradia com outro(s) núcleo(s) familiar(es)-----0
- b) Mora(va) em casa de taipa que não atende às necessidades-----1
- c) Mora(va) em casa de alvenaria que não atende às necessidades-----2
- d) Mora(va) em casa de alvenaria que atende às necessidades -----3

2.2.2 Acesso à água

Caracterizar como se dá o acesso a água para consumo humano: de onde retiram (açude, poço, cisterna, adutora, carros pipa, outros), se há acesso a água encanada, quantas horas dedicam semanalmente, cada membro, para garantir a segurança hídrica da família? Compram água?

Sobre o acesso:

- a) Acesso através de carro pipa, açude, sem água encanada no domicílio-----0
- b) Acesso através de cisterna de placas, sem água encanada no domicílio-----1
- c) Acesso através de poço profundo, adutora, com água encanada no domicílio-----2
- d) Acesso através de mais de uma fonte, com água encanada no domicílio -----3

Horas dedicadas semanalmente e por membro para a garantia da segurança hídrica da família:

- a) Mais de 4 horas despendidas -----0
- b) De 2 a 4 horas despendidas -----1

- c) De 0 a 2 horas hora despendidas -----2
 d) Nenhuma hora despendida -----3

2.2.3. Trabalho/Renda

Analisar as condições de trabalho e a renda gerada antes e após o incremento dos créditos apoio inicial e fomento; se é vinculada exclusivamente às atividades agrícolas, Valor médio mensal entre 0 e ½ Salário Mínimo, entre ½ e 1 Salário Mínimo, entre 1 a 2 Salário Mínimo, Acima de 2 Salários Mínimos.

2.2.3.1 Quanto à renda:

- a) Não há trabalho nem renda-----0
 b) Renda proveniente somente de aposentadoria ou benefício social -----1
 c) Há trabalho, mas com renda insuficiente-----2
 d) Há trabalho com renda suficiente-----3

2.2.3.2. Procedência da renda:

- Não relacionados à atividade agropecuária-----0
 Relacionados apenas à atividade agropecuária, sem venda direta ao consumidor----1
 Relacionados apenas à atividade agropecuária, com venda direta ao consumidor----2
 Combina atividades agrícolas e não agrícolas pelos membros da família-----3

2.2.4. Consumo (acesso a bens duráveis e não duráveis)

Analisar o perfil de consumo a partir do acesso a grupos de bens, abaixo relacionados:

Grupo I: fogão, geladeira, ventilador

Grupo II: celular, aparelho de som, televisão, antena parabólica, DVD, micro-ondas, máquina de lavar roupas, bicicleta.

Grupo III: moto, carros e equivalentes

Os escores foram assim contados:

- a) Não possui nenhum dos bens citados-----0
 b) Possui pelo menos um dos bens do grupo I e não possui nenhum dos bens do grupo II e III-----1

- c) Possui pelo menos um dos bens do grupo I e II e não possui nenhum dos bens do grupo III-----2
- d) Possui pelo menos um dos bens do grupo I, II e III-----3

2.2.5. Acesso às políticas públicas de saúde e educação

Diante dos aspectos acima não terem uma relação direta com a finalidade do crédito estudado nesse trabalho, entretanto, por entendemos também da influência que a conclusão da instalação do assentamento pode ter diante de tais variáveis, caras para a qualidade de vida das pessoas, optamos por abordar tais variáveis em um mesmo item e de modo qualitativo, em busca de entendimento como se dá esse acesso, antes e após a instalação do assentamento.

2.3 DETERMINAÇÃO DOS PESOS DAS VARIÁVEIS

Formulados de acordo com a opinião do assentado em relação à satisfação familiar em cada uma das variáveis, considerando o período anterior e posterior do acesso ao crédito, os pesos das variáveis farão parte integrante da avaliação subjetiva do Índice de Qualidade de Vida dos Assentados (IQVA) e foram ponderados da seguinte forma:

- a) Baixa Satisfação----- 1
- b) Média Satisfação----- 2
- c) Alta Satisfação----- 3

2.4 ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA DOS ASSENTADOS (IQVA)

O índice de qualidade de vida está mensurado pela seguinte formula:

$$IQVA = \sum_{i=1}^Z (Ci)$$

A participação de cada variável no índice de qualidade de vida dá-se por:

$$Ci = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left(\frac{l \sum_{i=1}^m Eij \cdot Pij}{m \sum_{i=1}^m Emaxi \cdot Pmaxi} \right)$$

Onde:

IQVA= Índice de Qualidade de Vida dos Assentados;

Eij = escore da i-ésima variável, obtido pelo j-ésimo assentado;

P_{ij} = peso da i -ésima variável, definido pelo j -ésimo assentado;

$v = 1, 2, \dots, m$ variáveis;

$i = 1, 2, \dots, z$ indicadores;

$j = 1, 2, \dots, n$ assentados;

P_{maxi} = peso máximo da i -ésimo variável;

E_{maxi} = escore máximo da i -ésimo variável;

C_i = contribuição do indicador i no IQV;

n = número de assentados;

m = número de variáveis;

z = número de indicadores;

A análise da variação do Índice de Qualidade de Vida, antes e depois dos assentados serem contemplados com o acesso as modalidades em estudo do crédito instalação, foram observados pela diferença entre os índices da seguinte maneira:

$\Delta < 0$: redução do nível de qualidade de vida;

$\Delta = 0$: manutenção do nível de qualidade de vida;

$\Delta > 0$: ganho no nível de qualidade de vida;

2.5 TESTE DE DIFERENÇA DE MÉDIAS

Segundo Santos (2009, p. 65), a fim de se observar os valores estimados do IQVA nos dois momentos, foi aplicado um teste para diferença de médias, denominado “painel ou antes-e-durante”, que segundo a autora, serve para verificar se há diferença estatística entre o antes e o depois dos dados mensurados na pesquisa. Pontua que são dados dos mesmos indivíduos, em períodos de tempo diferentes, sendo calculados com o seguinte método:

1. Calcula-se a média de $IQVA_1$ e $IQVA_2$, ou seja, do índice nos momentos anterior e atual estimados, como se segue:

$$IQVA_1 = \frac{\sum IQV_1}{N}$$

E,

$$IQVA_2 = \frac{\sum IQV_2}{N}$$

IQV_1 = Índice de Qualidade de Vida antes dos assentados serem contemplados com o acesso as modalidades em estudo do crédito instalação;

IQV_2 = Índice de Qualidade de Vida após os assentados serem contemplados com o acesso as modalidades em estudo do crédito instalação;

N = tamanho da amostra;

2. Será calculado o desvio padrão da diferença do índice nos dois momentos, com a fórmula a seguir:

$$s = \sqrt{\frac{\sum Di^2}{N} - (IQVA_1 - IQVA_2)^2}$$

s = desvio-padrão da distribuição de escores- diferenças do momento atual e anterior;

Di = diferença entre $IQVA_s$ nos momentos anterior e atual;

Di^2 = diferença ao quadrado;

3. Em seguida, calculou-se o erro padrão da diferença, através da seguinte fórmula:

$$\sigma_{DIF} = \frac{S}{\sqrt{N - 1}}$$

σ_{DIF} = erro padrão da diferença

4. Calcula-se o teste “t” através da transformação da diferença média dos índices ($IQVA_1$ e $IQVA_2$) em unidades de erro padrão da diferença, como segue:

$$t = \frac{IQVA_1 - IQVA_2}{\sigma_{DIF}}$$

t = diferença média amostral;

5. Encontra-se o grau de liberdade para a observação, sendo:

$gl = N - 1$, onde:

gl = grau de liberdade

6. Finalmente, faz-se um comparativo entre os valores “t” calculado e “t” tabelado da distribuição “t” de *Student*, com nível de significância de 5% para aceitar a hipótese nula de H_0 de que $IQVA_1$ seja igual a $IQVA_2$, isto é, não tenha ocorrido alteração estatisticamente significativa na qualidade de vida dos assentados pesquisados.

3. O TERRITÓRIO SEMIÁRIDO, A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUALIDADE DE VIDA: EM BUSCA DE UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO CONCEITUAL

3.1 O TERRITÓRIO SEMIÁRIDO

Para o presente estudo parte-se da compreensão de que o território está incluído no conceito maior de “espaço produzido pelas relações sociais”, defendido por Lefebvre (1974), em sua obra “A produção do espaço”. Nesse livro, foi dado destaque à dimensão espacial como constituinte indissociável dos processos de construção da sociedade, sendo um grande marco nesse reconhecimento.

Em consonância com Haesbaert (2016, p.38), corroboramos com a ideia de que “o território é construído pela ação daqueles que o constituem”, não sendo possível analisá-lo deslocado dos seus sujeitos, independentemente da perspectiva adotada, quer seja materialista, naturalista ou econômica.

A partir dos anos 1970, com o conceito de espaço já consolidado, o conceito de território ganha uma nova roupagem. Surge como campo de força, espaço de luta. Se forma a partir do espaço, que é anterior ao território. O ator, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, territorializa o espaço, revelando relações marcadas pelo poder, como explica Raffestin (1993).

As relações de poder, portanto, de acordo com Saquet (2007), delimitam o território, criando assim territorialidades, que são as relações estabelecidas no território, necessárias para a sobrevivência e a reprodução social no cotidiano, incorporando, assim, a identidade dos seus povos.

Haesbaert (2016), afirma que o território não se resume ao espaço, havendo que se encarar as relações de poder presentes, sempre contextualizando o território em cada momento histórico e contexto geográfico distinto. O referido autor pontua também sobre diversos cuidados para evitarmos cair no que denomina “armadilhas do território”, “deslizes” que cometemos ao tratar com um conceito que vem sendo re ou sobre valorizado em nossa sociedade na atualidade. A primeira vem sendo gerada pelo próprio exagero na amplitude com que utilizamos o conceito de território em Geografia, podendo ser reflexo de uma extrapolação quanto ao próprio “papel do espaço” em nossa sociedade. Diante dessa “armadilha inicial”, digamos assim, de associarmos espaço a território, Haesbaert (2016, p.20), parte do pressuposto de que:

Discutir a sociedade pelo território é encarar como questão básica a construção das relações de poder pelo espaço – ou seja, a grande

problemática que se coloca para o debate é em que sentido as relações de poder, através de seus distintos sujeitos e modalidades, encontram-se implicadas nas condições geográficas, espaciais – territoriais, neste caso - que consideramos inerentes a sua efetivação.

Outras armadilhas, alertadas pelo autor, têm por base grandes debates filosóficos em torno de dualismos como espaço e tempo, teoria e prática, sujeito e objeto, material e ideal, sendo identificados por Haesbaert (2016) como: território desistoricizado/naturalizado (território sem tempo); território desmaterializado; território analítico (como mera categoria de análise, sem prática); território do poder (apenas estatal); e do território-zona, sem rede.

A armadilha do território desistoricizado/naturalizado decorre da dicotomia entre espaço e tempo, como se fosse possível separar essas duas dimensões em qualquer olhar que se tenha. Haesbaert (2016) afirma que o espaço, além de “acumular tempo”, em matéria ou representação, de algum modo também gera o próprio tempo, a transformação. O território, portanto, se molda de acordo com o momento histórico em que está sendo concebido, conclui o autor, afirmando que:

Além da contextualização histórica do território ao qual estamos nos reportando, tanto no sentido da história social, concreta, quanto da história das ideias (dos próprios conceitos) na qual é construído, não podemos esquecer que ele também se diferencia conforme o contexto geográfico em que está inserido. Assim, o território, como todo conceito, não apenas é historicamente datado como geograficamente situado. (Haesbaert, 2016, p. 25)

A compreensão de território desmaterializado, sem uma base material também é uma outra arapuca alertada por Haesbaert (2016), apesar de menos comum que a anterior, destaca o autor, uma vez que a afirmativa de que não há território sem o componente físico-material é quase consenso na geografia como em outras ciências que fazem uso desse conceito. O mais comum, de fato, é a confusão entre o que se concebe como território e territorialidade, sendo essa as relações estabelecidas no território necessárias para a sobrevivência e a reprodução social no cotidiano, incorporando, assim, a identidade dos seus povos, a sua cultura, não podendo se desconsiderar as forças do campo simbólico na construção dos territórios. Portanto, a respeito da “desmaterialização” do território, Haesbaert (2016, p. 28), sintetiza que “a todo território corresponde uma territorialidade, mas nem toda territorialidade corresponde efetivamente a um território”.

Sobre a armadilha do território analítico (como mera categoria de análise, sem prática), destacada por Haesbaert (2016, p.29), como outra “casca de banana”, passível ao se trabalhar com tal categoria teórica sem o devido uso/sentido prático que é inerente a tal conceito, vez que “o território é categoria de análise, categoria da prática, e também categoria normativa”. Ao desvincular o território da prática cotidiana dos sujeitos e das suas lutas políticas estamos fragmentando (e fragilizando) o conceito, recorrentemente utilizado na América Latina como política de planejamento de base geográfica a exemplo dos Territórios da Cidadania, sendo fundamental mantê-lo, “pelo menos no contexto latino-americano, como rica categoria de uso prático”, ressalta Haesbaert (2016, p.31), amparando-se na adjetivação utilizada por Milton Santos, de território usado:

Trata-se reconhecer, igualmente, que muitas vezes o território é abordado como uma entidade estanque, matéria quase inerte, ignorando-se os processos de des-re-territorialização em que está imerso. Isso fez até mesmo com que autores como Milton Santos preferissem adjetivar o território, de modo redundante, ao distinguir entre “território em si” e “território usado”. Para o autor, o que faz do território “objeto da análise social” é seu uso, “e não o território em si mesmo” (1994, p.15). Distingue-se assim o território como “forma” e o território usado como “objetos e ações, sinônimo de espaço humano” (1994, p.16), “de modo a incluir todos os atores” (2000, p.26). “O importante”, assim, é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual” (2000, p. 26) ... o território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado. Ou seja, para que o território se torne uma categoria de análise dentro das ciências sociais e com vistas à produção de projetos, isto é, com vistas à política, com ‘P’ maiúsculo, deve-se tomá-lo como território usado”.

E por último, uma armadilha relativamente comum, avalia Haesbaert (2016), é a que reduz o território a uma única modalidade de poder e a uma única escala - apenas estatal - sendo fundamental para evitarmos cair em tal armadilha, a concepção de poder, com que trabalhamos o conceito território, que vai além do poderio estatal, necessitando-se perceber o poder simbólico, “cada vez mais presente nas relações sociais capitalistas que fazem uso do convencimento”. Através da articulação em rede dos sujeitos, o poder se espacializa nas mais diversas formas e escalas no mundo contemporâneo.

Sobre a diversidade das percepções sobre o poder (que também nos servem de suporte intelectual), o autor exemplifica que a “literatura clássica inclui visões “estatocêntricas” e ou classistas sobre o poder, como numa abordagem marxista mais

ortodoxa... vê o aparelho de Estado como mero instrumento das classes dominantes” Haesbaert, (2016, p. 34). Cita leituras como Hannah Arendt que vê “a violência como a antítese do poder e este vinculado à ideia de consenso, de possibilidade de um compromisso socialmente (“democraticamente”, dirão muitos) partilhado”. Michel Foucault expande o poder a todas as relações sociais, possibilitando que se fale em território “desde a escala de uma sala de aula ou um quarto (em seu caráter político-disciplinar) até a escala supranacional de um conjunto de entidades estatais como a União Europeia”. Já Gramsci “concebia o poder – e, de modo mais específico, a hegemonia - como um constructo que combina dominação coercitiva, de natureza mais concreta, e consenso ideológico, mais simbólico”. Por fim, pontua Haesbaert (2016, p.35):

O território também é construído – em menor ou maior grau dependendo do contexto geo-histórico – a partir dessas relações sociais no campo das ideias e das representações (sobre o próprio território). Por mais que, em Geografia, reservemos a conceitos como lugar e paisagem a esfera do vivido e das representações, não há como não recorrer ao campo simbólico para revelar os meandros contemporâneos do poder sobre/com os territórios.

As leituras que melhor corroboram com a intenção da presente pesquisa são a de analisar o território do semiárido a partir de uma perspectiva integradora, “que envolve a leitura do território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural” Haesbaert (2011, p.74), além de perceber o território em múltiplas escalas, como propõe Brandão (2007), dada a sua diversidade, conectando o olhar para o global e a especificidade local como fundamento de ações, programas e políticas.

Por isso a riqueza de se analisar o território semiárido brasileiro, espaço que concentra a maior parte da população rural do Brasil, considerando as suas características físicas, sua identidade e as relações sociais nele construídas, relacionando sempre ao contexto macro a qual estamos submetidos, “não havendo uma escala mais importante e muito menos uma única”, conclui Brandão (2007, p.21):

Trata-se, portanto, de explicitar sempre os sujeitos sociais que, ao construírem o território, em distintos jogos de poder, territorializam e desterritorializam a si próprios e a outros indivíduos e grupos. Isso para não cair no que poderíamos denominar uma outra armadilha, a armadilha do “território-sujeito, sem sujeitos” – um território que só interfere enquanto “pedaço de chão” (sempre, de algum modo, limitado) e não enquanto instrumento de identificação e de disputa, de dominação e de resistência.

Assim, nesse bojo, podem desaparecer também as classes, os sujeitos coletivos, por um lado ou, por outro, diluírem-se também os sujeitos individuais que, às vezes de forma árdua, detêm algum poder para construir suas próprias territorialidades” (HAESBAERT, 2016, p.35).

Na formação histórica brasileira, o capital mostra-se desigual social e territorialmente, sendo eminentemente urbano. A cidade ocupa a sede do poder e da classe dominante, enquanto há abandono e negligência para com as áreas rurais, exploradas através de sistemas de produção extensivos e não sustentáveis. Sobre essa relação presente no território, “desde cedo o urbano constituiu espaço privilegiado para as forças patrimonialistas e mercantis e o rural se consolidou como espaço da itinerância dos capitais fundiários e agrários”, afirma Brandão (2007, p.118).

Silva e Bezerra (2016, p.107) ponderam ser importante percebermos a espacialização de tradicionais atividades econômicas, dentre elas a pecuária e a agricultura de sequeiro, mas também a presença das chamadas “novas economias” que vem acionando o território em favor do capital. Diante da atual configuração da urbanização do território, referidos autores pontuam, apoiando-se em Santos (2005 [1993]), que “não é possível distinguir ou separar o espaço rural e urbano como se fossem realidades isoladas e independentes”, sendo fundamental observar as “diversidades e heterogeneidades regionais que envolvem os aspectos de ambos os espaços que, apesar de apresentarem características comuns, são transformadas a partir das exigências ditadas pelo capital em cada parcela do território” (2016, p.108).

De fato, são em espaços como as grandes cidades e regiões metropolitanas onde a (re) produção do capitalismo se dá de forma mais intensa, reforçando a polaridade com espaços menos dinâmicos do mercado de capitais. Através da seletividade dos espaços, se amplia a exclusão, como explica Haesbaert (2011, p.18):

... a exclusão aviltante ou as inclusões extremamente precárias a que as relações capitalistas relegaram a maior parte da humanidade faz com que muitos, no lugar de partilharem múltiplos territórios, vaguem em busca de um, o mais elementar território da sobrevivência cotidiana. Assim, os múltiplos territórios que nos envolvem incluem esses territórios precários que abrigam sem-tetos, sem-terras e os tantos grupos minoritários que parecem não ter lugar numa des-ordem de “aglomerados humanos”, que em meio a tantas redes, cada vez mais estigmatiza e separa.

Como visto, o território hoje, com suas múltiplas territorialidades, é o espaço da heterogeneidade, que inclui e exclui, exigindo a cotidiana renovação dos processos e

das lutas pela sobrevivência. O campo se renova e se aproxima cada vez mais das cidades, porém não se esvazia. Guarda suas especificidades e a sua importância histórica enquanto espaço de luta, apesar da invisibilidade socialmente construída a seu respeito, que tem por base a histórica centralidade das cidades.

Ampliando a discussão para a temática em estudo, percebemos a questão agrária, portanto, enquanto fenômeno inerente ao sistema capitalista, uma das refrações da questão social que se materializa no território com características específicas para cada momento histórico, porém com a prevalência de elementos estruturais que exigem mudanças de caráter político e sócio econômico para a sua superação, viabilizadas pelo Estado através de Políticas Públicas. Tais políticas materializam os modelos de desenvolvimento propostos por cada nação, sendo a esfera do território o solo que abriga o movimento de tal conflitualidade e “categoria-chave para a leitura e aplicação de estratégias para o desenvolvimento, seja na escala local, regional ou nacional”, afirmam Silva e Bezerra (2016, p.112).

Nesse sentido, o território semiárido brasileiro não se resume ao território nordestino, sendo também composto pelo norte de Minas Gerais, delimitação utilizada pelo IBGE, SUDENE, conforme Resoluções 115, de 23 de novembro de 2017, e 107, de 27 de julho de 2017, ocupando cerca de 1/5 do território nacional e composto por 1.262 municípios, de acordo com informações da Articulação para o Semiárido – ASA. Nossa abordagem foca o Nordeste brasileiro, observando as dinâmicas no Ceará, Estado que possui aproximadamente 92% do seu território no semiárido, conforme dados da Fundação Cearense de Meteorologia – FUNCEME.

No Nordeste brasileiro, “região semiárida mais populosa do mundo com 36 milhões de pessoas”, afirmam Silva e Dantas (2016, p. 44), o bioma predominante é a caatinga, o único exclusivamente brasileiro. O solo tende a aridez e o baixo e irregular índice pluviométrico é uma realidade cotidiana, apesar de o nosso semiárido ser o mais chuvoso do planeta, se comparado aos índices pluviométricos de outras regiões semiáridas do mundo.

Entretanto, em cima de tais características climáticas se criou, no imaginário social, um discurso pejorativo, desqualificando as potencialidades e possibilidades de desenvolvimento da região, justificado por esse padrão natural, seguindo a perspectiva do determinismo geográfico, onde a natureza é protagonista importante da formação nacional. Castro (2001, p. 04) argumenta que:

No imaginário regional, a natureza semiárida é o sujeito e a sociedade seu objeto, instituindo a perspectiva de uma sociedade vitimizada pelo seu meio. Ao contrário da Amazônia, cuja natureza é vista como vítima dos homens, a natureza semiárida da região Nordeste faz dos homens suas vítimas. (CASTRO, 2001, p. 04)

Tal discurso, há tempos produzido e reproduzido pelas elites locais, fortalece o poderio político e econômico desses grupos, garantindo assim a sua dominação. Segundo Castro (2001, p. 05) “a associação entre seca e miséria obscurece algumas questões fundamentais da histórica organização socioeconômica e política que afetam o espaço regional”. A seca deixa de ser vista como fenômeno natural e passa a assumir proposições políticas.

A visão “estratégica” para os dominantes da seca enquanto tragédia social demanda intervenção estatal e o aporte de recursos públicos para o seu “combate”, objetivo impossível de ser atingido, por se tratar de fenômeno natural. A “ousadia” desse objetivo deu vasta margem para o beneficiamento e corrupção dos governantes, haja vista que a liberação de recursos para o combate à seca era contínua, ano após ano, através apenas de ações de cunho assistencialista, não estruturantes. Essa foi a lógica que contribuiu para a permanência no poder de oligarquias tradicionais por décadas, impedindo qualquer alteração na estrutura política, social e econômica no Nordeste.

Para exemplificar, citamos fornecimento histórico de água através de carros-pipas em contraposição à construção de cisternas de placas, que promove a segurança hídrica das famílias através da democratização e descentralização da água, sem gerar eterna dependência pela ação política, promovendo política pública que empodera e dá autonomia aos sujeitos do campo.

3.2 A QUESTÃO AGRÁRIA CONTEMPORÂNEA

A questão agrária se faz presente no Brasil desde o período colonial. Segundo Furtado (1989, *apud* BUAINAIN e PIRES 2003), a concentração da propriedade da terra está profundamente enraizada na formação histórica do país.

Para Fernandes (2001), a questão agrária é formada por problemas de ordem econômica, social e política relacionados à propriedade da terra e à concentração da estrutura fundiária. É uma das principais manifestações da questão social na sociedade capitalista. Inclui também os processos de expropriação, expulsão e exclusão dos sujeitos do campo, a luta pela terra e para a permanência nela, a

produção, abastecimento e segurança alimentar, acesso às políticas agrícolas e ao mercado, qualidade de vida e dignidade humana.

A questão social é definida por autores como Yamamoto (1999) como sendo a expressão da contradição do modo capitalista de produção, na qual quem produz não se apropria das riquezas oriundas de sua produção, se manifestando de diversas maneiras e em diferentes espaços.

Na realidade brasileira contemporânea, apesar da evolução vivenciada no país, o passado colonial não foi totalmente rompido, sendo amparado em dois pilares básicos, explica Mattei (2013, p. 15): “na concentração de terras e na exclusão social dos pequenos agricultores e dos camponeses tradicionais”. Tais contradições são decorrentes da apropriação capitalista da terra, produzindo, além da concentração fundiária, miséria e desigualdade social.

Para a apreensão de tal discussão e assimilação dos reflexos da questão agrária na atualidade, é mister a compreensão da relação existente entre o modo que o solo brasileiro foi ocupado e a concentração das riquezas nas mãos de uma minoria, fato desencadeador de severa desigualdade social que se sedimenta ao longo do tempo, perceptível no campo e na cidade. Para isso, lembremos da partilha das capitâneas hereditárias para os “amigos do rei”, da política das “sesmarias”, da lei de terras de 1850 e do Estatuto da Terra de 1964 como momentos importantes da relação Estado versus capital na formação da estrutura fundiária brasileira, resultando na concentração de terra e de renda.

Em relação ao aumento da concentração fundiária, Silva (2001), enfatiza que esse aumento se deu pela utilização da terra não como meio de produção, mas fundamentalmente como reserva de valor e meio de acesso ao crédito rural e aos incentivos fiscais, ou, simplesmente, como especulação imobiliária.

A expansão das relações capitalistas de produção no campo – implementado, sobretudo, através da modernização conservadora da agricultura, a partir do golpe militar de 1964 - leva a expulsão das populações tradicionais do meio rural que, com baixa capacidade de inserção profissional nas cidades, reforçam o fenômeno do desemprego estrutural, ao mesmo tempo em que corrobora para o aumento da concentração de terras, explica Silva (2001), consolidando-se terreno fértil para a questão social no campo.

Mesmo com o investimento técnico feito com recursos do Estado para a mecanização com fins de aumento da produção no campo, as características dessa modernização são de extremo conservadorismo, já que se assentam na manutenção de condições de exclusão que ampliam e fortalecem as desigualdades socioeconômicas, sem conseguir inserir o Brasil em posição de destaque no comércio internacional.

Sobre o tema, salientamos que quando do reconhecimento e enfrentamento da “Questão Social” pelo Estado - mediante às respostas dadas as demandas dos trabalhadores via políticas sociais - as manifestações da questão agrária já ocorriam no campo, até mesmo antes da penetração do capitalismo no espaço agrário.

A questão social surge a partir do desenvolvimento capitalista que, em busca da produção de mais-valia – a acumulação de uma quantidade sempre maior do que o investido originalmente – extraída do trabalhador e apropriada pelo capitalista, “produzindo riqueza na mesma razão exponencial que produz miséria” (DUARTE, 2015, p.315). Essa “regra” da sociedade capitalista está na raiz da questão social, expressando as desigualdades, produto do modelo de sociedade vigente, se materializando de acordo com a conjuntura onde o capitalismo se desenvolve, como destaca Duarte (2015, p. 316):

A questão agrária expressa um conjunto de contradições decorrentes da apropriação capitalista da terra que envolve, por um lado, um processo de concentração fundiária, renda e riqueza e, por outro, a produção de miséria, exclusão e desigualdade social no campo.

Felício (2006), afirma que a conflitualidade é o processo de enfrentamento perene da contradição estrutural do capitalismo que concentra riqueza e expande pobreza e miséria, sendo a concentração de terras o principal indutor da conflitualidade agrária brasileira. Tal conceito vem sendo utilizado para compreensão da questão agrária além de em diferentes compreensões e leituras, às vezes opostas, antagônicas e nem sempre complementares.

Girardi (2016), analisa a conflitualidade como um conjunto de conflitos gerados pelo processo de desenvolvimento adotado no campo, marcado pela extrema concentração fundiária, geradora de violência. Nesse sentido, para Felício (2006), o tratamento da questão agrária, portanto, não pode contemplar apenas o momento do conflito, mas sim o movimento da conflitualidade, seu caráter histórico e geográfico.

Nesse processo de reconhecimento da questão social, ressalta-se, o Estado, compulsoriamente, amplia suas funções e passa a intervir nos conflitos de classe, através da coerção, mas também do consenso. Para Girardi (2016), a eliminação dessa conflitualidade pode ocorrer através da adoção de estratégias de desenvolvimento que eliminem ou minimizem as refrações da questão agrária ou através da violência, que inibe os processos de luta pela terra (e permanência nela). Complementa-se tal debate trazendo exemplos de luta (s) das populações tradicionais para permanecer em suas áreas, lutando cotidianamente para garantir o atendimento de suas necessidades com o enraizamento no território.

A questão agrária, enquanto expressão da questão social traz as disparidades e impactos do sistema capitalista no meio rural, as relações de produção no campo são bastante complexas, pois abarca a intensificação da concentração fundiária e, concomitantemente, a resistência dos trabalhadores na luta pela terra e a implantação dos assentamentos rurais. A questão agrária compreende ainda as relações de poder no bojo da correlação de forças entre sujeitos antagônicos com interesses e perspectivas diferenciadas em torno da propriedade da terra, inclusive na realidade brasileira. No caso da situação rural brasileira, são predominantes as relações de dominação e subordinação por meio do capitalismo tardio, que se estrutura em grandes latifúndios concentradores de capital e desempenham a função de reproduzir a questão social do campo, marcada de forma mais específica pelo acesso desigual a terra. Dessa forma, a luta pela terra se torna um dos elementos essenciais para compreendermos a questão agrária no Brasil como expressão da questão social (GÓIS *et al.*, [entre 2015 e 2017] p.03)

O Estado deve intervir através de políticas públicas para mitigar os históricos danos que foram causados pela lógica do capital, que determinou o modo mercadológico e apropriador de relacionamento com a terra, que deixou de ser um bem natural, passando a ser visto e tratado como mercadoria extremamente lucrativa e geradora de mais valia. A luta pela terra, portanto, é uma das formas de recriação do campesinato, avalia Fernandes (2001), pois o reaproxima da terra permitindo que possa lutar para que continue a ser ele mesmo, para que não se torne assalariado nem capitalista.

Sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, a discussão acerca do fim do campesinato é um ponto que divide opiniões diante dos dois paradigmas teóricos que foram construídos: o do Capitalismo Agrário e o da Questão Agrária. Tais correntes teóricas se diferenciam basicamente pelo primeiro acreditar que o desenvolvimento do capitalismo leva a destruição do campesinato e que o seu futuro é a sua transformação em agricultor familiar integrado ao mercado, enquanto que o

paradigma da questão agrária defende a criação e recriação do campesinato, que resiste em tal cenário, lutando pela Reforma Agrária, que se apresenta como a oportunidade de retorno desse camponês à terra.

Para o capitalismo agrário, o camponês é sinônimo de atraso, de sociedades primitivas e que com o avanço do capitalismo, tende a desaparecer e transformar-se em agricultor familiar, sujeito mais adequado ao mundo moderno, capaz de responder às exigências da sociedade e dos mercados. Em consonância à promessa da modernidade de elevar todos os cidadãos à condição de igualdade, trata-se de um sujeito que é muito mais estimulado pelo Estado para se tornar um agricultor familiar do que a força das suas raízes e tradições o motivam.

Esse sujeito, de alguma forma, faz parte do agronegócio, quer seja vendendo a sua força de trabalho, quer seja alimentando o exército de reserva funcional, como defende Oliveira (2013), garantindo o preço mínimo dos salários, consumindo e corroborando para a reprodução do sistema.

Já para o paradigma da questão agrária, não há diferença entre o agricultor familiar e o camponês. A família é a proprietária dos meios de produção, assumindo o trabalho no estabelecimento produtivo (centralidade do trabalho familiar), tendo como desafio inserir-se no mercado através do trabalho familiar-cooperativo. Os que defendem tal linha afirmam que não deve existir trabalho do outro para gerar mais valia, não havendo o assalariamento no campesinato. Defendem autonomia, mesmo que relativa, à lógica capitalista e da sociedade global.

Ressalta-se que as características centrais do campesinato tradicional são a propriedade da terra, a centralidade da família, o modo de vida, o autoconsumo, as formas de produção e reprodução que mantém intrínseca relação com a propriedade camponesa, a busca pela conservação e crescimento do patrimônio familiar.

Destaca-se que o autoconsumo é uma prática que inexiste no agronegócio. Para além da classe, existe uma identidade que liga o camponês aquele local, que mantém suas características, tornando os seus costumes atemporais. Por mais que o ambiente seja moderno, tais sujeitos não abrem mão do modo de vida camponês.

A terra, para o campesinato, é vista como local de vida e de trabalho. É importante levar em conta que a ausência da posse da terra na realidade brasileira diferencia e fragiliza o nosso campesinato, característica central que gesta e alimenta a questão agrária que vivenciamos. No Brasil, o campesinato sempre esteve

dependente da grande fazenda. Eram trabalhadores livres por não serem escravos, porém produziam nas terras do latifúndio, o que dificulta a constituição do patrimônio familiar.

Wanderley (2004), que defende, simultaneamente, pontos de ruptura e continuidade entre as duas categorias sociais, afirma que diante da velocidade do mundo globalizado, o saber tradicional, repassado entre as gerações camponesas necessita estar integrado ao domínio de conhecimentos técnicos, sem priorizar um em detrimento do outro.

Fernandes (2001), compreende que no processo de territorialização do capital, o campesinato é destruído e recriado:

Ao ser expropriado pelo capital torna-se um assalariado e ao se capitalizar pode se tornar um capitalista. É no interior desse processo, resistindo, se mantém como camponês... de qualquer modo, estamos frente a um processo de subordinação ao capital, de exploração e de expropriação... A questão é se o camponês luta contra o capital ou aceita esse destino (FERNANDES, 2001, p.31).

Somado a herança brasileira de estrutura agrária concentrada, é fundamental citarmos a intervenção modernizadora do Estado no campo, iniciada nos anos finais da década de 1950, porém com maior ênfase a partir da década de 1960, motivado pelo desejo burguês de desenvolvimento econômico a partir de maior apoio público à agricultura, à modernização dos latifúndios e assim preservando ainda mais o direito de propriedade. Destacamos a ação estatal na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos para os proprietários, denominada de Revolução Verde, que com a sua estratégia de modernização excludente, reproduz a gradativa eliminação de mão de obra, sobretudo a local, elevando a tensão da questão social no campo e a demanda por Reforma Agrária, como veremos a seguir.

3.3 AS DIRETRIZES PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO NO RURAL

Mattei pontua, historicamente, que existem três momentos em que o papel da terra foi importante na conformação da sociedade brasileira:

...em 1850, quando foi regularizado, através da Lei de Terras, o acesso privado às terras, impedindo que parte da população trabalhadora rural também tivesse esse direito. O segundo momento ocorreu nas décadas de 1920 e 1930, quando o “Movimento Tenentista” questionou o latifúndio improdutivo e iniciou os primeiros debates sobre a necessidade de reformar

a estrutura agrária no país. Já a terceira fase iniciou-se no pós-guerra, quando apareceram as ligas camponesas e mais recentemente, quando surgiu o Movimento dos Sem Terra (MST), momentos estes que transformaram o campesinato em um dos atores sociais mais relevantes do país, ao indicarem a reforma agrária como um dos principais instrumentos de luta para transformar a sociedade brasileira (MATTEI, 2013, p. 17).

A organização dos trabalhadores rurais se unificou em uma linguagem comum que amenizasse as condições de exploração, miséria e os conflitos vividos no campo. As Ligas Camponesas, iniciadas na região nordeste, mas com destaque político nacional, pressionaram o Estado por mudanças na estrutura agrária brasileira, além de resolução de questões mais imediatas relacionadas às condições de trabalho. A igreja católica também passou a denunciar as condições de vida ali vividas, cobrando políticas públicas para a formação de uma classe média rural. Além disso, vale destacar que, segundo Medeiros (2003, p.18), aponta que a igreja “defendia o direito de propriedade, mas reconhecia a necessidade de uma reforma agrária por meio de desapropriações com justa indenização”.

O acirramento dos conflitos, a presença nas ruas de grandes massas organizadas em prol de uma demanda social faz com que segmentos sociais vejam a Reforma Agrária como fundamental para o desenvolvimento do país, discurso que ganhou amplitude, garantindo direitos como a organização sindical e melhoria de condições de trabalho. Ao mesmo tempo, as diretrizes econômicas para o país apontam a necessidade de modernização do setor, de elevação de renda através do estímulo à produção, o que incluiria os trabalhadores rurais em mercado consumidor, cita Medeiros (2003).

A necessidade de transformações fundiárias e de modernização do campo cria consenso nacional e o instrumento jurídico é publicado. O Estatuto da Terra, criado em 1964, na vigência do Governo Militar, incorporou à letra da lei, em partes distintas, a reivindicação do acesso à terra por trabalhadores rurais e o apoio à agricultura (e aos latifundiários em dificuldades, através dos processos de modernização conservadora), ilustrando o caráter dual das políticas públicas para o desenvolvimento rural brasileiro.

Girardi (2016, p.91) avalia que tal instrumento, por mais progressista que fosse, não modificou a estrutura agrária concentrada do país, sendo ferramenta promotora da colonização do Cerrado e da Amazônia legal:

Os camponeses foram levados para essas regiões pretensamente como colonizadores, mas o fim da grande maioria foi formar um exército de mão de obra para o capitalismo agrário ali implantado. Vários assentamentos rurais foram criados na região, considerados até hoje pelo Estado brasileiro como projetos de reforma agrária (GIRARDI, 2016).

Essas iniciativas representam uma reforma agrária conservadora, já que “as terras do latifúndio não foram transformadas em terras camponesas” (GIRARDI, 2016, p.91).

O processo de Modernização Conservadora vivenciado no Brasil foi condicionado pelos interesses da burguesia nacional, que, por conseguinte, criou obstáculos ao acesso democrático à terra pelas classes sociais menos favorecidas e corroborou com a relação de dependência econômica do país às dinâmicas dos países centrais. Com tais características, tal método entendia que a concentração fundiária não seria um entrave para a expansão da industrialização nacional, sendo a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), um dos grandes signos do processo de Modernização Conservadora em sua extensão ao Nordeste. Ressaltamos que a opção por apresentar tal experiência faz *link* com o universo da pesquisa, que compõe o semiárido nordestino.

Seguiremos nossas reflexões nos próximos tópicos abordando sobre as duas frentes de ações adotadas pelo Estado brasileiro diante da questão agrária no Nordeste: o processo de modernização conservadora frente à atuação da SUDENE e a Política de criação de assentamentos rurais.

3.3.1 A Modernização conservadora

Durante o regime militar, os investimentos públicos priorizaram a vertente da industrialização (através de incentivos fiscais e de crédito farto e barato que atraíram grandes empresas para o meio rural) e do desenvolvimento agrícola de grandes imóveis. Sendo a nossa abordagem voltada para a realidade do nordeste brasileiro, elencamos detalhar uma importante intervenção pública nesta região, a SUDENE, a fim de apontar características do conjunto de ações públicas que ficaram conhecidas como Modernização Conservadora.

A SUDENE foi criada pela Lei nº3.692, de 15 de dezembro de 1959, sendo pensada como uma política de desenvolvimento econômico e industrial do Nordeste, no intento de reduzir as desigualdades inter-regionais, após o diagnóstico apontado em relatório emitido pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste –

GTDN, sob coordenação de Celso Furtado. Lima Junior (2014, p.57) resume os principais estrangulamentos apontados no documento, causadores das desigualdades do Nordeste quando comparado às demais regiões do país:

- a) A renda retida no Nordeste além de ser em nível inferior se apresentava bem mais concentrada que a do Centro-Sul;
- b) Transferência de capitais nordestinos para o Centro-Sul, canalizados pela divergência competitiva dos meios de produção;
- c) Ritmo de crescimento do Centro-Sul, bem superior ao do Nordeste em virtude do *boom* industrial vivenciado pelo avanço nas etapas do processo de substituição de importações;
- d) Caráter assistencialista das transferências governamentais para o nordeste principalmente durante as fases de seca, enquanto na região do Centro-Sul os investimentos realizados geravam oportunidades de emprego;
- e) Desníveis na arrecadação tributária sendo a nordestina bem inferior. (LIMA JUNIOR, 2014, p. 57)

Faz-se mister pontuar sobre o quadro social vivenciado no Nordeste, à época: “uma hegemonia burguesa que se impôs sem romper abertamente com a oligarquia agrária” (OLIVEIRA, 1993, p. 95). Lima Junior (2014, p. 64) pontua sobre a constituição das ligas camponesas que reivindicam terra no âmbito rural e melhores condições de vida, o que ocorre em paralelo a reivindicações por aumento de salários no âmbito das atividades industriais e reivindicações estudantis. Tais movimentos provocam apreensão nacional e internacional diante do risco de expansão da revolução cubana a partir do Nordeste, afirma o autor.

Ainda de acordo com Lima Junior (2014, p.64), sintetiza-se o pensamento de críticos como Francisco de Oliveira e Wilson Cano a respeito da criação da SUDENE:

Estava explícita a intenção de Furtado para o Nordeste que não meramente a fantástica missão de transformação da região (Furtado, 1989, p.58), mas sim de alargar a esta região as distinções propícias para relações capitalistas principalmente no campo. Até onde vimos, pela sua formação histórica, o Nordeste guarda não só no espaço rural, mas em todo o seu complexo econômico, características de economia pouco capitalizada mesmo nos seus ramos mais dinâmicos (LIMA JUNIOR, 2014).

Sobre esse ponto de vista, o referido autor adverte sobre as dificuldades em prol da homogeneização da acumulação de capital a partir do Centro-Sul, diante das especificidades da sociedade nordestina que restringiam tal processo. Entre elas a dificuldade de formação de mercado consumidor interno devido à espoliação das condições de remuneração pela venda de sua força de trabalho, resquício da formação histórica do Nordeste. “A ação desenvolvimentista, à medida que promove

essa homogeneização, dissolve tal quadro de conflitos numa realidade única, que é o desenvolvimento nacional” (LIMA JUNIOR, 2014, p.68).

As intervenções geradas a partir da SUDENE não conseguiram solucionar as questões sociais da região nordeste, reproduzindo e reforçando o foço das desigualdades entre as regiões do Brasil. O que houve foi o incentivo estatal na abertura de novos mercados para o capital oriundo do Centro Sul do país, ampliando a sua seara de dominação.

Oliveira (1977) avalia que a SUDENE de fato promoveu a industrialização do Nordeste, mas sem quebrar a dependência ao capitalismo do Sudeste, Centro-Sul e do capital estrangeiro. Faz críticas aos incentivos fiscais que nortearam as ações da SUDENE, que estimularam tal capital a circular no Nordeste, eliminando indústrias tradicionais que perdem a condição de concorrer com a indústria que vem de fora, subsidiada pelo Estado, atentando para o fato de que o capital sempre volta para o Centro-Sul, onde é o seu centro, não compartilhando a riqueza localmente.

Tania Bacelar de Araújo apresenta a obra de Brandão (2007) pontuando com maestria sobre a Modernização Conservadora vivenciada na formação econômica brasileira, fortalecida com a criação da SUDENE, em 1959, onde as elites reproduzem o seu projeto hegemônico mais uma vez privilegiando os setores mais avançados do país, com investimentos capitaneados pelos cofres públicos.

Tal intervenção potencializa a inserção competitiva dos nichos mais desenvolvidos economicamente, esquecendo do que a autora considera “o resto”, que é a parcela da população economicamente vulnerável, que está fora do mundo globalizado. O Estado brasileiro desconsidera o quadro de desigualdade social existente com essa política desenvolvimentista, reforçando a divisão entre os dois Brasis: o moderno e o atrasado. O equívoco, para a autora, é achar que o país pode se tornar uma grande potência com o tamanho da desigualdade social existente.

Cinquenta anos após a criação da SUDENE, símbolo maior da tentativa de ação planejada do Estado, no Nordeste, para reduzir as disparidades regionais, percebe-se a reprodução de tais discrepâncias no interior do território nacional. Ampliando o olhar para além da problemática das desproporções entre as regiões, o espaço rural brasileiro continua reproduzindo lógica dual e contraditória da modernização conservadora. Por um lado, de adaptação aos ditames internacionais, através da expansão do *agrobusiness*, que tem a centralidade de suas ações na busca do lucro

e expansão de capitais; e por outro, na resistência das populações camponesas que lutam por terra e por condições que garantam a sua permanência e reprodução social no campo de modo digno, com justiça social. Buscam estratégias de resistir à lógica neoliberal em seus processos de reprodução social, demonstrando à sociedade as possibilidades de romper, mesmo que pontualmente, com a hegemonia do capital.

Sendo assim, o campo é o espaço da reprodução do agronegócio, atividade econômica que alavanca o PIB do país, marca da expansão do capital transnacional no campo, do desenvolvimento tecnológico e da monocultura, que além de danos ambientais gera reconcentração fundiária e precarização das relações de trabalho. Não objetiva a produção de alimentos para o mercado interno e sim a formação de *commodities* – mercadoria que funciona como matéria prima, oriundo de produção em escala, que sofre pouco ou nenhum processo de alteração, negociados na bolsa de valores internacionais.

Simultaneamente à expansão do agronegócio, pesquisas recentes demonstram que os agricultores familiares são responsáveis pela produção de significativa parte dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros. A informação de que a produção familiar chega a 70% de tudo o que é consumido no país foi veiculado pelo próprio Estado em 24/07/15, em sua página oficial⁴. Tal quantificação é alvo de questionamentos e argumentações no tocante a impossibilidade de quantificar por se tratar de produtos diferentes, sendo impossível somar as quantidades físicas de tamanha diversidade. Na mesma nota onde é feita a crítica, publicada pela EMBRAPA em seu *site* no dia 14/09/17, cujo título é “A real contribuição da agricultura familiar no Brasil”⁵, há a afirmação de que se torna irrefutável a importância dos agricultores familiares para a soberania alimentar e nutricional do país.

O espaço rural é *locus* que abriga parcela da população brasileira, que reside, retira sua sobrevivência, criam os filhos, reproduzindo-se socialmente. Rompendo antigos e clássicos estereótipos, os sujeitos do campo não estão alijados dos processos de desenvolvimento vivenciados a partir dos fenômenos da industrialização e globalização, mesmo que tais processos tenham gerado uma “modernização conservadora”, avalia Oliveira (1993), em sua clássica obra *Elegia para uma re(li)gião*.

⁴<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em 20/06/18

⁵<https://www.embrapa.br/agropensa/busca-de-noticias/-/noticia/27405640/a-real-contribuicao-da-agriculturfamiliar-no-brasil>. Acesso em 20/06/18

A principal crítica feita por Oliveira (2013) é que tal modernização não foi guiada pelo Estado com fins de superação do atraso e das desigualdades sociais históricas, conforme destaca, e sim que a ação do Estado fortalece a discrepância entre os dois polos da economia (“o moderno” e “o atraso”). Para o autor, montou-se um sistema econômico em que setores mais avançados funcionalizavam “o atraso”.

O Estatuto da Terra foi promulgado em 1964 para intervir nessas áreas “não desenvolvidas”, com o(s) objetivo(s) maior de modernizar a agricultura e de realizar a reforma agrária através da desapropriação das áreas de conflito. Historicamente, o que ocorreu na prática foi a modernização da agricultura, o que se mostrou essencialmente estimulador da concentração fundiária, ficando a reforma agrária alijada a ações pontuais, sem nunca ter sido implementada em sua totalidade. Em continuidade à análise das finalidades centrais do Estatuto da Terra, discutiremos sobre a política de criação de assentamentos rurais implementada no Brasil.

3.3.2 A Política de criação de assentamentos rurais

A lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no capítulo III, Título VII, da constituição federal de 1988. Dentre outras questões, institui uma nova classificação e denominação às propriedades de terras, conforme o tamanho: minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade.

O conceito de reforma agrária, definido pelo Estatuto da Terra, é apresentado como “[...] um conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime da sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade” (BRASIL, 1964, p.1). Neste documento, o objetivo da reforma agrária é “estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio” (BRASIL, 1964, P.5).

A concentração fundiária cria massiva demanda social por terra, formada pelos excluídos no processo de modernização da agricultura. Esses pequenos proprietários, posseiros, arrendatários que iam perdendo suas terras, local de moradia e de onde retiravam a manutenção de suas famílias, formam o exército de reserva dos que não conseguiram outra chance na agricultura, obrigados a mudar para as cidades em

busca de novas estratégias de sobrevivência. Transformam-se também em mercado consumidor, tendo que consumir por não ser mais possível a produção de parte do seu alimento feito no campo, ampliando, assim, o mercado das indústrias implantadas com incentivos públicos.

O trabalhador rural, como qualquer trabalhador, anseia por melhores condições de vida e de trabalho. A terra, para eles, representa trabalho, renda, moradia. Em Silva (2001, p. 95), percebemos a reforma agrária como “estratégia para romper com o monopólio da terra”, permitindo a apropriação dos frutos do seu próprio trabalho com a eliminação do latifúndio e da dominação parasitária da terra.

No Governo de Médici (1969-1974), foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Nordeste e Norte (PROTERRA). Esse programa se desvirtuou da esperada reforma agrária, já que capitaliza o latifundiário ao modernizar parte de sua propriedade com crédito subsidiado, adquirido através de negociação com o Estado, de parte dessa mesma propriedade, num percentual de 25% a 50%. Dessa forma, evita a desapropriação da área remanescente ao torná-la uma empresa rural.

O PROTERRA tinha um discurso de Reforma Agrária, entretanto, de fato era um programa de compra e venda de terras. Essa política dava continuidade à lógica de concentração fundiária, em defesa da propriedade privada da terra e de grupos econômicos. (ARAÚJO, 2006 p. 263).

Nas décadas de 1980 e 1990, a reforma agrária é vista como uma demanda socialmente imposta e que não podia ser ignorada. Passo necessário e indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e para assegurar o desenvolvimento sustentável do país, segundo Buainain e Pires (2003).

Os assentamentos emergiram na década de 1980 no Brasil com o fortalecimento dos Movimentos Sociais de luta pela terra e a busca pela redemocratização. No final da década de 1970, com a ocupação da Fazenda Anone, no Rio Grande do Sul, houve o surgimento do MST como movimento aglutinador das forças em defesa da reforma agrária, interagindo com outras instituições, especialmente com a ala progressista da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975. Os padres, ligados à teologia da libertação, tiveram papel fundamental na organização do movimento sem-terra e viam esses trabalhadores do campo como “um povo que se

emancipa e enfrenta o opressor para chegar à terra prometida” (Revista Isto é, edição 2184, 16/09/11).

Em 1985, com a reabertura política do Brasil e resultado da articulação nacional com os movimentos sociais e da própria crise da Ditadura Militar, foi aprovado o I Plano Nacional de Reforma Agrária – I PNRA, que tinha como meta assentar 1,4 milhões de famílias de 1985 a 1989. No entanto, não atingiu nem 10% da meta. Nesse mesmo ano, surgiu também, a União Democrática Ruralista (UDR), com o objetivo de, entre outras coisas, mobilizar os fazendeiros para pressionar o governo a não realizar o I Plano Nacional de Reforma Agrária (MIRANDA, 2010 p. 73).

A sua execução foi atribuída inicialmente ao MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) e posteriormente ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), através das Superintendências Regionais (SR's), localizadas nos estados, ressalta Miranda (2010, p. 75).

Segundo Miranda (2010, p.75), no Governo Collor (1990 a 1992), a reforma agrária novamente não aconteceu. Os poucos assentamentos efetivados resultaram de projetos iniciados no governo anterior.

Em 1993 há um aumento considerável das ocupações, reflexo da afirmação dos movimentos sociais de que, “embora já existissem dispositivos legais, a reforma agrária só aconteceria na prática com a intensificação da luta pela terra” (MIRANDA, 2010, p.77).

Durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, também não houve grandes avanços nessa área. Muito pelo contrário, no Governo de Cardoso, cumprindo os ditames do neoliberalismo e da globalização, houve a criação do programa ‘Nova Reforma Agrária’, ação financiada pelo Banco Mundial para o mundo subdesenvolvido. Tal programa tinha como base o conteúdo do texto: “Agricultura familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural” que previa, basicamente, segundo Miranda (2010): a integração das linhas de crédito PROCERA (Programa de Créditos Especiais para a Reforma Agrária) e PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), a descentralização da Reforma Agrária, com atribuição de funções para os Estados e municípios, e por último, mudanças na forma de acesso à terra, inclusive com cadastramento de famílias sendo feito na agência dos correios. Percebe-se que essas

diretrizes foram tomadas com a clara pretensão de desmobilizar os trabalhadores e de fortalecer o mercado de terras.

No primeiro Governo Lula, durante a realização da Conferência da Terra, em 2003, foi publicado o II Plano Nacional de Reforma Agrária, denominado Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Há a tentativa de fortalecimento da instituição executora da Reforma Agrária através da realização de 02 concursos públicos, realizados nos anos de 2004 e 2005. A expectativa quanto à realização das reformas estruturantes era latente na sociedade, entretanto, apenas ações pontuais foram realizadas na pasta com a ascensão ao planalto de representante do Partido dos Trabalhadores.

Veiga (1984, p. 08) tem uma concepção de que a reforma agrária nunca surge como uma decisão do Estado, ou da direção política de um país, muito menos de uma classe social. Segundo o autor “[...] ela sempre é o resultado de pressões sociais contrárias, e, ao mesmo tempo, é limitada por essas mesmas pressões”.

Percebe-se que tal concepção se materializa de fato, já que a reforma agrária tem sido implementada de forma descontínua, absorvendo e implementando as ações de acordo com o nível de pressão que se estabelece “em cada lado da moeda”. Ora atendendo às reivindicações dos trabalhadores rurais e avançando nas ações de reforma agrária, ora recuando e atendendo aos interesses dos grandes proprietários, representados no senado pela bancada ruralista.

Fernandes (2001) avalia que inexistiu uma política de Reforma Agrária no Brasil, confundida com a política de criação de assentamentos rurais, que só foram gerados como resultado da luta pela terra. Assim, pela inexistência da Reforma Agrária, as ocupações tem sido a principal forma de acesso à terra, sem alteração da estrutura fundiária brasileira, conclui Fernandes (2001, pág. 21).

Destaca-se a característica os assentamentos rurais serem criados em áreas historicamente descartadas pelo capital, geralmente com difícil acesso, baixa infraestrutura, com solos esgotados por práticas agrícolas pautadas em monoculturas, necessitando, desse modo, de investimentos, em grande parte oriundos do poder público para a melhoria de tais condições.

Desse modo, ao se analisar as concepções que fundamentam as práticas governamentais, diante do tratamento seletivo dado aos dois projetos de desenvolvimento do campo - agronegócio e agricultura de base familiar – percebe-se

que a política de criação de assentamentos rurais ainda caminha mais para uma política social compensatória do que para uma ação estruturante, de desenvolvimento do meio rural, sendo o corte e contingenciamento de recursos uma realidade constante na dinâmica da agricultura de base familiar, limitando os seus resultados. Esses espaços se contrapõem aos espaços denominados “luminosos” por Milton Santos (1999), que são aqueles que apresentam maior capacidade de resposta às demandas do capital por, historicamente, terem os seus investimentos priorizados.

Para tal política ter o espectro de política de desenvolvimento territorial implicaria em desconcentrar a estrutura fundiária, o que não aconteceu na história do Brasil. Todos os governos a conceberam enquanto política compensatória, como resposta pontual em determinadas zonas de conflito, geradas pela má formação estrutural da sociedade brasileira, que espolia o trabalhador rural da propriedade da terra através do referido mecanismo de concentração. O que se constata é de que a maior parte dos assentamentos vem sendo implantados atendendo às pressões dos movimentos camponeses, graças às lutas populares e às conjunturas políticas, mas nunca de forma planejada pelo Estado. A seguinte citação resume a política de assentamentos existente:

Tem se realizado no Brasil, principalmente nas últimas três décadas, uma política compensatória de assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra, ou seja, ações que são significativas do ponto de vista de acesso à terra, mas que são pontuais, realizadas em áreas de conflito, a partir da organização dos movimentos sociais do campo e, portanto, não podem ser confundidas com reforma agrária. (MIRANDA, 2010 p.51)

Portanto, como também afirma Girardi (2016), para a compreensão da conflitualidade presente na questão agrária brasileira, é fundamental entender que a reforma agrária ampla nunca foi realizada efetivamente, ficando restrita à política de assentamentos rurais. Diante da permanência da concentração fundiária (que é causa e efeito da questão agrária), é evidente que tal conflitualidade se agrava no campo brasileiro com a territorialização do capital, requerendo a articulação de outros grupos tradicionais como ribeirinhos, indígenas e quilombolas, e mais recentemente, os atingidos por barragens/grandes obras, que veem seus territórios serem ameaçados. Para tal autor,

Isso ocorre porque há um aumento da pressão do capital sobre as terras e os direitos desses grupos, buscando transformar essas terras em objetos de especulação ou de produção de *commodities*. Há uma retomada do enfrentamento direto entre os fazendeiros e empresários e esses grupos, e nesse processo a disputa pela terra – o território material – está sendo travada também em uma esfera das ideias e do poder político e econômico (território

imaterial), cuja representatividade do latifúndio e do agronegócio nas instancias formais e legais é muito superior àquelas que defendem os demais grupos sociais do campo (GIRARDI, 2106, p. 114).

Exemplificamos a histórica dualidade de intervenção no rural na existência de dois ministérios que trataram do rural brasileiro: o agronegócio é representado pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), e a agricultura familiar no antigo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), reduzido em 2016, no Governo Michel Temer, ao *status* de Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, ligado à Casa Civil da Presidência da República, pasta incorporada ao MAPA em 2019, no Governo Bolsonaro.

O Ministério da Agricultura é o mais antigo, criado na época do Brasil Império (1860), é o ministério do agronegócio e, portanto, sempre defendeu os interesses do latifúndio e das corporações. Definiu sozinho as políticas agrárias por mais de um século. O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi criado após o massacre de Eldorado dos Carajás (1996) e tornou-se importante para o desenvolvimento da agricultura camponesa/familiar. Sua criação foi resultado da luta camponesa por terra e por um modelo de desenvolvimento emancipatório, contra o estado de sujeição às políticas de interesse capitalista elaboradas pelo ministério do agronegócio (FERNANDES, p. 385).

Sobre os diferentes modelos de desenvolvimento em questão, Fernandes (2015, p.383) afirma que:

a existência de dois planos para o desenvolvimento da agricultura explicita as disputas por modelos de desenvolvimento entre duas classes sociais: a classe capitalista representada pelo agronegócio e a classe camponesa, representada com a denominação de agricultura familiar, criada pela Lei número 11.326, de 24 de julho de 2006.

Em atendimento às conflitualidades geradas pelos diferentes modelos de desenvolvimento, dependendo da correlação de forças, são criadas políticas públicas emancipatórias ou de subordinação, conforme classifica Fernandes (2015, p. 396):

As políticas de subordinação, quase sempre, são elaboradas de cima para baixo com o objetivo de controle político das populações subalternas. As políticas emancipatórias quase sempre, são elaboradas de baixo para cima com o objetivo de construir autonomias relativas e formas de enfrentamento e resistência na perspectiva de superação da subalternidade (FERNANDES, 2015).

Seguindo esse raciocínio, o referido autor complementa que:

Os territórios camponeses necessitam de políticas de desenvolvimento a partir da lógica do trabalho familiar, cooperativo ou associado, para a produção de diversas culturas para os mercados locais, regionais e nacional e para a exportação. Enfatizando, novamente, cada território precisa produzir políticas de acordo com sua lógica, seu modo de produção. A ação do agronegócio em territórios camponeses rompe a territorialidade camponesa e cria a subordinação, expressa pela territorialidade do agronegócio. As políticas dos territórios camponeses não podem, portanto, ser elaboradas a partir da lógica do agronegócio. As políticas públicas com esses princípios devem ser elaboradas preferencialmente pelos movimentos camponeses, sindicatos e suas confederações. A participação do governo é importante, mas não pode ser intrusiva. Desde esse entendimento, o grande desafio do campesinato é elaborar um plano de desenvolvimento e de enfrentamento ao capitalismo, para garantir o direito de sua existência. (FERNANDES, 2015, p. 392).

Para percepção mais uniforme da conjuntura a qual estamos submetidos, é mister fazermos a leitura de modo contextualizado e interligado às demais questões estruturais que estão postas. Como exemplo, citamos o cenário de precarização dos serviços públicos, de redução do Estado, ditames neoliberais do Estado mínimo. A crescente retirada de direitos das classes subalternas, exemplificando a flexibilização das relações de trabalho aprovadas na reforma trabalhista, Lei 13.467 de 2017, que fragiliza ainda mais o já gritante quadro de desigualdade social brasileira, somada a proposta de reforma da previdência apresentada pelo Governo Bolsonaro, que retira direitos históricos conquistados pelos trabalhadores.

Outra ameaça que tramita, reflexo do avanço do capital no campo em detrimento a questões ambientais e de saúde pública, é o Projeto de Lei (PL) 6.299/2002, conhecido por PL do veneno, que propõe flexibilizar o uso, controle, fiscalização e registro de agrotóxicos, aumentando assim oferta de defensivos para os produtores rurais, argumento utilizado pelos defensores do PL. Propõe também a alteração do nome agrotóxico para pesticida, colocando um nome menos impactante para mascarar o verdadeiro risco dos produtos. Por fim, exemplifica-se o recente episódio da retirada da candidatura do Brasil da sede da Conferência do clima das nações unidas (COP-25), para o ano de 2019. Já era esperado que o Brasil sediasse importante evento climático mundial, haja vista a posição de protagonismo até então assumido pelo país diante das preocupações climáticas e ambientais, inquietações vistas pelos críticos aos ambientalistas como alarmismo ambiental. Tais situações ilustram o conflituoso cenário brasileiro atual, com a difusão de ideias reacionárias, de intolerância às diferenças e ao contraditório.

As perspectivas da ação governamental apontam para a redução da criação de assentamentos rurais com o esvaziamento significativo das metas e do orçamento público destinado para tal finalidade, sob a justificativa da necessidade de priorizar investimentos nos assentamentos rurais já existentes, para que possam “caminhar sozinhos”. Em ocasião do anúncio do Plano Safra 2019, em entrevista concedida ao Programa Roda Viva, exibido em 17/06/19,⁶ a ministra do MAPA, Teresa Cristina Corrêa da Costa Dias, quando questionada sobre as perspectivas para a reforma agrária e assentamentos rurais, sob sua responsabilidade, afirma que os 88 milhões de hectares de terras distribuídas na reforma agrária para 1 milhão de famílias não têm como ser incluídos na cadeia produtiva e que o caminho é a titulação, para que a família decida o que fazer. Ressalta que está sendo feito mutirão para atualizações nos cadastros dos beneficiários e dos projetos para titular o máximo possível de assentamentos, sendo essa a única ação que foi comentada pela ministra durante a entrevista para o público das áreas reformadas.

Tal fala está em consonância com o que observamos quanto aos direcionamentos e prioridades para determinadas ações do INCRA, desde o Governo Michel Temer, em 2017. Desde então, atividades relacionadas à titulação tem sido “o carro chefe” da autarquia, uma das poucas ações que dispõem de orçamento, em detrimento, por exemplo, de ações de desenvolvimento como o crédito instalação ou a desapropriação de novas áreas. Questionamentos surgem com as diretrizes apontadas na fala da ministra: será se as condições de “caminhar sozinho” foram fornecidas para essas áreas que serão tituladas? Cada família decidir (sozinha) o que fazer é a melhor saída para quem? A titulação feita do modo proposto pode levar a reconcentração das áreas reformadas?

Durante o processo de construção teórica da pesquisa, constata-se o amplo leque de pesquisas sobre Reforma Agrária que centram sua abordagem na evolução e resgate da perspectiva histórica/temporal por Estado bem como das legislações. Considerando a vivência na execução da política propriamente dita, entende-se possível trazer para a presente pesquisa um foco mais atual da discussão sobre a Reforma Agrária, sobre os seus desafios e a sua pertinência nos dias atuais, do que abordar sobre aspectos já bastante referenciados.

⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=ou4kh8FaVg0>, acesso em 18/06/19.

Essa demanda social, recorrentemente pautada, mas nunca efetivada, é denominada pelo economista Noronha (2019), como “Reforma Agrária Perene”, considerando que na história do nosso país muito se falou, mas pouco se avançou na sua concretização, afirmando que esta é uma agenda que sempre esteve posta, porém nunca priorizada. Nesse sentido, a discussão sobre a pertinência da Reforma Agrária na contemporaneidade é bastante salutar diante da onda conservadora que o mundo vivencia, onde pautar tal intervenção como demanda social brasileira passa a ser vista, por grande parte da sociedade brasileira, como um ideal da esquerda desatualizada, como demanda ultrapassada, “demodê”, citando, na argumentação, diversos exemplos de experiências de reforma agrária de baixo sucesso, tanto no Brasil como em outros países latinos.

À luz destes fatos pode-se dizer que o bloco de poder político dominante impede qualquer avanço. E isso não é de hoje. É exatamente neste aspecto que reside a atualidade de Caio Prado Junior, ao mostrar essa realidade em várias passagens quando diz que “somos hoje o que éramos ontem”. Com esta simples frase o autor está resgatando uma trajetória histórica do país que não muda, sendo bem mais grave na questão agrária porque, por mais que se tenha tido nas últimas décadas uma política de assentamento rural, a realidade agrária do país praticamente não se alterou. (MATTEI, 2013, p.69).

O desinteresse de sequer pautar o tema demonstra o nível de intenção da promoção de qualquer mudança mais estruturante pelas elites, que sempre dominaram econômica e politicamente o país, direta ou indiretamente. Como revelado preliminarmente pelo censo agropecuário 2017, houve modernização do rural pelo agronegócio ao mesmo tempo em que houve queda na população ocupada do campo, demonstrando a necessidade latente de uma radical democratização do acesso à terra, pontua Noronha (2019).

Mattei (2013), cita outro argumento utilizado pelos críticos da redistribuição da propriedade de terras (e de rendas), de que essa ação não se faz mais necessária pois o agronegócio já resolveu o problema do campo brasileiro, que a urbanização, a globalização dos mercados e a tecnologia seriam os temas que deveriam estar sendo colocados em pauta para discussão, desconsiderando assim a questão agrária latente no Brasil.

Em breve resgate histórico das lutas sociais, grupos ligados a setores mais tradicionais da nossa sociedade, como aos latifundiários sempre se mostraram contrários a qualquer alteração social, favoráveis a manutenção do “*status quo*”. Fato

que corrobora com tal ideia é o baixo interesse de divulgação de experiências de sucesso vivenciadas por grupos minoritários, como agricultores familiares que resistem e lutam contra à lógica hegemônica neoliberal no seu cotidiano, com experiências de autogestão que demonstram, na prática, que a superação das problemáticas através da ação coletiva tem peso significativamente maior do que focar apenas na lógica individual, estimulada pelo sistema capitalista. Citamos como exemplo a reduzida veiculação nos meios de comunicação de experiências agroecológicas, de casas de semente, de atividades de autogestão em comunidades tradicionais como o turismo comunitário, etc.

Mattei (2013) relata que a minimização do papel econômico e social da Reforma Agrária é outro viés que vem crescendo nos espaços acadêmicos de construção de conhecimento, desconsiderando a magnitude da redistribuição da terra e da renda no combate à pobreza rural. Segunda tal lógica de pensamento, para a erradicação da pobreza rural, seria necessária políticas na linha do programa Bolsa Família, direcionadas a esses produtores de um nível menor de produtividade, sem proporcionar nenhuma ação de cunho mais estruturante para as famílias, estratégia que não ameaça a posse da propriedade privada aos latifundiários.

Os investimentos científicos, inquestionavelmente, são dedicados em maior monta a investigar os problemas do agronegócio, muitas vezes por organismos de pesquisas do próprio Estado brasileiro, a exemplo da Embrapa. O reduzido acesso a tecnologias e pesquisas pelos pequenos produtores corrobora negativamente no desempenho econômico desses grupos. Nesse sentido, o que se percebe é que a academia necessita ampliar o seu espectro de atuação, direcionando mais pesquisas de interesse dos pequenos agricultores, historicamente excluídos dos processos produtivos, ampliando experiências já existentes, por exemplo, em alguns territórios localizados no sul do país, onde tal troca de saberes entre a academia e os agricultores familiares já existe de modo mais consolidado.

Outro aspecto que é uma constante dificuldade no cotidiano dos assentados e que influencia na produtividade dos pequenos agricultores é o precário acesso à assessoria técnica, mesmo com a promulgação da lei 12.188, de 12 janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER). Com essa legislação criou-se a

expectativa de que a assistência técnica seria uma política pública permanente, o que não ocorreu.

Na prática, as dificuldades vivenciadas pelos beneficiários vão desde a rotatividade dos técnicos na vigência do contrato, muitas vezes motivado pela precariedade das condições e das relações de trabalho, fato que compromete o vínculo com o assentado e com o planejamento e desenvolvimento das atividades e, o que é mais comum, a descontinuidade na prestação dos serviços devido longos períodos sem contratos vigentes com as empresas.

Tais entidades são contratadas através de editais, chamadas públicas. De fato, se percebe que ao longo da história da extensão rural no Brasil, esse setor sempre se deparou com problemas de continuidade de suas ações, em função da sua forma de financiamento. Os convênios ou contratos com prazo determinado ou as mudanças de governo são fatores que levam a essa descontinuidade, sentida por todos os sujeitos desse processo, sobretudo pelos agricultores. Ao criarem vínculos de confiança com o determinado técnico, com a sua substituição há uma quebra nos trabalhos, assim sendo os assentados perdem pouco a pouco a credibilidade no processo de extensão rural.

Os recorrentes cortes e contingenciamento de recursos destinados às ações de reforma agrária são uma dificuldade que impacta diretamente nas diversas ações de responsabilidade da autarquia, que vão desde a concessão de créditos, ao custeio de assistência técnica, ao acompanhamento da situação ocupacional de cada área reformada, dentre outras. A não priorização da destinação orçamentária impacta diretamente no desenvolvimento dos assentamentos e no acompanhamento que o INCRA deveria prestar nas áreas que estão sob a sua responsabilidade, situações que não chegam tão facilmente ao conhecimento da sociedade, o que leva a um julgamento incompleto e parcial.

Destaca-se a significativa importância do conhecimento técnico para o desenvolvimento do rural, reconhecendo o desafio da efetivação de uma política de assistência técnica para o campesinato, que valorize o seu saber, que respeite a sua realidade local, sem a imposição de pacotes prontos, pautados em valores que divergem do modo de vida e de produção camponesas.

As tentativas de criminalização dos movimentos sociais são uma das mais gritantes ameaças que a liberdade de expressão e a democracia brasileira vêm

sofrendo na segunda década do século XXI, tendo as grandes mídias a sua contribuição nesse processo. Mattei (2013) cita que o próprio MST é alvo de severas críticas quanto a sua organização e legitimidade social, discurso também alimentado pelos meios de comunicação hegemônicos.

É nesse contexto que em 2019 o novo Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, nomeia o General João Carlos Jesus Corrêa para a presidência do INCRA, levando a estrutura da autarquia para a secretaria de assuntos fundiários, comandada por Luiz Antônio Nabhan Garcia, presidente licenciado da União Democrático Ruralista – UDR e defensor da criminalização dos movimentos sociais. Tal secretaria é ligada ao Ministério da Agricultura, que trata dos interesses do agronegócio. A ouvidoria agrária nacional, órgão responsável pela prevenção e mediação de conflitos agrários passa a ser comandada por João Miguel Souza Aguiar Maia de Sousa, oficial de inteligência do exército.

Os primeiros atos dos referidos dirigentes demonstram o tom que será dado à pasta: pouco ou nenhum diálogo com os movimentos sociais que representam os povos do campo, com emissão de orientação formal aos superintendentes das regionais da autarquia de não atender entidades que não possuam personalidade jurídica, bem como seus representantes e/ou “invasores” de terra, que deverão ser notificados conforme a Lei, recomenda o documento oficial. Tal orientação foi vigorosamente contestada pelo Ministério Público Federal, que recomendou a autarquia que torne sem efeito o documento, prestando atendimento amplo e integral a todos os usuários do serviço público, sem discriminação de qualquer natureza.

Outra medida proposta pelo Presidente Jair Bolsonaro foi o envio à câmara dos deputados de projeto de lei que inclui o produtor rural no excludente de ilicitude - princípio jurídico que isenta punição naquele que cometer um crime - assegurando a legítima defesa à propriedade em detrimento ao direito à vida. Tal projeto pode funcionar como uma concessão para cometer crimes, acirrando os conflitos e a violência no campo.

Uma rápida análise de conjuntura corrobora com a avaliação da tendência de acirramento de conflitos no campo, somado à flexibilização das regras para armas de fogo, a redução do orçamento da autarquia, que, dentre outros cortes prevê poucos (quase inexistentes) recursos para a obtenção de terras, ao cenário de controle fiscal dos gastos públicos de modo geral e a ameaça a perda de direitos dos trabalhadores,

inclusive rurais, com a reforma da previdência em andamento. O desafio que está posto é o de implementar um modelo de desenvolvimento que garanta as condições de permanência no meio rural em um cenário de concentração fundiária, de não realização da Reforma Agrária e de sucateamento dos órgãos e políticas públicas para o meio rural.

A despeito das ações desenvolvidas pela pasta, o primeiro semestre do mandato caminha para ser de completa paralisia das ações de Reforma Agrária, sem sequer ter sido apontado diretrizes mínimas, direcionamentos e metas para a autarquia, para além do objetivo de titular a maior quantidade de assentamentos possível. Essa postura é uma forma de desestruturar a política com fins de acabá-la, o que já era esperado com o resultado das eleições presidenciais de 2018, com a vitória de candidato declaradamente de extrema direita, apoiado pela bancada ruralista, contrária às desapropriações para fins de reforma agrária. Não são apresentadas de modo claro as demais perspectivas que a autarquia - que desde os primeiros dias do novo governo passou a fazer parte da estrutura do MAPA – terá, além de fornecer títulos para os assentados.

Garantir o acesso e a permanência na terra com condições de vida superiores às vivenciadas antes de tornar-se assentado é um desdobramento essencial, sendo um objetivo intrínseco à política de Reforma Agrária. De forma mais ampla, entende-se que a busca por qualidade de vida deve ser o propósito medular de qualquer ação pública, ou seja, aquela ação deve gerar um impacto positivo em algum aspecto da vida do beneficiário, configurando como questão central no âmbito das discussões sobre as políticas públicas. Desse modo, apresenta-se na próxima seção questões relevantes acerca do que é qualidade de vida e como mensurá-la.

3.4 QUALIDADE DE VIDA

A busca do homem por qualidade de vida não é algo recente, conceito que passa por diversas transformações em seu significado e nos parâmetros utilizados para mensurá-la, de acordo com cada momento histórico.

De fato, essa inquietação sempre moveu o homem e é o que o impulsiona para suas conquistas. Para Moreira (2006, p.02) *apud* Sousa (2009, p. 217):

uma das características fundamentais da nossa espécie é a eterna necessidade de querer viver bem, de constantemente vislumbrar novas

condições para a melhoria do cotidiano, de tentar superar as condições mais adversas por outras um tanto melhores.

Qualidade de vida é um conceito culturalmente definido. Tal termo passou a ser mais amplamente utilizado após a Segunda Guerra Mundial, segundo informa Sousa (2009), tendo seu significado, à essa época, mais voltado para a melhoria do padrão de vida relacionado a bens materiais, à manutenção do *status quo*.

Desde então, a busca pela sua definição passou a ser uma temática de grande interesse em diversificados espaços de discussão, como nos segmentos ambiental, econômico, saúde dentre outros, conforme detalha Sousa (2009). A partir da década de 1970 há empenho de teóricos no sentido de desvincular a associação do termo ao aumento do Produto Interno Bruto - PIB, passando a empregá-lo ao criticar políticas cujo objetivo era o crescimento econômico sem limites. Posteriormente, foi usado referindo-se também à mensuração do desenvolvimento econômico de uma sociedade.

Sousa (2009), cita eventos internacionais que abordaram a temática como a Conferência do Meio Ambiente, na Suécia, realizada em 1972. Em 1988 foi promovida pela filósofa Martha Nussbaum e pelo economista indiano Amartya Sen uma conferência específica sobre qualidade de vida, dentre outros eventos elencados. Há assentimento, pelos pesquisadores da área, quanto a dificuldade de mensurar o que é qualidade de vida em uma definição universal, conceito que carrega bastante complexidade, agregando aspectos de ordem subjetiva e objetiva, ao mesmo tempo em que é singular e individual, variando de pessoa para pessoa. O conceito é ampliado, incorporando, além da dimensão econômica e os aspectos relacionados ao desenvolvimento social como educação, saúde, lazer. Nesse sentido, como destacam Queiroz *et al* (2004, p. 412) *apud* Sousa (2009, p. 219):

A qualidade de vida pode representar felicidade, harmonia, saúde, prosperidade, morar bem, ganhar salário digno, ter amor e família, poder conciliar lazer e trabalho, ter liberdade de expressão, ter segurança, enfim, significa todo esse conjunto de atributos e, ou, benefícios.

A ausência de um entendimento único sobre o conceito é consenso no estado da arte sobre Qualidade de Vida, com diversas pesquisas centrando-se na busca por indicadores para mensurá-la. Sobre isso, destacamos que “as condições do contexto de inserção das pessoas condicionam as suas percepções, apresentando características e componentes diferentes entre as classes” (SOUSA, 2009, p. 220).

Tal conceito se apresenta de forma diferenciada entre ricos e pobres, com características e componentes diferentes entre as classes, sendo um conceito socialmente difuso.

De acordo com o exposto por Sousa (2009), a teoria das necessidades humanas é utilizada para amparar os estudos sobre qualidade de vida. A vertente econômica é baseada na teoria keynesiana (1972), que divide as necessidades humanas em absolutas (alimentação, moradia, saúde e segurança do trabalho) e relativas (lazer, a arte, o conforto, a autopromoção e satisfação pessoal), ressaltando que a partir da satisfação das necessidades absolutas têm-se uma compreensão das necessidades relativas. A vertente sociológica é apresentada por Maslow (1970), a partir da “Pirâmides das necessidades”, onde hierarquiza as necessidades humanas em cinco grupos: fisiológico, segurança, emocional, psicológica e de auto realização.

Tanto na vertente econômica como na sociológica há o reconhecimento de aspectos subjetivos que compõem qualquer avaliação sobre qualidade de vida, confirmando a sua característica de incomensurabilidade. Para o seu dimensionamento, faz-se necessário a utilização de indicadores e parâmetros variados.

Compreendemos que a análise de qualidade de vida, portanto, está vinculada ao tipo de população estudada. A nossa proposta de estudo requer uma base teórica que considere as especificidades do mundo rural, dos assentamentos rurais e das políticas públicas destinadas a tal segmento, *locus* da pesquisa, que valorize a história de vida - e de lutas - de sua população anterior à chegada nesse espaço a ser desbravado. Ter dimensão do que foi vivenciado por estes sujeitos, dos aspectos objetivos e subjetivos que o cercam, do contexto territorial (retro e pro) dos assentados é fundamental na elaboração de indicadores, que podem ser os mais variados possíveis para que consigam mensurar as conquistas, reconhecendo os desafios a serem superados, a partir do acesso a uma oportunidade social, como refere Sen (2000).

Indicadores tradicionais como o PIB per capita prometeram auferir o nível de qualidade de vida, porém não deixaram de ser mero indicativo de crescimento econômico. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), método que combina três componentes: longevidade, educação e renda se apresenta como tentativa de medir

o nível de qualidade de vida e da satisfação das necessidades individuais dos sujeitos, conforme discorre Sousa (2009), que a destaca, dentre as diversas metodologias:

o modelo conceitual de qualidade de vida proposto por Metzen *et al.* (1980) em que a qualidade de vida deve abranger, além das condições concretas de vida dos indivíduos, da família e da comunidade, as percepções ou avaliações subjetivas dos indivíduos em termos de importância e satisfação em relação a um conjunto de componentes ou domínios da vida. (SOUSA, 2009, p.225)

Tal modelo considera a relação dos dados com o meio onde eles foram obtidos, preocupação que habilita como metodologia adequada para análise da qualidade de vida no espaço agrário brasileiro, já tendo sido utilizada em pesquisas desse cunho, com objetivos diversos, como o de avaliar os resultados da reforma agrária, pontuar questões específicas de algumas políticas públicas com vistas ao seu aprimoramento, dentre outras.

A promoção da qualidade de vida no meio rural é uma menção frequente no discurso das políticas públicas, recorrentemente sendo este um dos seus objetivos, explicitados formalmente. O II PNRA – Plano Nacional da Reforma Agrária, publicado em 2003, denominado Paz, Produção e Qualidade de Vida no campo, exemplifica bem o que foi dito ao citar a busca da qualidade de vida no próprio título. Esse “bem-estar” no campo seria consequência da paz estabelecida com a resolução dos conflitos e tensões sociais (mesmo pontualmente), e com o incentivo à produção via acesso aos créditos e outros investimentos.

Faz-se fundamental compreender como se deu a construção do espaço agrário brasileiro, relacionando-a diretamente à clássica questão agrária vivenciada no Brasil. Tal embasamento contribuirá nas ponderações necessárias ao analisar a qualidade de vida das famílias, considerando o recorte do antes e após ao acesso à(s) política (s) de desenvolvimento rural, a partir do que os sujeitos avaliam como “avanço de vida”. Na mesma linha de raciocínio da necessidade de “ampliação” da visão de desenvolvimento, Pereira (2013, p. 12) afirma que:

Torna-se imprescindível a incorporação de indicadores que contemplem aspectos subjetivos que revelem o que as pessoas consideram importante para suas vidas enquanto sujeitos individuais e coletivos. Enquanto para alguns a qualidade de vida pode significar a satisfação de necessidades materiais e consumistas, para outros pode implicar “apenas” a garantia de direitos fundamentais como o acesso à saúde, educação, moradia e emprego (PEREIRA, 2013).

Sobre os indicadores, destacamos a importância de avaliarmos, a partir da ótica das famílias assentadas, os dois momentos: antes e após o acesso ao crédito. Desse modo, para a definição dos grupos de domínios ou variáveis, é salutar a preocupação de conhecer o peso do que cada indicador representa para as famílias, conhecendo e respeitando a priorização das necessidades humanas por cada família.

Com base nos domínios da vida propostos no método de Metzen *et al* (1980), segundo o qual a qualidade de vida deve contemplar condições objetivas (concretas) da vida do indivíduo, bem como aspectos subjetivos; considerando também o estabelecimento de domínios que tivessem relação direta com o objeto específico de estudo, as modalidades apoio inicial, fomento, habitação e semiárido, do crédito instalação. A partir de tais ponderações, elencamos os seguintes domínios: 1) moradia, 2) acesso a água, 3) trabalho/renda, 4) consumo (acesso a bens duráveis e não duráveis), 5) acesso às políticas públicas de saúde e educação.

Considerando o fato dos aspectos descritos no domínio 5 não terem uma relação direta com a finalidade dos créditos estudados nesse trabalho, entretanto, por entendemos também da influência da instalação do assentamento diante de tais variáveis, caras para a qualidade de vida das pessoas, optamos por abordá-las em um mesmo item e de modo qualitativo, em busca de entendimento de como se deu esse acesso, antes e após a instalação do assentamento.

O olhar para a realidade social teve como principal subsídio teórico Amartya Sen, em sua perspectiva do desenvolvimento como liberdade. Tal processo, que ocorre através da remoção de privações, possibilitando que os sujeitos possam fazer escolhas para gozar à vida do modo que imaginam, fortalecendo assim a liberdade concreta das pessoas, mostra-se como possibilidade de análise e percepção do desenvolvimento para além da centralidade nas relações econômicas. A expansão das capacitações, de acordo com Sen (2010), significa aumentar as oportunidades de vida dos indivíduos, o seu bem-estar, ocasionando a eliminação de privações, as quais limitam as escolhas das pessoas para exercerem a sua condição de agente.

As abordagens sobre qualidade de vida, costumeiramente, estão relacionadas apenas ao grau de satisfação material dos indivíduos. Estudos sobre tal temática apontam a necessidade de aprimorar parâmetros e instrumentais de ordem mais qualitativa que partam da avaliação do próprio beneficiário sobre essas “melhorias”.

Nesse sentido, destacamos a opção feita por utilizar Amartya Sen e as dimensões de superação das privações de liberdade para pensar o processo desenvolvimento. Para Sen (2010), a superação das privações de liberdade é central no processo de desenvolvimento, sendo as liberdades meio e fim deste processo/propósito. As eliminações dessas privações não são adquiridas apenas com o aumento dos ganhos materiais e sim através da expansão das capacitações (*capabilities*), que são oportunidades (intitamentos), possibilitando que os sujeitos exerçam a sua condição de agente, com liberdade para fazer escolhas que possam transformar as suas vidas do modo que desejam. Para o autor, a renda passa a ser um meio de realizações, e não o fim em si do desenvolvimento.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva as pessoas têm que ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação do seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. (SEN, 2010, p.77).

Sen (2010) vê o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. No livro “Desenvolvimento como Liberdade” (2010, p.58), o autor descreve sobre cinco tipos de liberdades instrumentais (políticas, econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora), ressaltando serem complementares, se relacionarem e serem igualmente relevantes para que o indivíduo viva mais livremente, as quais tentamos apresentar a seguir.

A primeira se refere às liberdades políticas, aquelas relacionadas aos direitos civis, liberdade de expressão política e de escolher quem deve governar e como base em que princípios, tornando o pensamento de Sen bastante atual (e reflexivo) no contexto eleitoral brasileiro, da eleição presidencial de 2018. Tal disputa vem colocando em risco questões caras para a democracia brasileira, além de ameaçar avanços e direitos sociais já conquistados, sobretudo pelas minorias brasileiras. Tal dimensão de liberdade é reflexo da onda conservadora que avança pelo mundo, modo de pensar que vai além da esfera da política.

A segunda são as facilidades econômicas, oportunidades que os indivíduos têm de utilizar recursos econômicos com propósito de consumo, produção ou troca. Depende diretamente dos recursos disponíveis e do nível de descentralização da

riqueza e renda de um país. É nesse tipo de liberdade onde se encontra o acesso ao crédito, objeto de estudo da presente pesquisa, liberdade que inquestionavelmente impacta na elevação da qualidade de vida dos sujeitos, a qual voltaremos a abordar em seguida.

A terceira, as oportunidades sociais, são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de saúde, educação e que influenciam diretamente na capacidade de o indivíduo viver melhor, tendo relação direta com a perspectiva da liberdade econômica (analfabetismo, por exemplo, se eliminado de uma determinada sociedade, tende a impactar positivamente na renda de sua população).

A quarta são as garantias de transparência relacionadas à sinceridade, liberdade de garantia de clareza e verdade nos processos, funcionando como inibidoras da corrupção e de transações ilícitas. A quinta é a segurança protetora, que é a rede de segurança social que impede que as pessoas estejam “à própria sorte” em situações vulneráveis, como o desemprego, adoecimento, onde se encontram os programas de assistência social, de garantia de renda mínima, bem como o atendimento a situações de emergências e crises.

No tocante à discussão do acesso ao crédito por uma parcela de sujeitos submetidos às condições de vulnerabilidades (diversas), é fundamental o investimento em questões básicas anteriores, ou simultâneas ao investimento em produção. Impossível dissociar as discussões sobre liberdade, desenvolvimento e acesso a oportunidades sociais do bem-estar buscado pelos sujeitos.

Carneiro, Palm e Alvarenga (2017) produziram revisão bibliográfica sobre PRONAF e qualidade de vida a partir da seleção de artigos, no recorte temporal de 2006 a 2013. Referem que tal produção foi demandada, em consultoria, a partir do seguinte questionamento de gestores do MDA: até que ponto as políticas desenvolvidas pelo MDA alcançam o objetivo de melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários?

Tal indagação demonstra a atualidade de tais preocupações e a necessidade de estabelecimentos de parâmetros que, ao mesmo tempo que possam ser quantificados, deem conta de questões de ordem mais qualitativa, e por que não dizer de cunho mais subjetivo. Gestores e técnicos do Ministério responsáveis pela execução da referida política pública têm ciência que tais impactos influenciam

diretamente na permanência dessas famílias nas áreas reformadas, influenciando na efetividade e na continuidade das ações.

Apesar de destacar vários desafios postos para a agricultura familiar na contemporaneidade, como o papel da mulher, a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, a histórica concentração do crédito em determinadas regiões brasileiras (fato que reproduz uma espécie de “modernização conservadora” já vivenciada nos espaços rurais brasileiros), Carneiro, Palm e Alvarenga (2017) afirmam que tal revisão bibliográfica sobre o PRONAF não consegue avaliar o alcance dos objetivos no tocante à visão mais ampliada quanto a qualidade de vida, reproduzindo a preferência pela “dimensão produtiva e a rentabilidade” (p. 120). Ao mesmo tempo, no referido artigo, os autores tentam desconstruir a associação entre aumento de renda e qualidade de vida. Segundo Guanzirolli (2007) *apud* Carneiro, Palm e Alvarenga (2017, p. xxx), “nem sempre o aumento da renda ou da produção resulta em melhoria da qualidade de vida, o que justifica a necessidade de estudos voltados sobre o tema”.

A coletânea de estudos analisados por Carneiro, Palm e Alvarenga (2017) demonstra, indubitavelmente, que “há incrementos que podem ser interpretados como condição para melhoria da qualidade de vida” (p. 123), entretanto, há uma ausência de clareza sobre o que se entende por qualidade de vida. Para isso, é fundamental ouvir dos sujeitos o seu entendimento dessas questões, o que pode corroborar com o “estabelecimento de parâmetros para mensurar as variações na qualidade de vida” (p. 127) e, complemento, com o aprimoramento de indicadores sociais para avaliação de políticas sociais.

Inferese, desse modo, que a concessão de financiamentos se constitui, muitas vezes, como uma oportunidade promotora das condições materiais essenciais para a sobrevivência e reprodução sociais das comunidades tradicionais, proporcionando meios de acesso ao consumo de itens que possibilitem a sustentabilidade econômica das famílias assentadas, a diversificação das atividades produtivas, estratégia apontada pela literatura como a mais adequada para a agricultura familiar ao produzir para o mercado e para o consumo, corroborando assim com a melhoria de sua qualidade de vida. Outro aspecto relevante a ser ressaltado é que tais políticas favorecem também a inclusão e participação social através do consumo de populações historicamente excluídas, impactando também na economia do território onde tais sujeitos estão inseridos.

4 O CRÉDITO INSTALAÇÃO E O ASSENTAMENTO JERIMUM

4.1 PANORAMA DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO A PARTIR DOS DADOS PRELIMINARES DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017: COMPREENDENDO O CENÁRIO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - realizou o Censo Agropecuário 2017 com o objetivo de retratar a realidade do Brasil Agrário na sua interface com atores, cenários, modos e instrumentos de ação, com a intenção de captar a dinâmica dos meios produtivos e do uso da terra, a variabilidade nas relações de ocupação e trabalho, além da especialização e tecnificação de mão de obra, conforme esclarece página oficial da autarquia⁷. A atualização de tais informações são de extrema importância para estudantes, pesquisadores, gestores públicos e terceiro setor, com sua significância indo além do âmbito da pesquisa acadêmica, servindo de subsídio para a elaboração e implementação de políticas públicas mais direcionadas às especificidades do meio rural.

O Censo Agropecuário 2017, realizado após pausa de 11 anos, destaca em seus dados preliminares divulgados em julho/2018 a queda do uso da terra no Nordeste, motivado pela migração do campo para espaços urbanos, característica ainda fortemente presente no semiárido nordestino e como consequência dos seis anos consecutivos de seca. Olhando para a realidade cearense, segundo o que foi levantado pelo censo, no Ceará houve redução do espaço destinado às lavouras temporárias, que encolheu de 1,3 milhão de hectares para 646,3 mil hectares, nesse mesmo lapso temporal. Nas lavouras permanentes, a redução chegou a 43,46 %

O censo aponta que o total de terras utilizadas na agricultura no Ceará caiu de 10 milhões de hectares em 1975 para 7,9 milhões de hectares em 2006 e em 2017 para apenas 6,8 milhões de hectares, seguindo a tendência de queda das áreas destinadas à agricultura. No Estado, houve aumento do número de propriedades, com a redução dos tamanhos das áreas. Esse aumento fora motivado em consequência da principal forma de transmissão de propriedades divididas por heranças, das ações governamentais de regularização fundiária e de criação de assentamentos.

Mesmo com a redução das terras houve aumento da produção de alimentos em todo o estado, o que confirma o potencial produtivo do campo, com sua diversidade.

⁷ <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 02/02/19, as 16:20

Um exemplo demonstrado no censo é a evolução da produção, ao longo das últimas décadas, na cadeia produtiva do leite, com a incorporação de novas técnicas e tecnologias. O aumento da produção de alimentos, de fato, é em grande parte motivado pelos avanços tecnológicos do agronegócio, entretanto, deve-se destacar a importância da produção tradicional da agricultura familiar, que é a mais acessada pela população local, que coloca a comida na mesa dos brasileiros, sendo a agricultura familiar a base econômica de 90% dos municípios do país, de acordo com o que apontou o censo agropecuário de 2006.

Outro dado preocupante é, em relação ao censo de 2006, a redução do número de trabalhadores ocupados nos serviços agropecuários, queda de 1.145.990 ocupações para 955.711 ocupações, demonstrando a substituição da força de trabalho humana pelos maquinários e tecnologia, principais ferramentas de trabalho do agronegócio, estimulado pelo Estado no processo de modernização conservadora. Tais beneficiamentos e incentivos estatais permanecem fortemente presentes no campo, sob justificativa do Estado de que na concessão de tais incentivos são criadas vagas, estimulando o desenvolvimento local, entretanto, o que está sendo demonstrado é o inverso: o estímulo a um modelo de desenvolvimento que exclui a maioria dos povos do campo do processo produtivo e muitas vezes de acessar o resultado de tal produção, que é destinada à exportação.

Sobre variáveis sociais, destacamos algumas características nacionais: as mulheres que ocupam o posto de produtoras rurais aumentaram em todo o país. O Ceará acompanha tal evolução, entretanto o campo continua sendo um local majoritariamente masculino e maduro, onde a maioria dos produtores são homens com idade acima de 55 anos. Fruto de lutas das mulheres assentadas, a legislação atual nas áreas de assentamento prevê que a titularidade seja realizada em nome do casal, com a permanência preferencial da mulher na parcela em caso de separação.

Outro aspecto que merece ser destacado é o seguimento da tendência de envelhecimento do produtor, com baixa sucessão dos filhos, demonstrando que significativa parcela da juventude não permanece no campo. Nas áreas reformadas, percebemos que essa realidade compromete a autogestão do assentamento, realizada através de atividades coletivas, impactadas, sobremaneira, com as limitações de saúde que acompanham o envelhecimento dos assentados e a ausência

de sucessores para assumir tais tarefas, muitas vezes tendo que ser custeado da aposentadoria “o dia de serviço do coletivo”.

Sobre informações relacionadas à educação, há evolução de 1,16 milhões para 3,8 milhões de alfabetizados, com 79,1% dos entrevistados não indo além do ensino fundamental e 15,5 % declarando nunca terem frequentado a escola, dados que demonstram que a dificuldade de acesso à educação, característica do velho rural brasileiro, ainda é marcante. Mesmo reconhecendo os investimentos já dispensados, os dados do censo demonstram estarem longe de ser suficiente. Na contramão desses dados, o Censo demonstra ampliação do acesso à *internet* rural, com longo caminho ainda a ser percorrido, sem dúvidas, entretanto, tal informação ilustra que o campo também acompanha essa tendência mundial.

O Censo revelou dificuldade do pequeno agricultor em permanecer no meio rural, de realizar investimento em tecnologia no campo, aumentando o uso de agrotóxicos e reproduzindo práticas da modernização conservadora, com difícil acesso do pequeno produtor a inovações tecnológicas, como uso de tratores, maquinários. Trazendo tal informação para a realidade dos assentamentos rurais, entendemos que a dificuldade de acesso à Assistência Técnica certamente compromete a realização de ações preventivas diante dos problemas vivenciados pelos povos do campo, comprometendo a ampliação de práticas mais sustentáveis e menos invasivas.

No tocante às perspectivas contemporâneas de intervenção pública para “o (s) rural (is)”, há uma continuidade na defesa dos interesses do capital pelo Estado, ao mesmo tempo em que há um reconhecimento da força social e política da agricultura familiar, que necessita ser potencializada com políticas estruturantes. Tal visão é expressa na dualidade de políticas públicas para tais segmentos, rigidamente direcionados em interesses polarizados, nas prioridades, concessões e volume de investimentos governamentais desproporcionais para cada segmento, desconsiderando o quadro histórico de desigualdade social existente.

Desse modo, destacamos a importância política de suscitar, no espaço acadêmico, discussões voltadas para o fortalecimento e resistência das minorias sociais. A produção de conhecimento acadêmico em países marcados por tamanha desigualdade, como é a realidade brasileira, em nosso entendimento, deve buscar, através da bagagem e estratégias intelectuais disponíveis, a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida da humanidade. Assim, a

discussão sobre a pertinência da Reforma Agrária e os desafios cotidianos dos assentamentos rurais são questões centrais em nosso trabalho.

4.2 O TERRITÓRIO SERTÕES DE CANINDÉ

O objeto a ser estudado localiza-se no Território Sertões de Canindé, que abrange uma área de 9.099,20 Km² e é composto por seis municípios cearenses: Canindé, Caridade, Paramoti, Madalena, Itatira e Boa Viagem. A população do Território conta com 191.706 habitantes e apresenta uma densidade demográfica média de 56,08 hab/km². Na zona urbana estão 99.007 pessoas (51,46%) e na zona rural residem 92.699 pessoas (48,35%), conforme dados do IBGE-CENSO, 2010.

O município de Canindé é localizado a 120 km de Fortaleza, capital cearense, com acesso pela BR-020. Abrange uma área de 3.218,42 Km², sendo constituído, além da sede, por 10 distritos: Bonito, Caiçara, Campos, Capitão Pedro Sampaio, Esperança, Iguaçú, Ipueiras dos Gomes, Monte Alegre, Salitre e Targinos. Dos seus 74.473 habitantes, 46.875 pessoas residem na zona urbana enquanto que 27.598 estão na zona rural, sendo a densidade demográfica média do município de 23,14 hab/ km² e com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,612, ocupando a 94ª posição no ranking nacional (IBGE, 2010). Aproximadamente 22.759 habitantes, ou seja, 30,56% da população vivem em situação de extrema pobreza, dos quais 46,79% moram na zona rural (IPECE, 2017).

A origem do nome Canindé advém da nação indígena Canindés. O povoado foi fundado em 1775, às margens do rio de mesmo nome. Segundo Barquette (2003), a necessidade de infraestrutura fixa para as celebrações religiosas e para enterrar os mortos foram as motivações para a fundação do povoado, bem como o interesse dos comerciantes na constituição de mercado interno. Ao mesmo tempo, como eram em geral proprietários de terras, os comerciantes tinham ao seu alcance mão-de-obra com baixo custo, para viabilizar as suas atividades agropecuárias. Em 1796 concluiu-se a construção de uma capela pequena dedicada a São Francisco das Chagas-designado padroeiro da cidade. O povoado de Canindé foi elevado à categoria de vila em 1846 e em 1914, adquiriu foro de município. Através de uma Bula Pontifícia, do ano de 1925, obteve o estatuto de Basílica, *status* concedido somente aos principais destinos peregrinos do mundo.

É o segundo maior Santuário Franciscano do mundo e é o maior do continente americano. É destino da segunda maior peregrinação do mundo devotada a São Francisco, superada apenas pela peregrinação em direção a Assis na Itália, terra natal do Santo. Durante todo o ano, sobretudo nos meses de setembro e outubro, com a culminância no dia de São Francisco, 04 de outubro, cerca de 2,5 milhões de pessoas visitam a cidade. Embora haja peregrinos de todas as classes sociais, a imensa maioria é de pessoas humildes que, além da basílica, visitam outros pontos como a Casa dos Milagres onde os fiéis depositam objetos que representam a graça alcançada; a gigante estátua de São Francisco inaugurada em 2005 e a “Praça do Romeiro, construída entre os anos de 1987 e 1989, como fonte de trabalho para flagelados atingidos pela seca prolongada de 1987”, segundo Vieira, 1997 *apud* Morrinson, 2010, p.146. A cidade também conta com amplo anfiteatro com capacidade para cento e dez mil pessoas, onde geralmente ocorre o novenário (setembro/outubro) e a coroação de Nossa Senhora (no mês de maio).

O turismo religioso sem dúvida é uma das fontes mais importantes de geração de renda para esses municípios, sobretudo para o segmento da população com maior poder aquisitivo: comerciantes, proprietários de hotéis, restaurantes etc. Em relação à hospedagem, durante o período das romarias, a diária de um quarto para receber um grupo de romeiros pode chegar até 20 vezes o valor pago para uma hospedagem nesse mesmo quarto, sendo em outro período do ano. O desafio é fazer com que esse turismo religioso beneficie também o restante da população das cidades e os habitantes da zona rural.

Barquette (2003, p. 127), reitera que além das manifestações de caráter geral, a igreja desenvolve atividades específicas destinadas aos trabalhadores rurais, as missas camponesas, onde todo o ritual está voltado para discutir as suas condições concretas de vida. Celebra a reafirmação anual da *opção preferencial pelos pobres*, tarefa defendida pela teologia da libertação. Segundo este autor, “a Igreja estaria assim se mobilizando na intenção de assegurar a sua hegemonia e a condição de instituição religiosa voltada para a defesa dos pobres do campo”.

Outro ponto que faz de Canindé um município com características peculiares, e o transformam em um lugar único e bastante representativo da formação sócio histórica do Nordeste Brasileiro é o fato de ser uma região com uma das maiores concentrações de assentamentos de reforma agrária do Brasil. Morrinson (2010,

p.146), pontua que a história de assentamentos e a reforma agrária em Canindé “têm raízes na questão da extrema desigualdade socioeconômica no Nordeste e as lutas paralelas contra tal injustiça”, exemplificando que uma das primeiras tomadas de terra no país aconteceu em janeiro de 1971, na Fazenda Japuara, apenas 08 km ao sul da sede do referido município. Destacamos a importância do município como território de luta e resistência, conflitos e conflitualidades, tensões e tensionalidades sócio-históricas.

As ações de Reforma Agrária nessa região tiveram início na década de 1970, durante a ditadura militar, com um grande conflito de terras na Fazenda Japuara, Município de Canindé, que originou a primeira desapropriação por interesse social do Ceará. A segunda ocupação do MST no Ceará ocorreu também em Canindé, na Fazenda Logradouro. O conflito que gerou a desapropriação da fazenda Japuara é explicado por Barquette (2003 p.128)

Após a tentativa do proprietário de expulsar os moradores da propriedade, efetivou-se uma disputa judicial, em 1969, tendo como resultado a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em favor dos moradores da Fazenda. Inconformado, o proprietário resolveu usar a força e contratou homens armados para expulsar os trabalhadores. O confronto resultou em mortes de ambos os lados. Com a repercussão do caso, o Estado interveio, desapropriando a fazenda para fins de reforma agrária.

Do ponto de vista da mobilização social, nessa região se destaca o município de Canindé. Há uma forte presença da igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's e da Pastoral da Terra, do movimento sindical e posteriormente, do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra em defesa da Reforma Agrária. Esse fato contribuiu, pelo menos parcialmente, para a grande concentração de áreas reformadas nesse município, a maior do Brasil, atualmente. Destacamos a relação harmônica entre tais entidades no interior do Município. Desenvolvem atividades conjuntas, e com isso, quem mais ganha são os assentados, que unidos têm mais força ao pleitearem ações direcionadas à especificidade de suas demandas.

Quanto ao apoio da Igreja à luta pela reforma agrária, Barquette (2003 p.129) relata que destacaram-se as orientações dos párocos José Maria Cavalcante e Moacir Cordeiro Leite, da paróquia do Município de Aratuba, vizinho a Canindé, precursores das CEB's como fundamentais para a organização dos trabalhadores rurais. Tempos depois, a igreja católica obtém através de uma organização canadense, recursos para a compra de propriedades na região, disponibilizando aos trabalhadores a

oportunidade de trabalhar na terra, inclusive colocando em prática as experiências de roçado coletivo.

Barquette (2003 p.130) relata que o Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR - de Canindé foi criado na década de 1970 e funcionava em instalações cedidas pela Igreja. A sua atuação deixava a desejar no que diz respeito à autonomia diante dos grandes proprietários. Somente em 1985 houve a conquista da direção do STR por parte dos trabalhadores rurais, que então passaram a se mobilizar intensamente pela Reforma Agrária. Através de convite desta diretoria, em 1989, o MST se instala no município de Canindé, trazendo a sua experiência de mobilização para a conquista da terra.

Em 1985, com o advento do PNRA, a igreja doa para o Incra as fazendas Ipueira da Vaca, em Canindé, e Matriz, em Ipueiras. São criados os assentamentos e concedido os créditos para as famílias. “A grande concentração de áreas desapropriadas em Canindé ocorreu nos anos de 1995 a 1997, ainda durante a vigência do I PNRA, afirma Barquette (2003, p.130) ”.

E com o empoderar-se dos sujeitos, que em suas práticas (re) produzem o território, que o Estado, muitas vezes, pronuncia-se, estando em grande parte envolvido nas tensionalidades e tensões territoriais, seja como principal motivador das conflitualidades, seja como estimulador dos conflitos ao associar-se aos interesses de assimilação do capital pelos territórios, afirma Vasconcelos (2016, p.173).

O Território em tela possui um total de 72 Projetos de Assentamento e um contingente de 3.079 famílias beneficiárias. A área coberta pelos assentamentos no Território corresponde a 155.203,223 hectares, de acordo com informações retiradas do SIPRA⁸.

O assentamento Jerimum se localiza no distrito Salitre, Município de Canindé, há 48 km da sede urbana. É um dos 39 assentamentos federais existentes no município, que conta também com 9 assentamentos estaduais reconhecidos pelo Incra. Nessa região é também significativo o número de assentamentos criados pelo Governo Estadual, através de seus vários mecanismos: assentamentos estaduais, Programa Cédula da Terra/Banco da Terra, Reforma Agrária Solidária ou de mercado.

⁸ Informações retiradas do Relatório emitido pelo SIPRA de Tipos de Projetos Criados e o Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária, consulta em 28/06/19.

Esses programas, em Itatira e Paramoti, são em maior número do que as desapropriações por interesse social.

Barquette (2003, p.156) observa-se que o Estado prioriza a desapropriação por interesse social na região até o ano de 1998. Em 1999, apenas um assentamento foi criado com base na desapropriação, prevalecendo as aquisições mediante a compra de terras pelo Programa Cédula da Terra. Isso porque, já em 2000 começa a ter uma desaceleração nas atividades do Programa Cédula da Terra, resultado da forte pressão de setores da sociedade civil ligados às mobilizações pela reforma agrária. Esse movimento denunciava a incompatibilidade do Programa com a redução da pobreza no campo, já que tal programa é uma forma de venda de terras esgotadas e empobrecidas pelas monoculturas, queimadas, com baixo potencial produtivo, permitindo apenas capitalização dos proprietários, tendo os assentados que pagá-las em até cinco anos. É válido ressaltar também, utilizando as palavras de Miranda (2010, p.78)

A estratégia de municipalização de decisões sobre a reforma agrária, expressa nesses programas estaduais, tenderia à desarticulação das organizações dos trabalhadores, em especial o MST, já que as demandas pela reforma agrária, e pelo próprio crédito à agricultura familiar, passariam pela esfera local.

Os movimentos sociais locais afirmam que há a possibilidade de ampliação de áreas para a Reforma Agrária no Município. Há grandes propriedades e um número expressivo de famílias com vocação para o trabalho no campo, porém, sobrevivendo precariamente na periferia de Canindé, exposto a todo tipo de violência que invade as cidades pequenas do nosso Brasil.

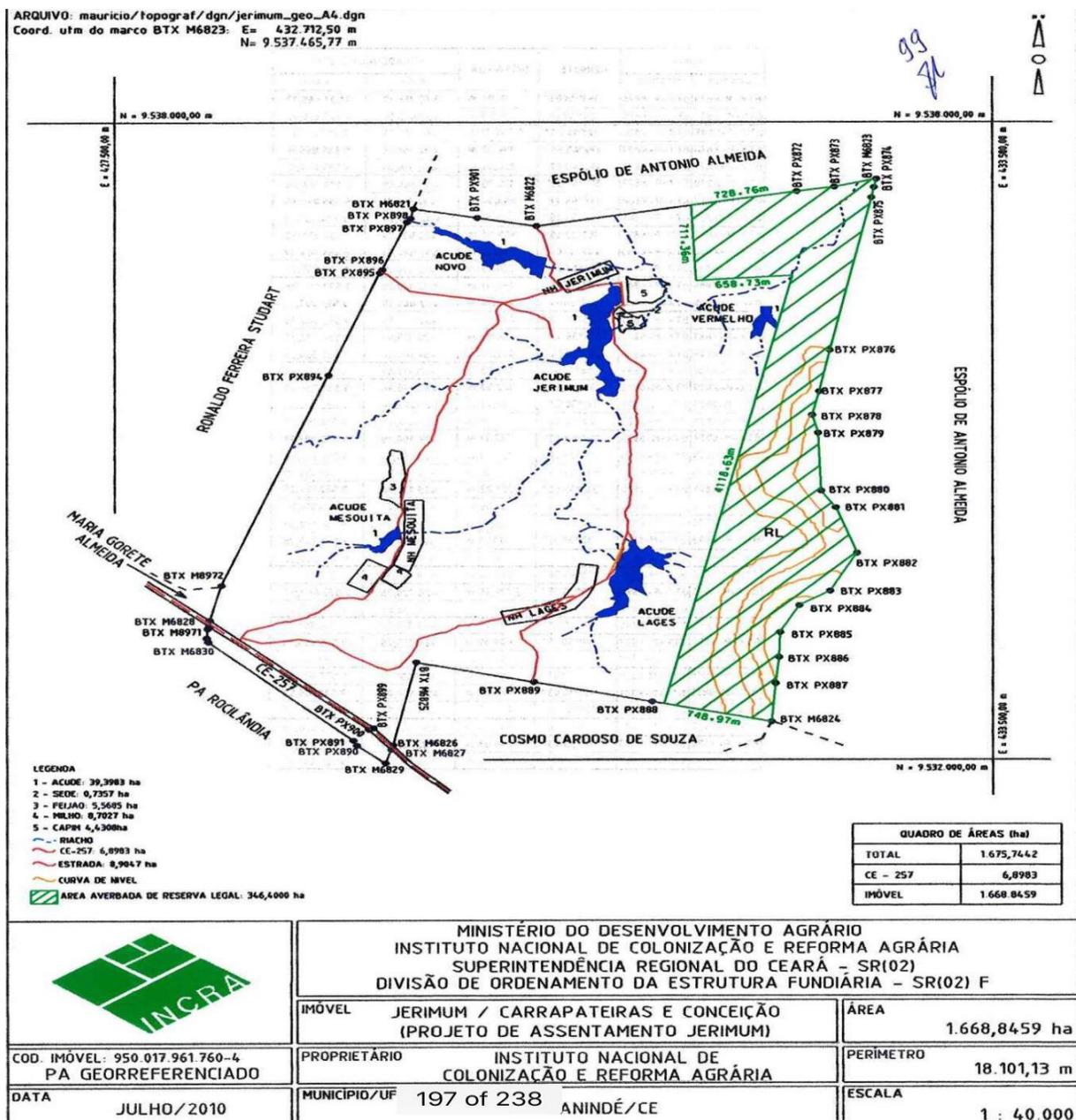
Canindé é palco de diversas experiências de Reforma Agrária. Após a conquista da terra, lutam cotidianamente pela sobrevivência. Segundo Miranda (2010), a luta pela sobrevivência foi a marca histórica da resistência dos trabalhadores rurais. Foi assim desde meados de 1950, do século passado, com as ligas camponesas, até os dias de hoje, com o MST e outros movimentos sociais. Sobre esse fato, é válido ressaltar que percebemos durante a nossa intervenção profissional no território, a relação harmônica que existe entre o MST e o Sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Município. Desenvolvem atividades conjuntas e com isso, quem mais ganha são os assentados.

E é no intuito de conhecer as estratégias de sobrevivência de uma pequena parcela de trabalhadores rurais assentados no sertão do Ceará que convido o leitor a conhecer como se deu a desapropriação da Fazenda Jerimum, Carrapateira, Conceição.

4.3 O ASSENTAMENTO JERIMUM

O imóvel em estudo está situado no município de Canindé, Estado do Ceará, Distrito de Salitre. Seu acesso é feito da seguinte forma: partindo de Fortaleza, Ceará, pela rodovia Federal BR-020, após percorrer 120 km, chega-se à cidade de Canindé e desta através da rodovia estadual CE-257, após percorrer 43km, sentido Canindé/Santa Quitéria, chega-se na entrada da fazenda. Sua sede está a 5km, por estrada carroçável.

Imagem 1 – Mapa do assentamento Jerimum



FONTE: Processo Administrativo de Criação PA Jerimum, ANO 2008.

A história do assentamento Jerimum é um clássico caso de resistência na terra por um grupo de famílias camponesas. Os moradores mais antigos estão há mais de cinco décadas na propriedade, a convite do proprietário. Antes, moravam na Fazenda Poço da Pedra, pertencente ao mesmo proprietário, também localizada em Canindé, em distrito próximo, que também se transformou em assentamento rural federal.

Nasci num assentamento vizinho, o poço da pedra, que também era de propriedade do patrão. Em 1997 ele comprou aqui o Jerimum e como nós já

morávamos com ele, ele nos trouxe para cá, no ano de 1997. (Assentado Marmeleiro)

Em ambas as fazendas, os camponeses moravam e pagavam renda ao fazendeiro na proporção de 20% de tudo o que fosse colhido de legumes (de cada cinco sacos produzidos, um é da renda a ser paga) e 50% da produção do algodão. As famílias recordam que não era permitido criar animais e que a venda da produção agrícola tinha que ser feita exclusivamente ao proprietário, que definia unilateralmente os preços.

Ele como patrão não era mal pessoa não, ele era gente boa, o que ele podia ajudar ele ajudava, conversava com agente, era um cara tranquilo, mas a liberdade que a gente tinha era totalmente diferente, a gente não podia criar, claro, porque ele era um criador e ter um bocado de animais na terra dele sem ser dele, ninguém ia gostar (PALMA).

Sr. Ronaldo era gente boa, mas tinha moradores que não gostavam dele porque não podia criar, eu trabalhava muito para eles e ele para mim foi gente boa, eu criei uma filha à custa de leite da vaca dele, para mim ele foi gente boa (Assentado Aroeira)

Mesmo diante de perceptíveis condições de exploração verbalizadas, as famílias demonstram muito respeito e consideração pelo antigo patrão, tido por eles como uma pessoa boa, que se preocupava com o bem-estar de todos, exemplificando que referido senhor construiu ou reformou as moradias de alvenaria para acolhê-los com dignidade, quando da chegada na propriedade. Relatam que viveram sob esse regime por muitos anos, até a desapropriação da área pelo governo federal, processo que foi sugerido pelo próprio fazendeiro, que estaria sem condições de tocar a propriedade, endividado com empréstimos contraídos junto ao Banco do Nordeste:

O ex dono daqui fez uns empréstimos no Banco do Nordeste para criar gado de leite, na época eu trabalhava com ele e disse que não dava certo porque o sertão é seco e não tinha como, daí ele teimou e fez e acabou não pagando as parcelas e ficou hipotecada a fazenda. Ele tem um irmão que botou a fazenda dele no Incra, só que a situação do irmão dele é totalmente diferente porque ele não tinha dívida nenhuma no banco, o Incra pagou todos os direitos dele. O patrão cismou de botar e o INCRA fez duas vistorias, uma deu em cima da linha, nem produtiva nem improdutiva e na segunda vistoria a fazenda já estava improdutiva. Teve o pedido do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Canindé e o INCRA já tava dentro daí desapropriou o terreno, encostou. O que aconteceu foi que o dinheiro da fazenda ficou lá no banco e ele não teve condições de tirar nem um real desse dinheiro. O que ele recebeu foram os animais que ele vendeu, as benfeitorias que foram pagas à vista (Assentado Palma).

Famílias buscaram a intervenção dos Movimentos sociais organizados no território (Movimento Sem Terra e Sindicato dos Trabalhadores Rurais), que indicaram a Fazenda Jerimum para incorporação ao Programa de Reforma Agrária, sendo este o ponto de partida para a superação da condição de exploração vivida pelas famílias. Em 18/12/2006, o imóvel “Fazenda Jerimum, Carrapateira e Conceição”, foi decretado como de interesse social para fins de Reforma agrária, ato do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, no final do seu primeiro mandato, publicado no DOU de 19/12/2006:

Art.1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda Jerimum, Carrapateira e Conceição”, com área de mil setecentos e trinta e dois hectares, situado no Município de Canindé, objeto da Matrícula nº229, fls 229, Livro 2-A, do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Canindé, Estado do Ceará (Processo INCRA/SR-02/nº54130.001565/2006-51)

Art.3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, atestada a legitimidade dominial privada da mencionada matrícula, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº76, de 6 de julho de 1993, e a manter as áreas de Reserva Legal e preservação permanente previstas na Lei nº4771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

A imissão do INCRA na posse da propriedade ocorreu em 04/06/2008, após transcorrido o devido processo legal, fundamentado em laudo agrônômico de fiscalização de imóvel rural que auferiu o Grau de Utilização da Terra – GUT e do Grau de Eficiência da Exploração - GEE. Tal estudo técnico atestou que a propriedade não cumpre sua função social, estando enquadrado na condição de grande propriedade improdutiva, passível de desapropriação para fins de reforma agrária em razão de seu proprietário ser possuidor de outro imóvel rural, conforme estabelece o § 5º, do artigo 184 da Constituição da República Federativa do Brasil, conclui o perito.

Imagem 2- Casa Sede Assentamento Jerimum



FONTE: Imagem fotografada pela autora, ANO 2019.

Assim, o Projeto de assentamento PA JERIMUM foi criado em 30/12/2018, através da portaria N° 31, assinada pelo Superintendente Regional do INCRA no Ceará nessa mesma data e publicada no DOU N° 1 de 02 de Janeiro de 2009. Após retirada da área referente ao trecho da CE 257 que cruza a propriedade, houve retificação da área de fato desapropriada, que é de 1.675,2802 (mil seiscentos e setenta e cinco hectares, vinte oito ares e dois centiares).

Sobre as características do imóvel em tela, apresenta um bom potencial hídrico, com estrutura de reservatório composto por dois açudes de grande, dois de médio, dois de pequeno porte e dois poços amazonas. À época da desapropriação, conforme laudo de vistoria e avaliação, os trabalhos de campo não identificavam efetivas ações predatórias à cobertura vegetal ou aos demais recursos naturais que comprometam o meio ambiente. Foi recomendado, como exploração agrícola, as culturas tradicionais de milho, feijão, fruticultura tropical, a pecuária de animais de grande e médio porte e o algodão herbáceo e o caju.

À época da vistoria, foram identificados no imóvel o total de 18 moradores, 14 deles residentes há mais de 20 anos no local, conforme quadro constante às páginas 19 do processo de criação do assentamento:

Quadro 1 - Relação de Moradores do Imóvel antes da desapropriação

Nº DE ORDEM	NOME DO MORADOR	IDADE (ANOS)	Nº DE DEPENDENTES (FILHOS)	TEMPO DE MORADIA (ANOS)
01	Francisco leite	51	04	14
02	Antônio Rosa	67	-	20
03	Antônio Ferreira dos Santos	70	03	14
04	Francisco Ferreira Cruz	28	02	06
05	Francisco Romão Vitaliano	47	03	30
06	Raimundo Romão Vitaliano	32	03	30
07	Francisco Vitaliano Paiva	82	01	30
08	Antônio Ferreira da Silva	31	02	20
09	José Leãoдро Barros	53	03	20
10	Francisco Leandro de Barros	47	06	25
11	João Batista Romão Vitaliano	34	06	06
12	Antônio Romão Vitaliano	51	02	30
13	Idelbrando Pires dos Santos	74	02	24
14	Raimundo Fernandes de Souza	66	05	22
15	Josias Cardoso de Almeida	66	06	25
16	João Ferreira de Souza	42	02	22
17	Manoel Limeira da Silva	41	11	29
18	Pedro Ferreira de Souza	31	04	22

FONTE: Processo Administrativo de Criação PA Jerimum, ANO 2008.

Do total de dezoito moradores existentes à época da desapropriação do imóvel, no período desta pesquisa, apenas dez permanecem no assentamento, devidamente assentados. O restante, ou fizeram a opção de não permanecer na área nessa nova condição (assentamento) ou não puderam ser assentados por motivos como falta de documentos ou por já ter sido beneficiado em outra área de assentamento criado pelo INCRA. Como se percebe no quadro acima, à época da desapropriação, os núcleos familiares possuíam muitos dependentes, alguns destes possuindo o perfil de elegibilidade exigido pela autarquia também se tornaram beneficiários da reforma agrária no local onde residiam com os pais.

Eu não achava que vinha essa coisa de assentamento, achava que era só conversa. Depois que veio eu passei a acreditar que existe esse negócio. Hoje muita gente mora em assentamento (Assentado Mandacaru).

A gente já morava aqui, e o fazendeiro resolveu vender o terreno, e colocou no INCRA, e o processo foi indo todo normal, até chegar na decisão final. Na época ele pensou em leiloar ou vender no INCRA, mas resolveu vender no INCRA para preservar que as famílias continuassem aqui. Houve pessoas de fora que se assentaram, mas não conseguiram ficar, acho que desistiram porque não se acostumaram com o sistema, não tinha raiz na terra, porque morar no assentamento você tem que viver por conta própria, e agora bem dizer só tem as famílias de antes de virar assentamento (Assentado Sabiá). Eu cheguei aqui em 17 de dezembro de 1976, quando foi fundada a fazenda aqui por esse dono que desapropriou. Eu já cheguei aqui como vaqueiro dele. Fiquei trabalhando, fazia de tudo, plantava, cuidava de gado até chegar o assentamento, em 2008, quando foi desapropriado, daí a gente passou a trabalhar para a gente. Casei em 1981 e trouxe minha esposa para cá, que antes morava em outra fazenda desse mesmo patrão. Nossas filhas nasceram todas aqui (Assentado Palma).

Dez anos após a desapropriação da área, o quadro abaixo apresenta a faixa etária dos entrevistados (casal assentado):

Tabela 1 – Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária dos Assentados entrevistados	Sexo Masculino	Sexo Feminino	%	Dependentes
31-54	6	5	54,5	1
55-70	3	3	27,3	1
+ 71	2	2	18,2	2

Fonte: Construído pela autora com dados coletados em pesquisa de campo realizada no PA Jerimum, ANO 2019.

Sobre os dependentes dos assentados entrevistados, segue caracterização atualizada da faixa etária e o tipo de vínculo com o (s) assentado (s) cadastrado da unidade familiar que compõe:

Tabela 2 – Caracterização dos dependentes dos assentados entrevistados

Faixa Etária dos demais moradores do PA – (dependentes dos assentados entrevistados)	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Vínculo com o casal assentado
00-17	5	1	Filho, Bisneto
18-30	1	1	Filho, Neta
31-54	1	1	Filho, sogra
55-70		1	Irmã
+ 71	1	1	Sogro, mãe
TOTAL DE DEPENDENTES			13

Fonte: Construído pela autora com dados coletados em pesquisa de campo realizada no PA Jerimum, ANO 2019.

A instalação do assentamento impõe nova (s) dinâmica (s) para a terra, para o território e sobretudo para as famílias beneficiadas com tal política pública. Nesse sentido, apresentamos a seguir reflexões sobre os nossos questionamentos de como a oportunidade social do acesso ao crédito instalação impactou na vida desses sujeitos.

4.4 O CRÉDITO INSTALAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA DOS ASSENTADOS NO PA JERIMUM: O QUE MUDOU APÓS OS CRÉDITOS?

O Crédito Instalação caracteriza-se como uma ação de desenvolvimento destinada aos agricultores familiares que ingressaram na política de assentamentos rurais do Governo Federal, concedido desde 1985. Consiste no provimento de recursos financeiros, no início da implantação dos assentamentos rurais, sob a forma de concessão de crédito, destinados exclusivamente aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial dos projetos de assentamentos.

Tem como objetivo suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção e recuperação de suas unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento. Ao INCRA compete a gestão operacional da concessão do crédito Instalação, formalizado através de contrato individual e executado através de instituição financeira contratada (Banco do Brasil) que concede o acesso ao recurso

através de saque, utilizando o cartão magnético, inovação implantada recentemente, há dois anos em média. Antes era operacionalizado através de depósito em nome da associação, onde o presidente e o tesoureiro, junto a um servidor do INCRA, autorizavam a movimentação da conta via pagamento de notas fiscais e recibos dos fornecedores dos produtos ou serviços prestados, estimulando o comércio no território.

Conforme detalhado em matéria veiculada na página do INCRA, a operacionalização se dá pelo Sistema Nacional de Concessão e Cobrança do Crédito de Instalação (SNCCI), que controla a liberação dos recursos. Após assinatura dos contratos com os beneficiários considerados aptos, o INCRA autoriza o Banco do Brasil a creditar o valor referente à modalidade solicitada, com movimentação feita por meio de cartão magnético individual, em nome da mulher (se for casal), sendo o mesmo válido para todas as modalidades.

Tal crédito vem sendo concedido desde 1985, sendo um importante instrumento na implantação dos assentamentos. Seus valores e modalidades vêm sendo adequados ao longo dos anos de modo a propiciar condições dignas de ocupação, de produção e de manutenção das famílias na parcela rural, segundo informações constantes na página do INCRA, na *internet*. Com a legislação atual (decreto 9.424/18), foram criadas três novas modalidades voltadas para o cuidado com o meio ambiente – Florestal, Recuperação ambiental e Cacau – disponibilizadas considerando os biomas locais. Houve também a adequação do então crédito Apoio Mulher, que passou a ser denominado Fomento Mulher, com alteração no seu valor. O Crédito Instalação atualmente é concedido em nove modalidades, resumidas na tabela abaixo:

Tabela 3 - Modalidades, Valores, Prazos, Rebate e Juros do Crédito Instalação.

Modalidades Crédito Instalação	Valores (R\$) até	Prazo para pagar	Rebate	Juros (ao ano)
APOIO	5.200,00	3 anos	90%	0,5%
FOMENTO (em duas operações de R\$3.200,00)	6.400,00	1 ano	80%	0,5%
FOMENTOMULHER	5.000,00	1 ano	80%	0,5%
SEMIÁRIDO	5.000,00	1 ano	80%	0,5%
FLORESTAL	6.400,00	5 anos	80%	0,5%
RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	6.400,00	5 anos	50%	0,5%
CACAU	6.000,00	5 anos	50%	0,5%
HABITACIONAL	34.000,00	3 anos	96%	0,5%
REFORMA HABITACIONAL	17.000,00	3 anos	96%	0,5%

FONTE: Decreto 9424 ANO:2018

São requisitos comuns para o acesso à todas as modalidades a atualização dos dados das famílias beneficiárias junto ao INCRA, a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a assinatura, com a autarquia, de Contrato de Concessão de Uso (CCU) – instrumento que transfere o imóvel rural ao assentado em caráter provisório – ou ainda um documento equivalente, no caso áreas reconhecidas pelo INCRA ou para outra modalidade de assentamento como os ambientalmente diferenciados. Outro requisito é o de não ter recebido anteriormente as antigas modalidades do Crédito Instalação e não ter contratado modalidades como o PRONAF, além de não estar inscrito em dívida ativa da união. Para o Crédito Semiárido faz-se necessário que o assentamento esteja situado no semiárido brasileiro, conforme definição estabelecida pelo IBGE. Para as modalidades Fomento, Fomento Mulher, Florestal, Recuperação Ambiental e Cacau, além do atendimento aos critérios específicos de cada modalidade, também é necessário a elaboração de um projeto técnico que deve indicar a finalidade da aplicação dos recursos – conforme

definido pelos beneficiários - a ser feito por profissional habilitado de órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal que estabeleçam acordo de cooperação técnica com o INCRA.

Sobre a previsão de celebração do referido acordo de cooperação técnica com órgãos da administração pública para o fornecimento de assistência técnica aos assentados, técnicos que deverão ser credenciados e previamente capacitados junto a uma das superintendências regionais do INCRA, tal mudança rompe o paradigma de atendimento aos assentados que só poderiam acessar qualquer modalidade de Crédito Instalação se estivessem com assistência técnica contratada pelo INCRA. Por dificuldades orçamentárias, o INCRA recorrentemente, e a nível nacional, não conseguia universalizar esse atendimento a todos os assentados, fato que somado as problemáticas de descontinuidade da referida ação, já citadas neste trabalho no terceiro capítulo, limitavam o direito de acesso dos assentados à política pública de crédito.

No tocante às finalidades de cada modalidade, a legislação regulamentadora dessa ação prevê:

Tabela 4 – Finalidade por Modalidade Crédito Instalação

Modalidade	Finalidade
Apoio Inicial	Para apoiar a instalação no assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos.
Fomento	Para viabilizar a implementação de projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda.
Fomento Mulher	Para viabilizar a implementação de projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote.
Semiárido	Para atender a necessidade de segurança hídrica das famílias assentadas nos assentamentos das áreas circunscritas ao semiárido (IBGE), destinando-se a apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, animal e produtivo.
Florestal	Para viabilizar a implementação e a manutenção sustentável de sistemas agroflorestais ou o manejo florestal de lotes e de área de reserva legal com vegetação nativa igual ou superior ao estabelecido pela legislação ambiental.
Recuperação Ambiental	Para viabilizar a implementação e a manutenção sustentável de sistemas florestais ou agroflorestais ou o manejo florestal de lotes, de área de reserva legal e área de preservação permanente, degradados até 25 de maio de 2012.
CACAU	Para viabilizar a implementação e a recuperação de cultivos de cacau, em sistema agroflorestal.
Habitacional	Para viabilizar a construção de habitação.
Reforma Habitacional	Para viabilizar a aquisição de materiais de construção a serem utilizados na reforma e na ampliação de habitações.

FONTE: Decreto 9424 ANO:2018

Retornando o olhar para o nosso universo de estudo, reiteramos que apenas as modalidades Apoio, Fomento, Habitação e Semiárido foram investigadas nesse estudo, sendo estas as modalidades centrais acessadas pelos assentados no PA Jerimum, conforme tabela abaixo:

Tabela 5 - Créditos Instalação pagos no PA Jerimum

CRÉDITOS INSTALAÇÃO PAGOS PA JERIMUM (Norma Execução -NE 79/08, nova redação 86/99 e 99/11)				
Modalidades	Nº Famílias beneficiadas	Valor unitário	Valor total	Ano da Programação Orçamentária
Apoio	18	R\$ 3.200,00	R\$ 57.600,00	2009
Semiárido	18	R\$ 2.000,00	R\$ 36.000,00	2009
Aquis.Material Construção	17	R\$ 10.000,00	R\$ 170.000,00	2009
Aquis.Material Construção (Complemento)	17	R\$ 5.000,00	R\$ 85.000,00	2009
Rec.Material Construção	01	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	2011
Fomento	16	R\$ 3.200,00	R\$ 51.200,00	2011
TOTAL			R\$ 407.800,00	

FONTE: Sistema Nacional de Concessão e Cobrança do Crédito de Instalação (SNCCI) ANO:2019

Observa-se que à época em que o crédito foi acessado pelos assentados do PA Jerimum, as normas regulamentadoras eram outras (NE 79/2008: Nova Redação conforme NE 86/2009 e NE 99/2011) bem como os seus valores, não estando explícito, à época, de modo tão claro como consta no normativo atual, como se daria o reembolso. Em 20 de junho de 2014 foi promulgada a Lei 13.001, que dispõe sobre a liquidação do crédito concedidos aos assentados da reforma agrária no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

No tocante às modalidades relacionadas a construção e reforma de habitação, foi permitido a liquidação nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. Sobre as demais modalidades, houve a remissão dos créditos concedidos dentro deste mesmo período cujos valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por devedor. Nos casos em que a soma de valores seja superior a tal montante, o normativo prevê que devem ser atualizados à taxa de 0,5% ao ano a partir da data da concessão de cada crédito até a data da liquidação ou da formalização da renegociação. Na liquidação há abate de 80% sobre o saldo devedor total, acrescido de desconto de valor fixo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a soma do rebate e do desconto de valor fixo. Na

renegociação, há a previsão de concessão de bônus de adimplência de até 50% sobre cada parcela paga até a data de vencimento pactuada.

Destacamos também o impacto do montante financeiro que circula no território com o advento desses créditos, dinamizando a economia local, haja vista que se faz a opção, preferencialmente, de adquirir os materiais e contratar os serviços sempre localmente. Como se percebe na planilha acima, apenas no assentamento em estudo, durante os anos de 2009 a 2011, foram aplicados R\$ 407.800,00 (quatrocentos e sete mil e oitocentos reais), gerando também beneficiários indiretos da referida política pública.

O Crédito Instalação é uma modalidade direcionada a apoiar a fase de estruturação dos beneficiários no assentamento, não tendo caráter eminentemente produtivo, quando comparado com as modalidades do PRONAF. O exercício do acesso ao crédito instalação pelos assentados, que regimentalmente devem utilizá-lo antes de acessar ao PRONAF grupo A, funciona de modo preparatório para o crédito bancário. Caso o assentado deseje pular a etapa do crédito instalação acessando diretamente o PRONAF, deverá demonstrar ciência, através de assinatura em formulário próprio, de que abre mão da modalidade prévia.

Nesse sentido, sobre o PRONAF, Carneiro, Palm e Alvarenga (2017, p.125) apontam discussão quanto ao seu público, que deve ser de trabalhadores “mais inseridos no mercado e com condições de melhor utilizar o crédito, incluindo aí a capacidade de quitação da dívida”, perspectiva que vê como “contrassenso incorporar os agricultores pobres, sem renda monetária, apontando que o programa elegeu como foco os agricultores em transição, relegando às políticas sociais os agricultores mais carentes”.

Diante disso, trazendo tal debate para o objeto específico de estudo dessa dissertação, a reflexão se o crédito instalação é uma política de crédito ou política de desenvolvimento rural (ou territorial) aponta, em nosso entendimento, mais para a segunda perspectiva do que para a primeira, no tocante ao estímulo à implantação de atividades ou dinamização das iniciativas já desenvolvidas pelas famílias beneficiadas com um lote através do Programa Nacional de Reforma Agrária - ação pública que tem como missão sanar inegável dívida histórica com os povos que foram destituídos do seu território pela força do capital.

No período de 04 a 06 de agosto de 2009, à época da instalação do assentamento Jerimum, foi realizado no local, por técnicos do INCRA e da assistência técnica que assistia a referida comunidade, a oficina de capacitação em gestão no PA Jerimum, ocasião em que, através de metodologias participativas, foram ouvidas as expectativas das famílias assentadas sobre essa nova etapa e, através de seus entendimentos, foi apresentado a Política Nacional de Reforma Agrária, o papel do técnico, do INCRA, dos Movimentos Sociais, dos assentados, o que é e como deve ser um assentamento de reforma agrária, a representatividade de um assentamento e o papel da associação nesse processo. Houve a apresentação dos créditos disponíveis, das suas finalidades e construído o plano de aplicação das modalidades a serem aplicadas inicialmente. Com a dinâmica “o olho do dono”, as famílias mostraram os principais pontos do assentamento (roçados, açudes, reserva legal, curral, cercas e local de construção das casas) com fins de planejamento e construção de plano de ação geral do PA Jerimum para o período de um ano, apresentado no quadro abaixo:

Tabela 6 – Plano de Ação do PA Jerimum

O que fazer?	Quem fazer?	Quando fazer?	Como fazer?	Quanto fazer?	Onde fazer?	Fonte de recursos
Casas	Pedreiros e assentados	Assim que liberar os recursos, a autorização SEMACE e antes do inverno	Especificações do INCRA	17 Construções e 02 Recuperações	Núcleo disperso ao longo da rede de energia	Crédito Instalação INCRA – Habitação
Cercas	Assentados	Assim que liberar os recursos	Grupo de trabalhos coordenados	5000 metros	Morada Nova, Carrapateira e pé de serra	Crédito apoio INCRA
Roçados	Assentados	Após liberação de SEMACE	De forma individual	19	Próximo aos núcleos de habitações	Banco Jerimum

Lixo (Tratamento)	Assentados	Sempre	Queimar e enterrar	3 locais de destino	Próximo aos núcleos de habitações	Banco Jerimum
Peixamento	Assentados	Imediato	Reiterar solicitação feita ao DNOCS	2 açudes	Vermelho e Mesquita	Parceria INCRA/DN OCS/PA
Pecuária	Assentados	Imediato	De acordo com a capacidade de suporte	Atualmente 163 vgas	Assentamento	Crédito apoio INCRA
Cisternas	Pedreiros e assentados	Após conclusão das habitações	Especificações do INCRA	20	Próxima as casas e casa sede	Crédito Semiárido
Energia	Coelce	Após conclusão das habitações	Solicitar ramais para as casas não atendidas	20	Casas	Luz para todos
Cerca dos Açudes	Assentados	Após cercar o perímetro	Grupo de trabalho Coordenação	2000m	Açudes	Apoio

FONTE: Relatório oficina de capacitação e gestão PA Jerimum, realizada de 04 a 07 Agosto/2009.

Uma atividade também realizada na referida oficina é a dinâmica “viagem ao futuro”, onde as famílias, subdivididas em 05 equipes, simularam uma viagem ao futuro a bordo de uma nave espacial, chegando no assentamento no ano de 2019, incentivando a reflexão sobre como estariam dez anos após a criação do assentamento, conforme tabela abaixo:

Tabela 7 – Reflexões assentados PA Jerimum após dinâmica Viagem ao Futuro

GRUPOS	Após fazer uma viagem ao futuro a bordo de uma nave espacial, chegando ao assentamento Jerimum no ano de 2019, qual cenário você encontrou?
1	<p>Em 2019, como nós mudamos. Nossas famílias aumentaram, as criações cresceram, nossas casas construídas, as condições de vida melhoraram com os apoios.</p> <p>Quando chegaram os créditos todos, nós passamos a possuir vacas, ovelhas, cabras, galinhas, nossas terras agora são só nossas, não temos mais que aturar os animais alheios.</p> <p>Como melhoramos.</p>
2	<p>Durante o tempo em que estava com os olhos fechados, tivemos dificuldade para se mover. Mas depois que abrimos os olhos ai sim, podemos ver que tem sentido.</p> <p>Eu vou plantar mamoeiro, goiabeira e bananeira para daqui a dez anos eu mesmo fazer meu próprio doce.</p> <p>Eu desejo que tenha nossas casas com energia com nossos rebanhos com gado, ovelhas, cabras e etc.</p> <p>Desejo que teremos uma escola para nossos filhos e um posto de saúde.</p>
3	<p>Daqui a dez anos eu tenho uma casa, os créditos já tenham saído. O assentamento já está todo cercado, as cisternas já terem sido construídas, já termos colégios, já termos quadras esportivas, já termos energia, já termos boa convivência.</p> <p>Os créditos de cercar o terreno em roda daqui a 10 anos termos nossas vacas, nossas ovelhas, 1 burro bom de carroça, termos as reformas dos açudes e a reforma das casas, termos água encanada, termos telefone, termos computador.</p>
4	<p>Casas novas, açude cercado, colégio, energia, creche, posto de saúde, filhos, netos, grupo de jovens, quadra esportiva.</p>
5	<p>O que nós imaginamos são nossas casas com energia e água encanada, colégio para nossos filhos, posto de saúde, bastante animais, os créditos para trabalhar, e termos um assentamento de muita fartura e muita paz.</p>

FONTE: Relatório oficina de capacitação e gestão PA Jerimum, realizada de 04 a 07 Agosto/2009.

O conteúdo dessa atividade é bastante representativo para o presente estudo, haja vista que serve de parâmetros de análise das expectativas das famílias na fase de criação do PA e agora, dez anos depois, perceber, através das falas dos próprios sujeitos, o que foi atingido e o caminho a percorrer para os alcances dos objetivos ainda não atingidos. Apresentaremos a seguir as variáveis que foram analisadas neste trabalho, que têm como objetivo, através de um estudo de caso, perceber o impacto da política de Crédito Instalação na qualidade de vida dos seus beneficiários.

4.4.1 Índice de Qualidade de Vida dos Assentados PA Jerimum - IQVA

O resultado do IQVA foi fornecido para os dois momentos, ou seja, antes do acesso aos créditos para instalação do assentamento Jerimum e depois do acesso ao apoio inicial, fomento, habitação e adicional do semiárido, modalidades em estudo do crédito instalação. A construção do índice foi geral (e não por modalidades ou variável), nos fornecendo uma visão mais ampliada sobre a variação na qualidade de vida dos assentados, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 08- Tabela comparativa IQVA1 e IQVA2

Assentado	IQVA1 Anterior ao Crédito	IQVA2 Posterior ao Crédito
Palma	0,333	0,889
Ipê amarelo	0,000	0,556
Marmeleiro	0,000	0,889
Oiticica	0,333	0,556
Juazeiro	0,000	0,889
Angico	0,000	0,741
Pau Branco	0,083	0,667
Jurema	0,083	1,000
Sabiá	0,000	0,889
Aroeira	0,000	0,667
Mandacaru	0,333	0,593
TOTAL IQVA (por fase)	0,106	0,758
IQVA TOTAL	6,143	

FONTE: Construído pela autora a partir dos dados obtidos com a pesquisa

Conforme se percebe na tabela acima, há melhoria significativa na qualidade de vida dos sujeitos após o acesso a oportunidade social estudada. Verificando-se o índice de forma agregada, com o IQVA1 totalizando 0,106 e o IQVA2 0,758, nota-se uma diferença positiva de 0,652. Após a realização dos cálculos descritos no segundo capítulo, tal diferença representa um acréscimo de 614% no nível de qualidade de vida dos assentados em comparação ao nível anterior, sendo notável as melhorias proporcionadas com a instalação do assentamento e acesso aos créditos iniciais pelas famílias do PA Jerimum.

Destaca-se que foi realizado o teste de diferenças de médias (t), afim de confirmar ou rejeitar a hipótese nula H_0 de que os IQVA1 e IQVA2 sejam iguais, não havendo diferença estatisticamente significativa entre as realidades antes e depois. Após a realização do teste, obtivemos o cálculo do desvio padrão (0,235), o erro padrão da diferença (0,074) e o teste t (2,2281). Constata-se a rejeição da hipótese nula H_0 de que os IQVA's sejam iguais nos dois momentos, examinando-se que houve uma considerável mudança positiva em relação aos níveis de qualidade de vida anterior e atual. A seguir, parte-se para as análises de cunho mais qualitativo, por variável analisada.

4.4.2 Moradia

A primeira variável analisada é bastante representativa diante da busca por melhores condições de vida dos sujeitos. A efetivação do direito à moradia, a ter um lar, é um dos desafios centrais para a classe trabalhadora como um todo, sobretudo para quem vivencia situações de vulnerabilidade, por populações desabastadas, que lutam cotidianamente pela subsistência, como são os camponeses.

A carência de políticas públicas direcionadas à efetivação da garantia do direito humano universal de ter uma habitação é latente no cenário que vivemos de avanço do neoliberalismo. Na realidade dos povos do campo, a precariedade existente tanto em relação à posse/propriedade da terra e também quanto às condições estruturais das moradias que é uma característica central das famílias camponesas, o que influencia diretamente na autoestima de toda a família e em sua qualidade de vida.

Diante dessa conjuntura, torna-se bastante valioso e salutar dar publicidade a uma política pública de tamanha magnitude como a do Crédito Instalação, ação complementar à distribuição de terras, que se destaca por ser um dos maiores programas de construção e recuperação de moradias rurais no Brasil e mesmo assim é pouco conhecido.

Faz-se importante destacar que em meados do ano de 2018, em cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar de 2018 e 2019, foi anunciado a retomada da gestão da construção e recuperação da Habitação rural pelo INCRA, ação que havia saído da responsabilidade do órgão executor da Reforma Agrária em 2013 e repassado para as instituições financeiras (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) que atuam no âmbito do Programa Nacional da Habitação Rural – PNHR e

do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Durante o período em que ficou sob a gestão das referidas instituições financeiras, houve significativa redução da operacionalização, passando de 30.000 unidades/ano entregues pelo INCRA para 3.000 unidades entregues pelas instituições financeiras por ano - informação publicada em 26/06/2018 na página oficial da Presidência da República, em matéria intitulada “sob gestão do INCRA, entrega de moradias rurais deve retomar média de 30 mil entregas por ano”.

Destacamos que após o anúncio, ainda não houve, por parte do Governo Temer e do seu sucessor, Bolsonaro, nenhum ato concreto quer seja no âmbito de descentralização orçamentaria ou publicação de normativos para a retomada das construções ou reforma das habitações pela autarquia. Essa estagnação não é característica exclusiva dessa ação específica, estando presente nas demais atividades que vinham sendo desenvolvidas pelo INCRA, conforme relatado no terceiro capítulo.

No assentamento rural pesquisado, a realidade habitacional vivida pelas famílias antes de se tornarem assentados, segundo avaliado pelos entrevistados, era precária, sobretudo pela instabilidade quanto à permanência no local e por não poderem se usufruir em plenitude das possibilidades que a terra oferece, como criar animais. A maior parte das famílias viviam em moradia antiga, com estrutura em alvenaria, paredes rebocadas, piso em cimento, apenas parte delas utilizando fossa séptica como estratégia para tratamento de dejetos. Ressaltam que as casas foram construídas ou recuperadas pelo fazendeiro, avaliadas pelos mesmos como razoáveis, sobretudo por serem amplas, sem oferecer, à época, risco para as famílias, conforme falas abaixo:

A casa que eu morava foi construída pelo patrão há mais de trinta anos, em 1988. Morava só com a minha família, era uma casa de alvenaria que atendia as necessidades da minha família, com três filhas. (Assentado Palma).

Aquela casa lá na época eu achava melhor porque era maior, mas hoje já não presta mais por ser muito antiga, já está muito velha, foi construída em 1940. (Assentado Jurema).

Morava numa casa próxima a sede, era grande, mas a casa não estava em um bom estado, precisava de reformas. (Assentado Marmeleiro).

A casa era grande, mas não era muito boa, não tinha banheiro dentro, o piso era em cimento, estava rachada, tinha umas paredes que estavam escoradas, nós saímos de lá porque estava muito distorrida. (Assentado Ipê Amarelo).

A casa era grande, mas não estava em um bom estado, precisava de reformas. (Assentado Juazeiro).

De acordo com o coletado no trabalho de campo, apenas um assentado entrevistado revelou morar em casa de taipa antes de acessar ao crédito instalação, modalidade construção da habitação:

Antes eu morava com meus pais, sai da fazenda por não ter casa, fiquei um ano fora e depois voltei e construí uma casa de taipa, que não atendia as necessidades da minha família (Assentado Aroeira).

Todos os demais entrevistados moravam em casa de alvenaria pertencente à fazenda, na ocasião da desapropriação da propriedade, sem haver o pagamento de aluguel. Dois deles relatam que mesmo já tendo constituído família, compartilhavam moradia com os pais; três avaliam que a moradia de alvenaria ocupada não atendia às necessidades de sua família, por ser antiga e oferecer pouco conforto e; cinco entrevistados informaram que a moradia utilizada atendia às necessidades da família. Sobre o nível de satisfação dos assentados em relação à moradia utilizada antes da desapropriação e do acesso ao crédito habitação, oito entrevistados (72,7%) classificaram como média e três (27,3%) como baixa.

Imagem 3 - Casa da Fazenda Jerimum, anteriormente ocupada por um dos entrevistados - ANTES.



FONTE: Imagem fotografada pela autora, ANO 2019.

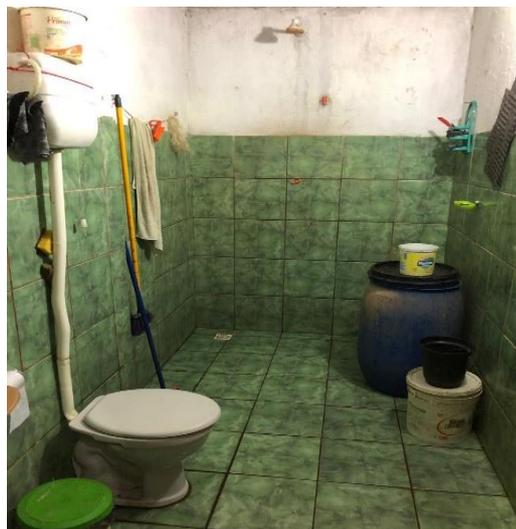
Imagem 4 - Casa construída ao lado da antiga casa ocupada pela mesma família - DEPOIS



FONTE: Imagem fotografada pela autora, ANO 2019

Nas habitações construídas com o crédito, há a exigência de uma metragem mínima (60m²), quantidade mínima de cômodos (sala, dois quartos, cozinha, banheiro interno, revestido no mínimo até 1m² e cerâmica no piso da sala e cozinha). A estrutura é de alvenaria, as paredes são rebocadas e pintadas, com a obrigatoriedade da utilização de fossa séptica como estratégia para tratamento de dejetos.

Imagem 5- Banheiro interno de casa construída com o crédito Instalação



FONTE: Imagem fotografada pela autora, ANO 2019

Com a oportunidade do crédito habitação, 90,9 % das famílias entrevistadas avaliam que passaram a residir em moradia de alvenaria que atende as necessidades do seu núcleo familiar. Enquanto 9,1% dos entrevistados avalia que a residência construída com o crédito não atende às necessidades da sua família. No tocante à

satisfação quanto à moradia construída com o crédito, um entrevistado avalia como média (9,1%) e dez (90,9%) dos onze entrevistados avaliam como alta. Para melhor compreensão, os dados foram sistematizados nas tabelas abaixo:

Tabela 9 - Condições de moradia antes e após o acesso ao Crédito Instalação

CONDIÇÕES MORADIA	%Antes crédito	%Após crédito
Compartilha(va) moradia com outro(s) núcleo(s) familiar(es)	18,2	-
Mora(va) em casa de taipa que não atende às necessidades	9,1	-
Mora(va) em casa de alvenaria que não atende às necessidades	27,3	9,1
Mora(va) em casa de alvenaria que atende às necessidades	45,6	90,9

Fonte: Construído pela autora com dados coletados em pesquisa de campo realizada no PA Jerimum, ANO 2019.

Tabela 10 – Nível de satisfação da moradia antes e após o acesso ao Crédito Instalação

SATISFAÇÃO MORADIA	%Antes crédito	%Após crédito
Baixa	27,3	-
Média	72,7	9,1
Alta	-	90,9

Fonte: Construído pela autora com dados coletados em pesquisa de campo realizada no PA Jerimum, ANO 2019.

Mesmo considerando que sua satisfação é alta, vários assentados ponderam sobre o tamanho da moradia, ressaltando que poderia ser maior para melhor acolher parentes, ter um alpendre maior ou ter um cômodo a mais no imóvel a ser utilizado como depósito para guardar utensílios relativos a produção agrícola ou acolher parentes que os visitam:

Quanto ao tamanho não atende as nossas necessidades, esse alpendre já foi eu que reformei após a construção e pretendo aumentar ainda mais, fazer mais um quarto porque as vezes chega alguém da família da gente e fica ruim de receber, mas em relação a estrutura essa nova é bem melhor (Assentado Sabiá)

Essa daqui é mais confortável, antes eu não tinha uma cisterna, agora nós temos, fizemos nossos apriscos para criar, mudou muito, é toda no piso cerâmica porque nós melhoramos por fora a parte do recurso do INCRA, ampliamos e melhoramos o alpendre, a sala, fizemos por nossa conta (Assentado Palma).

A justificativa utilizada para a alta satisfação com a moradia conquistada está relacionada à liberdade gerada a partir da instalação do assentamento, conforme demonstrado nas falas abaixo:

Acessar esse crédito foi muito importante para a minha vida porque aqui até no tempo do patrão a gente trabalhava para ele direto como empregado e você não podia criar uma vaca, uma ovelha, um porco e hoje em dia você pode criar tudo, por isso acho que melhorou. (Assentado Sabiá).

Muitas pessoas sofrem perambulando andando de casa em casa sem ter onde morar, pelo menos aqui nós estamos quietos em uma casa boa, ninguém mexe com a gente, isso é muito importante. (Assentado Ipê Amarelo).

Essa casa aqui é mais apertada, mas atende as necessidades da minha família. (Assentado Jurema).

Graças a Deus eu sou satisfeito em morar nessa casa, sou muito mais estar aqui, é muito mais melhor. Todos os meus amigos que chegam aqui elogiam a casa e a morada, que é boa demais. Quero é ver um amigo meu que venha para cá que não fique achando bom o lugar. (Assentado Aroeira).

É uma coisa muito importante, é bom, porque não tem que tire a gente daqui a não ser que a gente faça, que Deus defenda, por onde o INCRA tirar, o que não é do meu feitio. Então aqui ninguém mexe comigo, eu trabalho na hora que eu quero, eu vou trabalhar onde eu quero, eu faço as minhas coisas do jeito que dá para fazer, não piso por cima das autoridades porque a gente é uma família e temos que trabalhar tudo no acordo. Tudo o que eles querem resolver aqui, um coletivo que é para dar em um canto, nos chamam para a gente conversar e ver como podemos fazer, a gente se entende. (Assentado Palma).

O que representou para mim, o acesso a esse crédito, é que graças a Deus nós melhoramos muito de condição, porque a gente teve condição de começar a criar os bichinhos da gente, nós temos nossos bichinhos graças a Deus, temos nosso transporte para a gente andar, porque de primeiro não tínhamos condição nem de possuir uma bicicleta e hoje já tenho um carro, desse tempo para cá vem melhorando e vai melhorar mais ainda, para todos nós do assentamento. (Assentado Juazeiro).

A associação feita pelos camponeses do acesso à moradia ao direito de trabalhar na terra pode ser interpretada com o pensamento de Martins (1991, p. 56) de que “só é legítima a posse porque é baseada no seu trabalho. É o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista”. Tal visão corrobora com a percepção da multifuncionalidade do assentamento como espaço da moradia, do trabalho, do desenrolar da vida e, sobretudo, de resistência anticapitalista.

4.4.3 Acesso à Água

Outra variável investigada está relacionada ao acesso à água para consumo humano e atendimento das necessidades básicas pelas famílias, antes e após o acesso ao crédito Semiárido.

Como já apresentado, tal modalidade do crédito instalação é destinado para atender a necessidade de segurança hídrica das famílias assentadas nas áreas circunscritas ao semiárido, seguindo delimitação do IBGE, apoiando soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, animal e produtivo. Na realidade dos assentamentos cearenses, o recurso é destinado, prioritariamente, à construção da cisterna de placas, instalada ao lado da nova habitação, com capacidade para armazenar 16 mil litros de água potável.

Na aplicação do recurso, busca-se, sempre que possível, a contratação de mão de obra local, possibilitando a circulação de recursos no território. No caso do assentamento em estudo, a modalidade foi acessada no ano de 2010, no valor de R\$ 2.000,00 por família, sendo possível com tal valor a construção da cisterna e a aquisição de bomba sapinho, também conhecidas como submersas, com a finalidade de transportar águas do açude para a caixa d'água instalada em cada residência.

As cisternas de placas representam para as famílias do semiárido uma das políticas públicas mais efetivas na garantia do acesso à água. A respeito do Programa 1 milhão de cisternas (P1MC), destacamos que tal programa ganhou em 2017 o prêmio Política para o Futuro (*Future Policy Award*) como segunda melhor iniciativa do mundo no combate à desertificação dos solos e suas graves consequências sociais. A página da ASA (acesso em 04/02/19) pontua que a iniciativa é fruto de organização e participação política da sociedade civil ao propor tal política através da “Declaração do Semiárido”, com medidas estruturantes de acesso à água, construindo de modo participativo as políticas públicas.

Imagens 6 e 7- Casa com cisterna Assentamento Jerimum



FONTE: Imagens fotografadas pela autora, ANO 2019.

Em muitas ocasiões, as famílias dependiam do fornecimento de água através de carros pipas, vivenciando situação de insegurança hídrica cotidianamente, com acesso à água de baixa qualidade e sem água encanada no domicílio. Um entrevistado se destacou dos demais por possuir água encanada, já que residia em imóvel vizinho a casa sede. Em ambas edificações com motor e instalações hidráulicas que retiravam do açude e forneciam água encanada aos domicílios, ponderando que “Tinha água encanada em casa, mas não tinha água limpa para o consumo por não termos cisterna”, destaca o Assentado Oiticica.

O restante dos entrevistados vivenciava a realidade de retirada de água no açude em baldes, levados por animais ou nas próprias costas, até as moradias. Questionamos sobre as horas dedicadas semanalmente por família para a garantia de tal necessidade básica e em 100% das entrevistas foi dito que dedicavam acima de 4 horas, por membro, tendo que fazer esse trabalho diariamente ou no mínimo 3 vezes por semana. Destacamos que após a construção da cisterna, a dedicação de horas semanais de trabalho para armazenamento de água para consumo foi eliminado, conforme relatado.

Todo dia a gente enchia. Eu tinha um tanque feito de cimento no banheirinho aqui do lado aí nos enchíamos aquele tanque todo dia para tomar banho, para lavar roupas, para beber, para gastar, todo dia, todo dia a gente enchia. Meu marido me ajudava, mas era mais eu que trazia a água porque ele tinha outras atividades para fazer. E nós pegávamos água longe, naquele cacimbão lá longe. (Assentada Palma).

A tabela abaixo demonstra, respectivamente, como se dava o acesso à água bem como a satisfação diante desse acesso, antes e após o crédito Instalação - modalidade semiárido - e da construção da cisterna:

Tabela 11 - Acesso à água, antes e após o acesso ao Crédito Instalação

ACESSO À ÁGUA	%Antes crédito	% Após crédito
Acesso através de carro pipa, açude, sem água encanada no domicílio	90,9	-
Acesso através de cisterna de placas, sem água encanada no domicílio	-	-
Acesso através de poço profundo, adutora, com água encanada no domicílio	9,1	-
Acesso através de mais de uma fonte, com água encanada no domicílio	-	100

Fonte: Construído pela autora com dados coletados em pesquisa de campo realizada no PA Jerimum, ANO 2019.

A tabela demonstra que todas as famílias entrevistadas, após acessarem o Crédito Instalação, passaram a ter acesso à água partir de mais de uma fonte: água da chuva captada e armazenada na cisterna de placas e água encanada no domicílio, retirada do açude do assentamento através de bomba “sapinho” e armazenada em caixa d’água instalada em cada residência, fornecendo água encanada para os cômodos do domicílio.

Foi relatado por alguns entrevistados que entre 2011 a 2015, anos em que a seca foi mais severa, nos meses finais da estiagem que antecede as chuvas do próximo ciclo invernos, foi recorrente as bombas terem dificuldade de captar água devido à baixa no nível hídrico do açude. Na intenção de preservar o motor e a estrutura dos canos, as famílias decidiram coletivamente suspender o uso dos equipamentos até o aumento no nível hídrico do açude, comprometendo o acesso à água encanada nas casas, por em média três meses nos referidos anos.

O assentamento não dispõe de adutora nem de poço profundo instalado por órgãos governamentais, sendo essa uma demanda apontada pelas famílias. Ressaltam que em 2018 foi perfurado, no assentamento, um poço profundo através de recursos do Governo do Estado, entretanto, ainda não foi concluído a instalação dos equipamentos para o seu funcionamento.

De todo modo, a redução nas horas de trabalho destinadas à garantia na segurança hídrica da família foi pontuada pelos assentados como algo muito significativo em suas vidas, destinando o tempo dispendido para a realização de

outras atividades, o que se comprova quando se conhece o nível de satisfação dos entrevistados sobre o acesso à água.

Tabela 12 - Satisfação com o acesso à água, antes e após o acesso ao Crédito Instalação

SATISFAÇÃO ACESSO À ÁGUA	%Antes crédito	% Após crédito
Baixa	90,9	-
Média	9,1	9,1
Alta	-	90,9

Fonte: Construído pela autora com dados coletados em pesquisa de campo realizada no PA Jerimum, ANO 2019.

Foi relatado por alguns entrevistados que entre 2011 a 2015, anos em que a seca foi mais severa, nos meses finais da estiagem que antecede as chuvas do próximo ciclo invernos, foi recorrente as bombas terem dificuldade de captar água devido à baixa no nível hídrico do açude. Na intenção de preservar o motor e a estrutura dos canos, as famílias decidiram coletivamente suspender o uso dos equipamentos até o aumento no nível hídrico do açude, comprometendo o acesso à água encanada nas casas, durante em média, três meses nos referidos anos.

Imagem 8- Açude grande Assentamento Jerimum



FONTE: Imagem fotografadas pela autora, ANO 2019.

O assentamento não dispõe de adutora nem de poço profundo instalado por órgãos governamentais, sendo essa uma demanda apontada pelas famílias. Ressaltam que em 2018 foi perfurado, no assentamento, um poço profundo através de recursos do governo do Estado, entretanto, ainda não foi concluído a instalação dos equipamentos para o seu funcionamento. De todo modo, a redução nas horas de trabalho destinadas a garantia na segurança hídrica da família foi pontuada pelos

assentados como algo muito significativo em suas vidas, destinando o tempo dispendido para a realização de outras atividades.

Constatamos a magnitude de tal tecnologia social na vida desses sujeitos, ao ouvirmos o quanto a cisterna aliviou o trabalho diário das famílias, sobretudo das mulheres, principais responsáveis pelas atividades domésticas. Esse trabalho invisível do fazer doméstico, que inclui buscar e fazer a gestão da água para as necessidades do núcleo familiar, foi consideravelmente reduzido com a instalação das cisternas, que possibilitam melhor aproveitamento das águas das chuvas. Outro aspecto destacado por um entrevistado foi a relação das cisternas com a redução de adoecimentos por diarreias e verminoses a partir do consumo de água limpa, vinda da chuva.

A cisterna é um bem muito precioso. Graças a ela temos água boa o tempo todo, minhas filhas antes adoeciam muito de diarreia devido a água poluída que elas bebiam, água é vida (Assentado Palma).

Podemos inferir, desse modo, que as cisternas de placas, viabilizadas para as famílias do assentamento Jerimum através do Crédito Instalação do INCRA, é um exemplo de política pública transversal que atua em diversas manifestações da questão social, como no combate às desigualdades causadas pela hierarquização nas relações de gênero, na redução dos adoecimentos e com a garantia do direito fundamental do acesso à água potável.

4.4.4 Trabalho e Renda

O crédito instalação, nas modalidades Apoio inicial e Fomento, têm relação direta com a variável em análise nesse tópico – condições de Trabalho e Renda dos beneficiários – destinando-se, a primeira modalidade, a apoiar a instalação no assentamento e aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e de equipamentos produtivos. Já o Fomento é voltado para viabilizar a implementação de projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda.

No Jerimum, parte dos recursos foram destinados para a estruturação do perímetro do assentamento – construção e reforma de 5.000 (cinco mil) metros de cercas – necessários ao início das atividades produtivas voltadas à agropecuária. Com o montante de R\$ 54.400,00 (cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais),

referente ao pagamento de 17 créditos apoio (R\$ 3.200,00/família), no ano de 2009, parte dele foi direcionado à aquisição de animais e o restante destinado à compra do material necessário – arame, grampos, estacas – e pagamento da mão de obra, atividade realizada pelos próprios beneficiários, de modo coletivo, fazendo o recurso, fruto do trabalho realizado, circular na própria comunidade.

Ressaltamos que no crédito apoio há a possibilidade de aquisição de itens de primeira necessidade. Na metodologia de aplicação utilizada pela equipe técnica do INCRA que acompanha o território, em consenso com os beneficiários, a demanda de cada família foi suprida com a remuneração conquistada a partir do trabalho desempenhado por cada assentado na construção das cercas. Destacam que não conseguiram concluir 100% das cercas, mas que a maior parte do perímetro do assentamento está protegida. A aplicação do crédito fomento, no valor de R\$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais), referente ao pagamento de 16 créditos fomento (R\$ 3.200,00/família), no ano de 2012, deu continuidade aos investimentos realizados com o apoio inicial, seguindo a mesma linha de aplicação na estruturação da área e ampliação do rebanho individual de cada família.

A respeito da investigação da variável trabalho e renda antes e após a instalação do assentamento e ao acesso aos créditos iniciais, os entrevistados, conforme relatado, permanecem com suas atividades voltadas para as atividades agrícolas, passando também a poder criar animais. Houve alteração na relação de trabalho existente, já que antes da criação do assentamento, os entrevistados eram moradores da fazenda, pagavam renda sob o produzido e prestavam serviços (diárias) para o proprietário da área, sem qualquer formalização no tocante à direitos trabalhistas. A maior parte dos assentados (90,9%) recordam que havia trabalho, porém com renda insuficiente e apenas 9,1% considera que havia trabalho e renda suficientes antes da instalação do PA, conforme informações coletadas quando questionados sobre as oportunidades de trabalho e renda:

Trabalhava para a fazenda quando tinha serviço para fazer, não era algo fixo não. As vezes a gente trabalhava um dia por semana, as vezes eram dois dias porque não tinha serviço fixo direto para todos. Tinha uns que ficavam tratando do gado do patrão, esses ficavam trabalhando direto (Assentado Juazeiro).

Atualmente, na condição de assentados, as famílias permanecem desenvolvendo atividades voltadas à agropecuária. Avaliam que possuem mais

autonomia do que na realidade anterior, sobretudo pela possibilidade que dispõem de criar animais. Esse ponto foi bastante ressaltado nas entrevistas, sempre dito com satisfação. A liberdade de criar é um ponto de ruptura na vida antes e após o assentamento e acesso aos créditos:

Passei a poder criar à vontade, antes não podia ter nada, só os animais do patrão, a principal melhora na nossa vida está aí. (Assentado Oiticica).
Agora está melhor porque posso criar meus bichos, antes não podia criar nada. (Assentado Juazeiro)

Para essas famílias lavradoras, a terra é local de vida, de moradia e de trabalho. Vivenciam a realidade da “terra de trabalho” que é definida por MARTINS (1991, p.55), em oposição à “terra de negócio”:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura.

Os relatos dos assentados a respeito das relações estabelecidas entre os camponeses e o antigo proprietário ilustra bem tal dicotomia, sobretudo quanto à proibição imposta às famílias de não criarem animais na propriedade, para não consumir o pasto existente, fato que impactaria diretamente no lucro do fazendeiro. As concessões feitas – permissão apenas para plantio e moradia na área - garantiria ao proprietário a disponibilidade de mão de obra barata, além do lucro de 20% sob o que for produzido na terra pelos camponeses e 50% da produção de algodão. Da produção de cada núcleo familiar, após retirado o que seria consumido pelos seus membros, o excedente só poderia ser vendido ao patrão, por preço estipulado pelo mesmo, garantindo ao fazendeiro outro meio de geração de renda:

Vim para cá há mais de 40 anos morar e trabalhar como reideiro para o patrão, 02 dias por semana, recebia mincharia, meu dia de trabalho não valia dez reais no dinheiro de hoje. Aqui nós não podíamos criar nada, só se fosse um piolho na cabeça. Se ele (patrão) pudesse pentear ainda ficaria com uma parte do que caísse... O que era produzido aqui tinha que ser vendido era a ele. Vá vender um saco de milho lá fora para ver se ele não lhe botava na cadeia. O algodão era de metade e ele era quem comprava, se não fosse pegava fogo o mundo. (Assentado Jurema).

A gente tinha direito a brocar um roçado e pagava renda de um a cada cinco sacos produzidos e o algodão era de metade. Hoje estamos no céu, se compararmos. Para quem quer trabalhar, hoje estamos melhor dez vezes, mas para quem não quer trabalhar não faz diferença. (Assentado Juazeiro).

Imagens 9 e 10 - produção agrícola agricultura familiar



FONTE: Imagens fotografadas pela autora, ANO 2019.

Outro aspecto percebido é a continuidade da centralidade da agricultura de subsistência, não havendo, mesmo após se tornarem assentados, venda direta da produção para o consumidor. À época da fazenda, o patrão era o responsável pela aquisição do excedente e pela venda ao varejista, assumindo a função de atravessador/intermediário. Com a constituição do assentamento, há o reconhecimento do avanço no tocante à liberdade que passaram a ter de produzir o que consomem, entretanto, a venda direta ao consumidor dos excedentes não se tornou uma prática entre os assentados. A comercialização da produção aparece como um gargalo ainda presente na realidade do homem do campo:

O que eu planto e colho hoje é para usar em casa, com os meus animais. O que eu vendo é um animalzinho, uma ovelha, um garrote, um carneiro, um porco, é assim, é o pouco que a gente vende e vai se remediando quando precisa. A renda que dá é da pecuária e não da agricultura, quando a gente se aperta a gente vende um animal...Uma das dificuldades que ainda enfrentamos no assentamento é o acesso a uma fonte de renda, a única existente é a venda de animais que a gente cria e vai vendendo quando chega a hora, e ainda é feita com atravessador, que querem comprar quase de graça. Você vai no Canindé e compra o quilo de carneiro por 16 reais, e o atravessador vem aqui e quer comprar o carneiro por nada. Tem feira de agricultura às quartas na sede, mas nunca pensamos em vender lá. (Assentado Oiticica).

Quanto às estruturas produtivas (capineira, curral, cercas nas áreas de plantio e pasto) todas as famílias entrevistadas citaram que passaram a ter acesso a tais itens apenas após o acesso ao crédito instalação, nas modalidades apoio inicial e fomento. Sobre as ferramentas de trabalho (chibanca, foice, machado, carrinho de mão entre

outros), 37% dos entrevistados informaram não possuir tais itens até o acesso ao crédito, adquirindo-os com a modalidade apoio inicial.

O assentamento possui um plano de manejo florestal sustentável aprovado pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, em recente execução, iniciado em meados do ano de 2018, com a finalização da coleta do primeiro talhão (anual) para a produção racional de subprodutos florestais (lenha, estaca, carvão). Até a data da nossa última visita no PA, o segundo talhão estava liberado, mas ainda sem ordem de corte, conforme relatado por um dos assentados que participa dessa atividade, que se destaca por ser uma solução sustentável para uso de produtos florestais, aliado aos objetivos sociais e econômicos do seu aproveitamento. No caso do PA Jerimum, apenas 09 famílias assentadas optaram por participar. Sobre tal temática, um dos entrevistados explica:

Dá uma renda, mas para tudo temos que ter um esforço, é muito dispendioso porque é longe das nossas casas, não tem muita madeira nesse local escolhido, nessa época de chuva a gente faz o forno lá mas tem que ir olhar, botar madeira dentro, ajeitar e é muito dispendioso mas dá para tirar um trocado. Eles vieram (SEMACE), fizeram a vistoria lá e já liberaram o segundo talhão, mas não deram ordem de corte, a documentação está tudo ok, mas só falta o cara vir para dar ordem de corte para a gente começar de novo. A discussão está grande, já tem muitos anos que esse plano de manejo está em discussão, mas agora que veio sair. Nesse primeiro talhão deu para tirar uns dois mil reais para cada família que trabalhou, de renda bruta, mas desse valor tiramos uma parte para associação ter uma reserva. De cada saco de carvão que nós fazemos, fica uma porcentagem para quando formos regularizar de novo o plano ter algum dinheiro na conta para gastar com isso. (Assentado Palma).

A renda daqui hoje é só do carvão que foi liberado, se o cabra quiser trabalhar, dá para sobreviver. Eu tenho um forno e nesse talhão tirei a média de oitenta sacos no mês, cada um vendido a sete reais, deu uma renda por mês de uns quinhentos e sessenta reais. Eu não faço carvão direto não porque tenho outras atividades para fazer, tem os bichos para a gente lutar, não é todos os meses que eu tenho essa renda do carvão não. (Assentado Juazeiro).

Quanto à realização de diárias em outras propriedades, os assentados revelam que não realizam, dedicando-se às possibilidades de geração de renda existentes no próprio assentamento:

Eu não dou diária fora não, só aqui mesmo fazendo meu trabalho, cuidando dos meus animais que eu tenho e fazendo o carvão, tiro em torno de uns trezentos reais por mês. (Assentado Palma).

Aqui em casa nós dois já somos aposentados, o que nós trabalharmos é por conta própria, para nós mesmos, aqui dentro do assentamento, onde crio meus bichinhos. (Assentado Marmeleiro).

No tocante à renda, conforme avaliação dos entrevistados, as modificações geradas com a criação do assentamento não garantem o atendimento de todas as necessidades das famílias, conforme demonstram 54,5 % das famílias pesquisadas. Já 36,4 % do universo em análise, avaliam ser suficiente para as suas necessidades o valor obtido com as atividades desenvolvidas no PA. Uma família entrevistada (9,1% do total) é composta por casal de idosos, ela com 85 e ele com 79 anos, que devido às problemáticas de saúde, inerentes ao envelhecimento não desenvolvem mais nenhuma atividade geradora de renda, tendo a manutenção garantida através da aposentadoria, conforme ilustra tabela abaixo:

Tabela 13 - Condições de trabalho e renda antes e após o acesso ao Crédito Instalação

TRBALHO E RENDA	%Antes crédito	% Após crédito
Não havia trabalho nem renda	-	-
Renda proveniente apenas de aposentadoria ou benefício social	-	9,1
Havia trabalho com renda insuficiente	90,9	54,5
Havia trabalho com renda suficiente	9,1	36,4

Fonte: Construído pela autora com dados coletados em pesquisa de campo realizada no PA Jerimum, ANO 2019.

Quanto à média dos rendimentos ao mês, por unidade familiar pesquisada, pode-se perceber evolução na renda das famílias, antes e após a instalação do assentamento. O valor médio/mensal percebido antes da instalação do assentamento, para 81,8% dos entrevistados era entre 0 e $\frac{1}{2}$ salário mínimo - SM, percentual que caiu para 36,4% na realidade atual que continuam auferindo tão poucos rendimentos. A média de $\frac{1}{2}$ e 1 SM se manteve para 9,1 % dos entrevistados. No intervalo entre 1 e 2 SM há uma evolução de 9,1% dos entrevistados para 27,3%. No último intervalo, com renda acima de 02 SM, há a inclusão de 27,3% dos entrevistados, segmento de renda não declarado por nenhum dos entrevistados antes da condição de assentado, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 14 - Valor médio da renda mensal por família, antes e após o acesso ao Crédito Instalação

MÉDIA RENDIMENTOS MENSAL/FAMÍLIA	%Antes crédito	%Após crédito
Entre 0 e ½ Salário Mínimo	81,8	36,4
Entre ½ e 1 Salário Mínimo	9,1	9,1
Entre 1 a 2 Salários Mínimos	9,1	27,3
Acima de 2 Salários Mínimos	-	27,3

Fonte: Construído pela autora com dados coletados em pesquisa de campo realizada no PA Jerimum, ANO 2019.

Sobre a satisfação dos entrevistados em relação à renda familiar, na realidade anterior e posterior ao crédito, conforme ilustra a tabela abaixo, é inquestionável a melhoria na satisfação das famílias impactadas pela oportunidade social vivenciada:

Tabela 15 - Satisfação quanto as condições de trabalho e renda antes e após o acesso ao Crédito Instalação

SATISFAÇÃO TRABALHO E RENDA	%Antes crédito	% Após crédito
Baixa	90,9	-
Média	9,1	63,6
Alta	-	36,4

Fonte: Construído pela autora com dados coletados em pesquisa de campo realizada no PA Jerimum, ANO 2019.

As respostas dos assentados estão em consonância com o pensamento de Sen (2010), que vê a superação das privações de liberdade como central no processo de desenvolvimento, sendo as liberdades meio e fim deste processo/propósito. Para o autor, as eliminações dessas privações não são adquiridas apenas com o aumento dos ganhos materiais e sim através da expansão das capacitações, oportunidades, possibilitando que os sujeitos exerçam a sua condição de agente, com liberdade para fazer escolhas que possam transformar as suas vidas do modo que desejam. A renda passa a ser um meio de realizações, e não o fim em si do desenvolvimento. A elevação na média dos rendimentos também está relacionada à inclusão e ao aumento da participação desses sujeitos em políticas públicas como a previdência social.

É inquestionável a melhoria gerada com a criação do assentamento em vários aspectos da vida das famílias beneficiárias, sobretudo no trabalho e renda, mas não podemos reduzir o olhar apenas para esse tópico. A opção que as famílias passaram a dispor de trabalhar para si, e a liberdade que isso representa para quem vivenciou,

nesse mesmo ambiente, relações de explícita exploração de seu trabalho com a apropriação de significativa parcela dos seus frutos, sem qualquer estabilidade para sonhar e projetar o futuro, possibilita relevante mudança em sua qualidade de vida, como se percebe na fala abaixo:

Só em a gente ter passado a trabalhar para a gente mesmo melhorou muito, sem está sendo mandado, sem palpites dos outros porque quando se está trabalhando para si já se sabe o serviço que está precisando ser feito ali (Assentado Pau Branco)

De acordo com o declarado, a remuneração obtida com as atividades desenvolvidas antes da instalação do assentamento é percebida como insuficiente para o custeio das necessidades familiares de 90,1% das famílias pesquisada. Após a instalação do PA, apenas 54,5% dos entrevistados seguem com essa mesma assertiva, demonstrando que houve melhoria nas condições de vida de parte dos entrevistados.

Mesmo diante de tal avaliação que aponta que ainda há um caminho a ser seguido de inclusão social desses sujeitos, as famílias, massivamente (ver tabela acima), declaram evolução na sua satisfação em relação ao trabalho e renda, quando comparado às condições antes e após o acesso ao crédito instalação. Não podemos deixar de destacar os aspectos intangíveis que são impactados com oportunidades sociais como essa, sobretudo no tocante à liberdade desses sujeitos para executarem o que sabem (e gostam) de fazer, retirando da terra o sustento de seus núcleos familiares e usufruindo integralmente dos frutos do seu trabalho.

4.4.5 Consumo (acesso a bens duráveis e não duráveis)

A variável consumo possui relação direta com o fato dos moradores do assentamento Jerimum terem passado a ser assistidos por rede de energia elétrica apenas no ano de 2009, após a criação do assentamento e aplicação dos créditos iniciais, concluída a fase de instalação do PA. Sobre essa temática, a inclusão do acesso à energia elétrica, enquanto direito social, está sendo pleiteado na Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 44, de 2017, ainda em tramitação no Senado Federal.

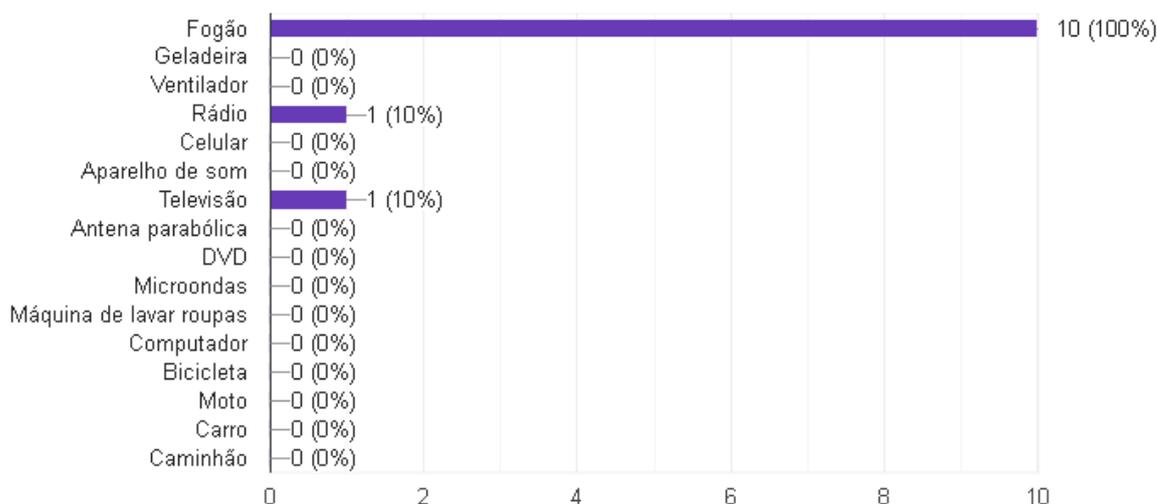
Quando indagados quais itens possuíam no domicílio antes do acesso as modalidades em análise do crédito instalação, 09 das 11 famílias entrevistadas

responderam que possuíam apenas fogão, enquanto 02 assentados entrevistados declararam também possuir televisão ou rádio, alimentado através de bateria, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Itens de consumo que a família possuía antes do acesso ao Crédito Instalação

Antes do acesso ao crédito, quais dos itens possuía

10 respostas



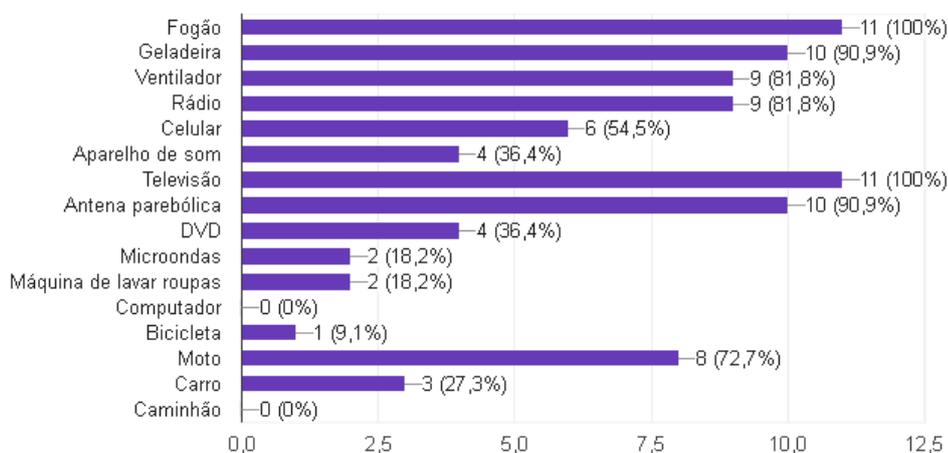
Fonte: Construído pela autora com dados coletados em pesquisa de campo realizada no PA Jerimum, ANO 2019.

No tocante à satisfação das famílias em relação aos bens de consumo, 100% afirmaram baixa satisfação na condição anterior ao acesso ao crédito. Após a oportunidade do crédito para instalação do assentamento, 81,8% dos entrevistados classificam sua satisfação como alta e 18,2% como média satisfação, justificando que puderam diversificar os eletrodomésticos e itens de consumo da família, passando a dispor de maior conforto no domicílio, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Itens de consumo que da família após o acesso ao Crédito Instalação

Após acesso ao crédito, quais dos itens possui:

11 respostas



Fonte: Construído pela autora com dados coletados em pesquisa de campo realizada no PA Jerimum, ANO 2019.

Um aspecto a ser destacado é a elevação significativa do número de assentados que passaram a ter acesso a transporte próprio (moto, carro), aquisições que favorecem sobremaneira à liberdade e aumento da qualidade de vida dos assentados. Antes da condição de assentado, nenhum dos entrevistados declarou possuir qualquer tipo de veículo. Dez anos após a criação do PA Jerimum, apenas 18,2% dos entrevistados continuam sem possuir meio de transporte, enquanto 54,6% declararam ter adquirido motocicleta no período e 27,3% adquiriram carro e moto durante a última década.

Imagens 11 e 12 - rede energia elétrica no assentamento Jerimum



FONTE: Imagens fotografadas pela autora, ANO 2019.

No tocante a itens de uso doméstico, de longe e sem dúvidas, o acesso à energia elétrica foi o principal motivador da mudança no perfil de consumo dessas famílias

quando comparado às realidades antes e após o acesso ao crédito instalação, impactando também em sua qualidade de vida. Há entendimentos de entrevistados de que o acesso à energia elétrica é de fundamental importância para garantir a dignidade humana, possibilitando o uso e acesso de diversos bens e serviços que dependem de fontes elétricas:

Antes do assentamento só tínhamos o fogão mesmo porque não tinha energia, só foi ter energia aqui depois que virou assentamento. Hoje temos fogão, geladeira, televisão, rádio, ventilador, temos o básico para a gente sobreviver (Assentada Ipê Amarelo)

Antes, era tudo no fogo a lenha, televisão, o cabra nem pensava, hoje graças a Deus tem televisão com parabólica, tem geladeira, fogão, ventilador, hack, som. Tenho carro e tenho moto também. Sou muito satisfeito com tudo o que tenho. (Assentado Marmeleiro)

Antes só tínhamos fogão e mesmo assim cozinhávamos na madeira. Hoje temos fogão, geladeira, micro-ondas, celular. Tá bom demais aqui agora, é energia, internet, telefone. Tá uma beleza, graças Deus. (Assentado Juazeiro).

A condição vivenciada por essas famílias há recentes 10 anos da data desta investigação nos remete a refletir sobre o quanto essas famílias viviam excluídas do mundo globalizado do consumo, ou melhor, viviam em um mundo paralelo, com a negação ou acesso precário a direitos mínimos existenciais. Atualmente vivem de modo mais confortável, com acesso a bens que facilitam a dinâmica cotidiana das famílias, corroborando para uma maior qualidade de vida.

Imagens 13 e 14- bens de consumo residência assentamento Jerimum



FONTE: Imagens fotografadas pela autora, ANO 2019.

4.4.6. Acesso às políticas públicas de saúde e educação

Compreendemos que as políticas públicas acima não possuem relação direta com a finalidade do crédito estudado nesse trabalho, entretanto, por entendermos

também da influência de que a conclusão da instalação do assentamento pode ter diante de tais variáveis, caras para a qualidade de vida das pessoas, optamos por descrevê-las de modo qualitativo, em um mesmo item, em busca de entendimento de como foi/é o acesso a tais direitos sociais, antes e após a instalação do assentamento.

Destacamos que o item acesso à saúde foi o que mais suscitou a fala dos entrevistados. Tal interesse pode ser justificado pela faixa etária um pouco mais madura das famílias beneficiárias, com a reduzida presença de crianças e adolescentes em idade escolar, no total de seis, composta por filhos e bisneto de casal assentado.

No tocante às condições de saúde vivenciadas no PA Jerimum, os assentados declaram insatisfeitos, que houve poucas mudanças no atendimento de saúde das famílias, antes e após a propriedade se tornar assentamento. Antes, as consultas ocorriam apenas na sede do distrito ou na sede do município. Após a desapropriação e com o fortalecimento da estratégia de Saúde da Família, a comunidade passou a ser assistida no interior da área reformada por equipe do Programa Saúde da Família - PSF do Distrito, que se deslocava a cada dois ou três meses para a casa sede do assentamento Jerimum.

Os assentados reconhecem os benefícios advindos com o acompanhamento continuado no local de moradia, entretanto, ponderam que a recorrente falta de médicos, de medicamentos e a rotatividade no quadro de pessoal, exemplificado pelo fato de há dois anos o assentamento não ser assistido por Agente Comunitário de Saúde – ACS, o que fragiliza a estratégia de saúde da família, sendo essas vulnerabilidades que geram a avaliação negativa dos sujeitos, de que houve pouco avanço na efetividade da política de promoção à saúde no PA Jerimum.

Durante as entrevistas, foi recorrente a fala de que desde a saída dos médicos cubanos do Programa Mais Médicos, ocorrido no final de 2018, o atendimento foi comprometido, sem a substituição dos profissionais até então. Tal problemática experienciada no PA Jerimum não é um fato isolado, o que reafirma a dificuldade de encontrar médicos disponíveis para trabalhar em localidades mais periféricas. As famílias ao experienciarem o convívio com médicos cubanos, destacam e elogiam a dedicação e o compromisso do serviço prestado por tais profissionais, sempre se reportando às experiências anteriores de precariedade ou de negação do acesso a tal direito social, sobretudo nas áreas rurais.

Vem enfermeiro de 2 em dois meses, antes vinha o médico cubano, mas não vem mais porque botaram eles para ir embora. Era muito bom quando vinham médicos cubanos porque atendiam bem demais, mesmo com a dificuldade da fala deles e a enfermeira ajudava, é muito melhor do que esses médicos do hospital do Canindé que não pergunta nem o que você tem e já vem com um litro de soro (Assentado Ipê amarelo)

De dois em dois meses a equipe vem aqui para casa. Antes era na casa sede daí não gostaram mais de ir para lá e ajeitaram para ficar aqui. Eles vêm agora no dia 24 de março. Mas não está tendo médico não. Tinha aqueles cubanos, era boa demais a médica, tiraram daí ta vindo só a enfermeira. Não tá bom porque não tá vindo mais o médico e as vezes nem o remédio da pressão não tá tendo mais. (Assentada Juazeiro).

Os moradores sofrem com a falta dos profissionais, já que a finalização do citado Programa gerou quebra na sistemática do atendimento às comunidades, sobretudo as mais distantes e carentes, inviabilizando também às visitas domiciliares realizadas aos pacientes mais graves ou acamados, levando as famílias a se deslocarem até a sede da cidade na ocasião de adoecimento, sobrecarregando os hospitais dos municípios pequenos. Desde então, o PA Jerimum recebe visita a cada dois meses, apenas da enfermeira do PSF:

A saída dos cubanos piorou muito nosso atendimento, vêm só uma enfermeira e a enfermeira nunca faz tudo o que precisamos porque ela não pode, e a gente entende o lado dela de não poder avançar e ir além do que ela pode fazer (Assentada Angico).

Sobre acesso à educação, antes da instalação do assentamento havia pequena turma das séries iniciais até 4º série, no interior da propriedade. As aulas das séries seguintes ocorriam na sede do distrito de Salitre, sem assistência do transporte escolar:

Quem queria estudar tinha que dar seu jeito de ir, a pé, de cavalo, em algum transporte (Assentada Angico)

No cenário educacional atual, as principais diferenças apontadas pelos entrevistados é a inexistência de qualquer modalidade de ensino no interior do assentamento, e as famílias que residem na vila próximo à casa sede passaram a ser atendidas por veículo pau de arara, que realiza, precariamente, o transporte de crianças até a escola localizada no distrito de Salitre. As famílias têm consciência da violação do direito das crianças de serem transportadas com maior segurança, em ônibus, o que não é fornecido pela prefeitura. As famílias residentes na Vila Nova Lages não são assistidas por qualquer serviço de transporte escolar no domicílio, devido às estradas de acesso serem mais precárias, entretanto, a vila está localizada a 02 km do asfalto, local onde o veículo do transporte escolar passa, tendo os

familiares que deixar e pegar os alunos até a entrada do PA, à margem da rodovia CE 257.

O que foi relatado pelos entrevistados é que a educação no Jerimum, tanto antes como depois de se tornar um assentamento, sempre foi muito difícil, sobretudo devido às condições e ao tempo dispendido para o deslocamento aos centros educacionais. O ensino é satisfatório, o que pode melhorar são as condições de deslocamentos oferecidos pelo município, ponderam os assentados.

4.4.7. Olhando para trás e pensando lá na frente: o refletir sobre os 10 anos do PA Jerimum e as perspectivas de futuro

No bloco final das entrevistas, em busca de suscitar nos sujeitos reflexões que possibilitem avaliar o processo vivenciado no assentamento no marco temporal de 10 anos, questionamos aos assentados em que medida percebem que suas vidas foram afetadas com a aplicação dos créditos iniciais e em que isso impactou e melhorou a sua condição de vida. Todos os entrevistados avaliam que houve significativa melhoria das condições de vida após ao crédito, conforme se constata nas falas abaixo:

Melhorou a forma de trabalhar, criar, plantar. Realmente se o que a gente produzisse tivesse um valor médio no mercado, não vou nem dizer valor bom, era muito bom, não tinha ninguém que tivesse em condição ruim, de necessidade por aqui. (Assentado Sabiá).

Só em a gente ter passado a trabalhar para a gente melhorou porque a gente não é mais mandado, sem palpite dos outros, porque já se sabe o que é o serviço que está precisando ser feito. (Assentado Pau Branco).

Não preciso sair para fora em busca de trabalho, só trabalho aqui dentro mesmo. Muitos pensam em sair para arrumar trabalho fora porque diz que passa necessidade mas para mim não vejo que haja essa necessidade, eu mesmo não passo necessidade. (Assentado Aroeira).

Melhorou bastante porque a gente teve condições de possuir as coisas da gente porquê a gente aplicou direitinho os créditos, só não tem quem não aplicou, quem aplicou tem. Por exemplo, a bomba que puxa água daqui de casa é da época dos créditos e ainda está funcionando. No Pronaf que acessei ano passado (2018) eu dei continuidade, investi em ovelha, gado, cercas, arame, capineira. (Assentado Marmeleiro).

Passei a poder criar à vontade, não podia ter nada, só os animais do patrão, a grande melhora está aí. (Assentado Oiticica).

Pelo menos não estou sendo mandado pelos outros. Tive a oportunidade de ter meus bichinhos a partir do apoio, na época comprei 02 vacas que nunca se acabaram e estão prosperando. (Assentado Jurema).

Minha vida mudou porque a casa é muito boa, a cisterna é algo muito precioso para mim porque eu tenho água boa o tempo todo e antigamente minhas filhas adoeciam muito de diarreia devido a água do açude que por mais que eu tivesse cuidado, fervia e hoje não, tenho minha cisterna coberta, até vento é difícil entrar. (Assentada Palma).

A gente não tinha casa, não tinha a cisterna que é tudo porque você tendo água guardada da chuva é muita coisa que tende a melhorar para você,

porque você não se preocupa com água limpa para cozinhar, beber. (Assentado Ipê Amarelo).

Para mim melhorou, a gente não tinha condições de comprar os bichos para criar daí depois desses créditos do Incra eu comprei uma vaca e oito ovelhas para iniciar e com isso já teve a melhora, já foi um começo, me preparando para os financiamentos dos bancos. (Assentado Juazeiro).

Ao questionarmos sobre a avaliação dos 10 anos do assentamento, as famílias fazem as seguintes avaliações:

Eu não tenho o que reclamar, graças a Deus. Eu realizei parte dos meus sonhos. Vai muito da pessoa, tem gente que pega os créditos e não sabem investir, mas quando se aplica bem, não desviando, vai dar certo. Tem muitos que mal pega seus animais e já jogam fora, se você fizer isso, não tem futuro. (Assentado Oiticica).

Dos 10 anos do PA, se todos os anos tivessem tido um bom inverno para crescer e aumentar os bichos da gente tínhamos prosperado mais. Mas isso não está no nosso poder, está no poder de Deus. Nos anos de seca morriam muitos bichos sem comida. As vezes morriam de 10 ovelhas. (Assentado Aroeira).

Se o assentamento tivesse acontecido há 20 anos atrás para mim teria sido melhor, porque eu teria condições de fazer mais força para trabalhar para viver com minha família, teria mais talento, mais vigor físico para prosperar porque hoje já tenho 79 anos e fica tudo mais difícil. (Assentado Jurema).

Atendeu ao que desejava. É um local tranquilo, antes vivíamos preocupados. Tudo o que fazíamos tínhamos que dividir com o patrão. Hoje tudo o que se faz é seu, não tem quem venha perturbar. Você faz do jeito que quer as suas coisinhas, não tem ninguém para dar palpite e porque que isso não é uma melhora grande? Assentamento tem gente que diz que não presta, mas é para quem não quer trabalhar, para quem quer trabalhar têm as coisas, para quem não quer trabalhar tanto nenhum é bom. Graças a Deus está bom demais, melhor do que isso aqui estraga. Nós melhoramos muito de condição, porque a gente teve condições de começar a criar os bichinhos da gente, hoje nós temos os bichinhos graças a Deus, temos um transporte para a gente andar e de primeiro a gente não tinha condições nem de possuir uma bicicleta e desse tempo para cá, graças a Deus, vem melhorando e vai melhorar mais ainda para todos nós. (Assentado Marmeleiro).

Acho que melhorou. 10 anos de pouco a pouco como começamos temos capacidade de aumentar mais porque a gente começou a bem dizer zero e a gente vai aumentando e melhorando de pouco a pouco. (Assentado Pau Branco).

Foi perguntado sobre as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias e o que ainda precisa melhorar no PA:

A Reforma das casas seria muito bom se saísse para recuperar o que está se desgastando, aumentar e melhorar a estrutura. (Assentado Jurema).

O que gera mais dificuldade para a gente é que na época do inverno as condições das estradas ficam péssimas. O município esse ano nem estrada recuperou, o que a gente mais precisa é que terminando o inverno o município fizesse nossas estradas, aí era bom demais. (Assentado Marmeleiro).

O que falta melhorar depende muito do município, as estradas são péssimas, a qualidade dos serviços de saúde, mais assistência do INCRA também. (Assentado Palma)

Seria muito bom se saísse reforma de açudes porque quanto mais água melhor. Temos um açude arrombado aqui que necessita ser recuperado. (Assentado Pau Branco).

Só melhorava aqui se cada um fosse trabalhar no seu pedaço, se o assentamento fosse individualizado e deixasse de ser tudo coletivo da forma que é, cria todo mundo junto. (Assentado Juazeiro).

No começo do assentamento tinha respeito as regras e hoje muita gente tá passando por cima delas, o presidente explica e lembra como é mas tem muitos que querem fazer as coisas do jeito que der na telha e não pode ser senão vira bagunça. (Assentada Angico).

Diante das dificuldades ressaltadas, indagamos, em contrapartida, se as famílias já pensaram em deixar o assentamento. As respostas abaixo ratificam a opção de permanecer na antiga Fazenda Jerimum, há dez anos, como assentados:

Não enxergo outra possibilidade de vida para mim, minha filha pede que quando eu estiver mais velho eu me mude para a cidade e eu digo que eu lá quero saber de rua, pra que sossego melhor pro cabra do que esse aqui. As vezes vou para Canindé e não aguento ficar nem até de tarde, meio dia eu chispo. Eu não me acostumo em rua não, para quem é acostumado no sertão. E eu não sei está parado, tenho que estar cuidando dos meus bichinhos, me movimentando. (Assentado Marmeleiro).

Não, pelo o que já conseguimos até agora. Compramos nossos animais e estamos vivendo. Depois de tanto esforço para a pessoa abandonar assim não é legal. (Assentada Angico).

Não, porque não quero deixar o lugar que nasci e me criei. (Assentado Oiticica)

Não, porque gosto dessa terra. (Assentado Jurema)

Não porque aqui é bom, não tem confusão, intriga, todo mundo é unido. (Assentado Mandacaru)

Já pensei mais por questões financeiras e nunca por atrito e confusão com as pessoas daqui, mas por enquanto eu parei de pensar nisso, vou me aquietar, já estou aposentado, vou ficar e ver no que vai dar. (Assentado Palma).

Rapaz, só se eu pensar hoje de noite porque até agora não pensei não. A gente gosta daqui, é um lugar bom, se fosse ruim eu não estaria aqui. (Assentado Pau Branco).

Eu não, eu acho bom meu cantinho aqui, sossegado. Amanheço o dia tranquila, durmo que é uma beleza. Eu não dou meu assentamento por cidade nenhuma, eu quero é sossego. Não me dou com zoada de cidade mais não, sou apegada demais aos meus bichos e minhas plantas. (Assentada Juazeiro).

Diante do cenário político vivido, quando questionamos sobre as perspectivas de futuro, os assentados demonstram apreensão e descrédito diante do silêncio quanto aos planos que o Governo Bolsonaro tem para o campo:

Esse governo está muito ruim porque ele não está prometendo nada para ninguém. Para nós está muito ruim, porque o novo presidente não fala nem no nome de agricultor que está lá no mato, estamos nos sentindo abandonados no campo, vivendo do jeito que Deus está consentindo, porque ele não está ajudando mesmo. E já está muito tarde, desde que ele entrou já deu para ele ter feito algo pelo campo, porque a obrigação é dele. Penso que

nós ainda somos moradores do governo federal porque eu não comprei a terra ainda, não paguei, eu penso que seja. (Assentado Jurema).

Posso estar enganado, mas eu só acredito que esse governo vai dar certo quando eu ver. (Assentado pau Branco).

Não espero coisas boas. Esse presidente não vai dar apoio aos assentamentos. O Partido dos Trabalhadores dizem que afundou muita gente mas para os assentamentos isso não é verdade, ele ajudou muita gente, eles mudaram muito os assentamentos para melhor. (Assentado Oiticica).

Com esse novo governo parece que as coisas vão ser piores. Pelo o que a gente ouve falar das coisas, vai ter muita mudança. A gente tem fé que ajude, mas ficamos com a orelha em pé, que a gente vê melhoras mais é para o lado do rico, mas para o lado do pobre não tem (Assentado Mandacaru).

Eu não estou com muita esperança não. Se nós tivéssemos o Lula, ele pode ter roubado como estão dizendo que ele roubou mas pelo menos, para nós aqui do Nordeste foi o melhor presidente que teve para nós, mas vamos entregar nas mãos de Deus e seja o que Deus quiser. (Assentado Palma).

É isso aí o que a gente vive preocupado todo santo dia, porque a gente veio ter vez de possuir as coisas devido o assentamento, e depois que entrou o Lula, porque depois que o Lula entrou que nós tivemos condição de conhecer a porta de um Banco para fazer um empréstimo, foi depois que entrou o Lula, porque o pobre não tinha vez de acessar crédito não e graças a Deus melhorou foi tudo e agora a gente espera, e ninguém espera o que é ruim não, a gente espera o que é bom, que ele faça uma boa administração também para ajudar mais a pobreza, porque quem precisa de ajuda é quem é pobre, não é quem é rico não, quem é rico tem condições de sobreviver. (Assentado Marmeleiro).

Os agricultores vão ficar quase acabados. De uma forma geral, para qualquer tipo de pessoa vai ficar ruim porque o que está sendo prometido é ruim para todos, não se vê uma promessa de algo que seja bom. Só se for muito fraco da mente para não ver que aquilo ali vai derrubar o Brasil. Eles mexem em tanta coisa, olha aí, mexendo no Benefício, na aposentadoria (Assentado Sabiá).

Eu acho que com esse governo aí para os agricultores não vai ter melhoria. Um pobre sem poder trabalhar, aleijado aí de todo jeito, ele (Bolsonaro) está querendo dar só meio salário. A gente tem pedido a Deus que não mas se ele fizer essa reforma vai ser quase uma guerra no Brasil. O que é um deputado ganhando 60 mil reais e o agricultor ganhando meio salário. (Assentado Ipê Amarelo).

O que a gente percebe, eu acho que está é piorando, porque alguma coisa, algum benefício tipo um aposento está ficando é mais difícil com as leis que estão aplicando, digo querendo aplicar porque ninguém sabe se vai passar. (Assentada Angico).

Nessas últimas falas, os assentados se reportam à Reforma da Previdência proposta pelo Governo Bolsonaro e sua equipe econômica, liderada por Paulo Guedes, com base no modelo neoliberal de capitalização, na lógica do seguro individual e de abertura desse segmento ao mercado. Tal modelo propõe a retirada da concepção de seguridade social, garantida pela Constituição de 1988, mudando de um sistema universal e solidário, que engloba benefícios sociais contributivos e não contributivos, na logicidade do pacto entre as gerações para o método da capitalização individual, com ampliação dos mercados de aposentadorias e pensões para bancos, seguradoras, administradoras de fundos e correlatos.

A elevação na idade mínima da aposentadoria e no período de contribuição compromete sobremaneira a expectativa futura de qualidade de vida no envelhecimento, em um país em que significativa parcela da sua população vivencia a informalidade, excluída do mercado formal de trabalho. Para a aposentadoria rural, as propostas incluíam desde a elevação da idade mínima de 60 anos para mulheres e comprovação tempo de atividade para 20 anos para ambos os sexos. Após análise da relatoria do texto do Governo, houve a retirada parcial do que afeta aos trabalhadores rurais, permanecendo a idade de 55 anos para mulheres e 60 para homens, porém com a elevação do tempo de trabalho mínimo de 20 anos para os homens.

Os entrevistados também demonstram preocupação com as perspectivas de futuro das políticas públicas de fortalecimento para o segmento da agricultura familiar, especialmente para os assentamentos. As atitudes já adotadas por esse governo na seara ambiental, fragilizando a proteção ao meio ambiente, o beneficiamento ao agronegócio e o silêncio diante da temática dos assentamentos gera bastante apreensão nos povos do campo, que temem que suas conquistas sejam ameaçadas, conforme ilustrado nas falas acima.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação surge problematizada com a seguinte indagação: o crédito instalação, nas modalidades apoio, fomento, habitação e semiárido, pode ser considerado um instrumento de expansão das capacidades, contribuindo para a eliminação de privações que limitam a condição de agente dos sujeitos, elevando a qualidade de vida dos beneficiários? Tem como objetivo geral analisar se o crédito instalação, nas modalidades apoio, fomento, habitação e semiárido, contribui para a eliminação das privações, expansão das capacidades e da qualidade de vida dos beneficiários.

No tocante aos objetivos específicos, definiu-se: 1) Caracterizar o Crédito Instalação, explicar como é concebido, as modalidades em que é operacionalizado bem como a destinação de cada uma delas; 2) Compreender se o acesso ao crédito contribuiu para a elevação nas condições de vida dos assentados, percebendo se houve conversão das oportunidades sociais em melhoria de vida para os beneficiários, nas variáveis moradia, acesso à água, trabalho e renda, consumo e acesso às políticas públicas de saúde e educação, no assentamento em estudo; 3) Construir Índice de Qualidade de Vida dos Assentados (IQVA), comparando as realidades antes e após o acesso às modalidades em estudo do crédito instalação.

A escolha de tal temática reafirma o interesse da pesquisadora em divulgar a experiência empírica de uma política pública pouco abordada no meio acadêmico, apesar de sua ampla magnitude para a vida dos seus beneficiários, como demonstrado no presente estudo. O crédito instalação é uma ação pública complementar à política de assentamentos rurais, sendo fundamental para a instalação das famílias após o ingresso no Programa Nacional de Reforma Agrária, atingindo, assim, o primeiro objetivo desse trabalho.

O trabalho empírico demonstrou que tal oportunidade contribui para desenvolver e ampliar as capacidades necessárias para o acesso a bens relevantes para a vida dos beneficiários a partir do que os mesmos avaliam como importante, fortalecendo o aumento da produção de alimentos, a sustentabilidade econômica, impactando na melhoria de qualidade de vida dos seus beneficiários, com justiça social.

Essa pesquisa demonstra que a oportunidade do acesso ao crédito instalação contribui na promoção e na expansão das liberdades instrumentais promotoras do desenvolvimento, corroborando para a eliminação da condição de extrema pobreza e

reduzindo à privação de capacidades vivenciada pelos entrevistados, corroborando, desse modo, para que os assentados consigam levar a vida que eles consideram dignas de se viver, expandindo capacidades para a geração de mudança social.

Os resultados permitiram conhecer muito além das variáveis de análise propostas inicialmente, aspectos que convergem, sobretudo, para as mudanças ocasionadas a partir da criação do assentamento, ocorrido 10 anos antes da realização da pesquisa em tela. Tal fato, que é um marco emancipatório na vida desses sujeitos, somado ao acesso às políticas públicas complementares, dentre elas o crédito instalação, mostram-se como estratégias importantes para o desenvolvimento, na medida em que possibilita a ampliação de determinadas liberdades e capacidades que as famílias não possuíam antes de acessarem as oportunidades sociais em tela.

Os relatos dos assentados entrevistados nos permitem compreender, portanto, que apesar de perceberem que a vida de assentado é caracterizada por problemas e desafios a serem superados – reflexo histórico da intervenção pública na questão agrária e na política de assentamentos – a transformação da fazenda Jerimum em assentamento rural foi a oportunidade dessas famílias acessarem a tranquilidade necessária para disporem de “uma vida boa”: ter uma casa melhor do que a ocupada anteriormente, ter cisterna, água encanada, energia elétrica e poder acessar bens de consumo e serviços sociais como saúde, educação e previdência social, restando comprovado, desse modo, o segundo objetivo proposto na presente investigação.

O terceiro objetivo pactuado também foi alcançado de modo positivo nesse estudo, com a construção do Índice de Qualidade de Vida dos Assentados demonstrando que houve alterações significativas entre os momentos estudados. A concessão de créditos pelo INCRA, após a desapropriação, instalando assim o projeto de assentamento Jerimum, gerou uma diferença positiva entre os dois momentos (IQVA1 e IQVA2) de 0,652, causando impactos positivos na qualidade de vida dos assentados em 614%, quando comparado à condição anterior vivenciada pelos entrevistados, nos grupos de domínios ou variáveis moradia, acesso à água, trabalho/renda, consumo (acesso a bens duráveis e não duráveis).

Quanto ao acesso à saúde, os assentados se declaram insatisfeitos, avaliando que houve poucas mudanças no atendimento de saúde das famílias, antes e após a propriedade se tornar assentamento.

Um dado que nos chamou atenção foi a aquisição de veículos (moto, carro) pela maior parte dos entrevistados, desde a criação do PA, haja vista que o acesso ao transporte próprio é uma aquisição que favorece sobremaneira à liberdade e aumento da qualidade de vida dos assentados.

Outro aspecto, esse um pouco menos tangível, mas bastante destacado nas entrevistas, foi a liberdade proporcionada a partir do ingresso na condição de assentados, de poder morar, criar e plantar em uma propriedade que já lhes pertence, de fato, e que será de direito, com a futura emissão do título de propriedade em nome dos beneficiários. Percebemos que a futura emissão do título de propriedade não gera ansiedade ou pressa nas famílias, o que pode ser compreendido pelo vínculo de pertencimento dos beneficiários à terra, por não a verem como mercadoria e sim como local de moradia, trabalho e vida, de onde não pensam em sair, sendo a titulação uma etapa sem dúvidas importante no ciclo de conquista da terra, porém secundária para os assentados no PA Jerimum, nesse momento. No modo de vida camponês, o lote de reforma agrária é percebido como terra de trabalho, como assinala Martins (1991), sem vê-la através da lógica do capital, da especulação imobiliária.

Avaliam que ainda necessitam da ação e investimento estatal para a consolidação e emancipação do assentamento, sobretudo no tocante a infraestrutura (recuperação de estradas, açudes, instalação de poços profundos e adutora), assistência técnica, apoio à comercialização e a integração aos mercados, além de reforma e ampliação das moradias. Apesar destes problemas, os próprios assentados afirmam que vivem felizes, demonstrando satisfação em estar em um assentamento, quando comparado à condição em que viviam no passado. A possibilidade de pensar no futuro, de planejar, era algo difícil de ser realizado pela instabilidade vivida por estes sujeitos na condição de reideiro da terra.

Por tais razões é que reafirmamos a ideia de Amartya Sen (2010), de que o desenvolvimento não se limita ao crescimento econômico e ampliação do acesso à renda, não desconsiderando que este seja um elemento importante para a dignidade na vida das famílias. Para o autor, a expansão das liberdades instrumentais é o principal meio para o desenvolvimento, o que se constata ter ocorrido a partir da instalação do assentamento, quando essas famílias ampliaram a sua liberdade de criar e trabalhar para si, gerando essa facilidade econômica mesmo que ainda insuficiente para o atendimento de todas as necessidades dos núcleos familiares. A

liberdade política é outro aspecto impactado positivamente ao deixarem de ser influenciados pelo patrão, historicamente ligado às elites locais, na escolha dos representantes.

A pesquisa alcançou o objetivo geral proposto, concluindo que o acesso às modalidades estudadas do crédito instalação contribui para a eliminação das privações, expansão das capacidades e da qualidade de vida dos beneficiários, impactando na vida dos entrevistados para além da soma das finalidades específicas de cada crédito concedido, removendo restrições e ampliando a liberdade dos sujeitos, principal objetivo do desenvolvimento, conforme defende Sen (2010). Sinaliza também com inquietações dos usuários diante da conjuntura política e econômica do país, que aponta para retrocessos nas árduas conquistas obtidas pelos agricultores familiares no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão n 702, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, 2000.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos Íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: EUFC, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ARAÚJO, Liana Brito de Castro Araújo. **Sociabilidade no assentamento rural de Santana-Ce. Terra e trabalho na construção do ser social, 2006**. Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará/UFC, Fortaleza, 2006.

ARAÚJO, Liana Brito de Castro Araújo. **Questão Urbana e Rural: Para uns terra é chão, para outros é vida**. Painel apresentado no Seminário de Serviço Social e Meio Ambiente, Universidade Estadual do Ceará, 2010.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. **O Engodo do Novo Mundo Rural: reflexões a partir de Canindé- Ce**. 2003. Tese. (Doutorado em Sociologia). Curso de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará/UFC, Fortaleza-Ce, 2003.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. O Estado Brasileiro e a Reforma Agrária: 1964 - 2002. **Revista Políticas Públicas e Sociedade**, 2005.

BERGAMASCO, Sonia Maria. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Serie Princípios).

BEZERRA, Josué Alencar. **A cidade e região de Pau dos Ferros: por uma geografia da distância em uma rede urbana interiorizada**. 429 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global - 2 ed.** – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BUAINAIN, A.; PIRES, D. **Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil**. Brasília: INCRA.2003, 47p. Disponível em: <http://www.abda.com.br/texto/antoniobuainain.pdf>. Acesso em 15/01/18

CARNEIRO, Fernando Ferreira; KREFTA, Noemi Margarida; FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. **A Práxis da Ecologia dos Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos**. Tempus, actas de saúde colet, Brasília, 2014. Disponível em: <http://tempusacta.unb.br/article/download/1530/1289>. Acessado em 16/07/18.

BRASIL. Decreto n. 9424, de 26 de junho de 2018. Concessão de Crédito Instalação aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agraria, Brasília, DF, jun 2018. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/594462369/decreto-9424-18> Acesso em 10/09/18.

Plano Brasil Sem Miséria, 2011.

Política Nacional Assistência Técnica e Extensão Rural, Novembro de 2007.

Lei 12.188/2010, de 11 de Janeiro de 2010a.

Política de Desenvolvimento do Brasil Rural. CONDRAF, 2010b.

Censo IBGE, 2010c.

I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Documento final, 2008.

II Plano Nacional de Reforma Agrária - Paz, Produção e Qualidade de Vida, 2003.

Estatuto da terra. Lei 4.504, de 30 de Novembro de 1964.

Norma de Execução INCRA Nº 79, de 26 de Dezembro de 2008. Estabelece o fluxo operacional dos Créditos de Instalação no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária.

Pesquisa sobre qualidade de vida, produção e renda nos assentamentos de reforma agrária do Brasil. Brasília: INCRA, 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Campesinato e a democratização da renda e da riqueza no campo**. Curitiba, 2005 (Texto).

CARVALHO, Nayara César de Carvalho. **A vida dos trabalhadores rurais sem terra após a conquista da terra**: um estudo do assentamento Irapuã de Cima em Crateús/Ce. 2010. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. **Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste**. Disponível

em:<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomicas/Geografiadelapblacion/08.pdf>, 2001. Acessado em 05/06/2014.

CARNEIRO, Maria José; PALM, Juliano Luis; ALVARENGA, Andre Costa. Informando política pública: uma revisão bibliográfica sobre Pronaf e qualidade de vida (2006-2013). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro, Brasília, p. 108-130,2017. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf<www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/agricultura%20familiar_web_leve.pdf>.Acesso em: 15 out. 2018.Geografiadelapblacion/08.pdf Acessado em 05/06/2014.

CESTILLE, Jovana Aparecida. **Assentamentos Rurais e o Serviço Social: Refletindo sobre as possibilidades de atuação profissional.** 1999. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social. Universidade Estadual de Londrina, 1999.

COUTO, Andréia Terzariol. **Produção familiar e estratégias de reprodução social em assentamentos rurais.** 1999. Campinas, SP. Tese de doutorado em Engenharia Agrícola, UNICAMP, 1999.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos).

DEMIER, F.; DURIGUETTO, Maria Lucia. Democracia Blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n.2, p. 8-19, maio/ago, 2017.

DUARTE, Kamilla Alves. Serviço Social e Questão Agrária: apontamentos acerca da questão social no campo brasileiro. **Temporalis**. Brasília(DF), ano 15, n.30, p. 307-333, jul./dez.2015.

FELÍCIO, Munir Jorge. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Revista de Geografia**. Londrina, v. 15, n. 1, p. 205-219, jan./jun. 2006. Disponível em: < www.uel.br/revistas/geografia/v15n1digital/artigo12.pdf > Acesso em: 15 out. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST – São Paulo**, Cortez, 2001. – (Coleção questões da Nossa época; v.92).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FURTADO, Celso. **Brasil, a construção interrompida.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI, E.P. Conflitualidade da questão agrária brasileira. In: FERNANDES, B. M.; PEREIRA, J.M.M.(Org). **Desenvolvimento territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

GOIS, G.B. et al. **A questão agrária como expressão da questão social e o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nos assentamentos rurais.** Disponível em

<<http://eventos.ufersa.edu.br/index.php/sdh/sdh2013/paper/viewFile/21/18>>. Acesso em 20 de março de 2019.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. 6 ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, Rogério. As Armadilhas do Território. In: SILVA, José Bozarcchiello da; SILVA, Cicero Nilton Moreira da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Território**: modo de pensar e usar. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original la production de l'espace. 4 ed. Paris: Edition Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

LIMA JUNIOR, Francisco do O' de. **SUDENE e forças sociais nordestinas. Crato (CE)**: RDS, 2014.

MARTINEZ, Paulo. **Direitos de cidadania**: um lugar ao sol. São Paulo: Scipione, 1996.

MARTINS, Geraldo Inácio; SOUZA, Angela Fagna Gomes de. A relação campo e cidade: Novas urbanidades e ruralidades, definições e (re) definições. **Revista Online Caminhos de Geografia**, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: A questão política no campo. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, Mônica Dias(Organização). **O banco Mundial e a terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

MATTEI, Lauro (org.). **A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo**. – Florianópolis: Insular, 2013.

MIRANDA, Aurora Amélia de Brito de. **De arrendatários a Proprietários**: Formas de Sociabilidade nos assentamentos rurais. São Luis: Eudfma, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em saúde. São Paulo:Hucitec, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORRISON, Chandra E.F. A seca, o semiárido, e o pequeno agricultor em Canindé, Ceará. In TADDEI, Renzo e GAMBOGGI, Ana Laura (Orgs). **DEPOIS QUE A CHUVA NÃO VEIO** Respostas sociais às secas no Nordeste, na Amazônia e no Sul do Brasil. Fortaleza: FUNCEME, 2010.

NETO, José Ambrósio Ferreira, DOULA, Sheila Maria. **Assentamentos Rurais:** Organização, Mobilização e Imaginário Social. Visconde do Rio Branco, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo de, MARTINS, Horácio. Cartilha: **Agricultura brasileira:** Tendências, perspectivas e correlações de forças sociais. Via Campesina, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião:** Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 6 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco – 1.ed., 4 reimp – São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

PEREIRA, Isabele Aparecida Gomes. **Assentamentos rurais e qualidade de vida:** um estudo de caso no PA Santa Verônica – Município de Damião/PB. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2013.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O modelo de reforma agrária e mercado do Banco Mundial em questão:** o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados. Dissertação (Curso de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2004.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução de Maria Cecilia França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. “ Quem sabe faz a hora”: Análise das estratégias de reprodução camponesa em áreas de assentamentos na Paraíba e no Ceará. São Paulo. **Anais** do Encontro de geógrafos da América Latina, 2005.

RUA, João. **A resignificação do rural e as relações cidade-campo:** Uma contribuição geográfica. Rio de Janeiro: Revista da ANPEGE, v.2, n. 02, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Boaventura. [org.] **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** espaço e tempo: ação e emoção 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SCHUBERT, Maycon; SCHNEIDER, Sergio. Construção social de mercados e as tendências de consumo: o caso do Pavilhão da Agricultura Familiar da EXPOINTER (RS). **Ciências Sociais Unisinos**, vol.52, num. 3, septiembre-diciembre, 2016, pp. 373-382. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Cicero Nilton Moreira da; BEZERRA, Josué Alencar. Desenvolvimento e Território: Usos e coexistências entre o rural e o urbano interiorizado. In: SILVA, José Bozarcchiello da; SILVA, Cicero Nilton Moreira da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: Edições UFC, 2016(a).

SILVA, José Bozarcchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. De nordeste e de cidade no território de semiáridéz. In: SILVA, José Bozarcchiello da; SILVA, Cicero Nilton Moreira da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: Edições UFC, 2016(b).

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001. - (coleção primeiros passos).

SOUSA, Junia Marise de. **Do acampamento ao assentamento: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe**. 368f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Campus São Cristóvão – Sergipe, 2009.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal, do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola; LIMA, Luiz Cruz. Tensionalidades, tensões e movimentos socioterritoriais no estado do Ceará. In: SILVA, José Bozarcchiello da; SILVA, Cicero Nilton Moreira da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

VEIGA, José Eli. **O que é Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

VIEIRA, Camila Benjamin. **O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica**. 128f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, n.15, p. 87-145, out. 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 2003.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
 CAMPUS AVANÇADO PROFª. MARIA ELISA DE A. MAIA – CAMEAM
 Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido PLANDITES
 Curso de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido
 BR – 405, Km – 153 – Bairro A r i z o n a, C E P 5 9 9 0 0 - 0 0 0, Pau dos Ferros-RN.
 Fone: (84) 3351 – 2560 - Fax: (84) 3351 – 3909
 Home page: <http://propeg.uern.br/plandites> - E-mail: plandites@mestrado.uern.br



APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa “**O CRÉDITO INSTALAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA DOS ASSENTADOS NO SEMIÁRIDO CEARENSE: O CASO DO ASSENTAMENTO JERIMUM, LOCALIZADO EM CANINDÉ/CE**” coordenada pela Mestranda Verônica de Fátima Fernandes Barbosa e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido ao seguinte procedimento: responder a uma entrevista, cuja responsabilidade de aplicação é de Verônica de Fátima Fernandes Barbosa, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), curso do Campus Avançado “Prof.ª Maria Elisa de A. Maia”, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. As informações coletadas serão discutidas na Dissertação que tem a finalidade de conceder o título de Mestre à Verônica de Fátima Fernandes Barbosa.

Essa pesquisa tem como objetivo geral: “Analisar o crédito instalação, nas modalidades apoio, fomento, habitação e semiárido, como um dos instrumentos para a eliminação de privações, expansão das capacidades e da qualidade de vida dos beneficiários”. E como objetivos específicos:

- Construir um Índice de Qualidade de Vida dos Assentados (IQVA), comparando as realidades antes e após o acesso às modalidades em estudo do crédito instalação;
- Compreender como os beneficiários entendem qualidade de vida e se o acesso ao crédito contribuiu para a elevação em suas condições de vida,
- Perceber se houve conversão das oportunidades sociais em melhoria de vida para os beneficiários;

O benefício desta pesquisa é a possibilidade de contribuir para o debate em torno das políticas de desenvolvimento rural no país, ampliar os estudos políticas públicas destinadas a assentamentos rurais e conhecer, através de um estudo de caso, o impacto dessas oportunidades sociais na qualidade de vida dos beneficiários.

Os riscos envolvidos com a sua participação são mínimos, tais como constrangimento e desconforto durante a aplicação das entrevistas, minimizados com a aplicação das mesmas em uma local adequado, previamente reservado. Com relação a aplicação da intervenção, será de fácil execução, com base na experiência da família no acesso ao crédito instalação, não apresentando risco de lesões ou qualquer dano.

Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a pesquisadora Verônica de Fátima Fernandes Barbosa aplicará a entrevista e somente ela poderá manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta a vontade para responder aos questionários e Anuência das Instituições de ensino para a realização da pesquisa.

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados em CD-ROM e caixa arquivo, guardada por no mínimo cinco anos em pastas arquivadas em armário fechado na sala do PLANDITES, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Francisco do O' de Lima Junior

Pág. 01/02

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para a pesquisadora Verônica de Fátima Fernandes Barbosa, do Estado do Rio Grande do Norte/RN, Campus Avançado “Prof.^a Maria Elisa de A. Maia”, no endereço BR 405, Km 03, Arizona, 59.900-000 – Pau dos Ferros– RN. Tel.(85) 99662-5886. Dúvidas a respeito da ética desta pesquisa poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN)** - Campus Universitário Central - Centro de Convivência. BR 110, KM 48 Rua: Prof. Antonio Campos, S/N, Costa e Silva.Tel: (84) 3312-7032. e-mail: cep@uern.br / CEP 59.610-090.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar dano – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade da pesquisadora Verônica de Fátima Fernandes Barbosa.

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

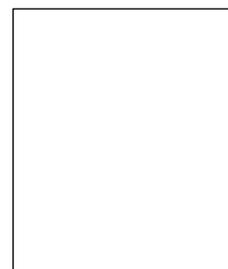
Consentimento Livre

Concordo em participar desta pesquisa “**O CRÉDITO INSTALAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA DOS ASSENTADOS NO SEMIÁRIDO CEARENSE: O CASO DO ASSENTAMENTO JERIMUM, LOCALIZADO EM CANINDÉ/CE**”. Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido (a) e dos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Canindé-CE, ____/____/____.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante



Verônica de Fátima Fernandes Barbosa (Pesquisadora Responsável) - Aluna do Curso de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus “Prof.^a Maria Elisa de A. Maia”, no endereço BR 405, Km 03, Arizona, 59.900-000 – Pau dos Ferros– RN. Tel. (85) 99662-5886.

Prof. Dr. Francisco do O' de Lima Junior (Orientador da Pesquisa) - Curso de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus “Prof.^a Maria Elisa de A. Maia”, no endereço BR 405, Km 03, Arizona, 59.900-000 – Pau dos Ferros– RN. Tel. (84) 99835-8250.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN) -Campus Universitário Central - Centro de Convivência. BR 110, KM 48 Rua: Prof. Antonio Campos, S/N, Costa e Silva.Tel: (84) 3312-7032.

e-mail: cep@uern.br / CEP 59.610-090.

APÊNDICE II ROTEIRO DE ENTREVISTA

A. Dados sobre a unidade familiar

Código Identificador:

Perfil dos componentes do Núcleo Familiar

Código	Parentesco	Idade	Escolaridade	Ocupação	Renda

Mora há quanto tempo no PA: () nasceu na propriedade () morava antes de ser assentamento () + 5 anos () + 10 anos () – 5 anos

É proveniente de que local?

() morava na vizinhança do PA () zona urbana do município () zona rural do município

() zona urbana de outro município () zona rural de outro município

Tem familiares no PA?

() sim () não

O que lhe motivou a morar no PA ?

() família () oportunidade de trabalho () é o lugar de origem () oportunidade de melhoria de vida () oportunidade de ter uma casa

() outros motivos: _____

Variável Moradia

Condições de habitação (antes e depois do acesso ao crédito):

Antes da oportunidade do crédito, você:

() morava em casa de taipa que não atendia às necessidades

() morava em casa de alvenaria que não atendia às necessidades

- morava em casa de alvenaria que atendia às necessidades
- morava em casa de alvenaria com sistema de tratamento de dejetos que atendia às necessidades

Como você classificava sua satisfação em relação à sua moradia?

- baixa média alta

Com a oportunidade de acessar ao crédito, você:

- mora em casa de taipa que não atende às necessidades
- mora em casa de alvenaria que não atende às necessidades
- mora em casa de alvenaria que atende às necessidades
- mora em casa de alvenaria com sistema de tratamento de dejetos que atende às necessidades

Como você classifica sua satisfação em relação a sua moradia?

- baixa média alta

Variável acesso a água

Antes da oportunidade ao crédito, você:

- Acessava através de carro pipa, açude, sem água encanada no domicílio
- Acessava através de cisterna de placas, sem água encanada no domicílio
- Acessava através de poço profundo, adutora, com água encanada no domicílio
- Acessava através de mais de uma fonte, com água encanada no domicílio

Horas dedicadas semanalmente e por membro para a garantia da segurança hídrica da família, antes do acesso ao crédito:

- Mais de 4 horas despendidas
- De 2 a 4 horas despendidas
- De 0 a 2 horas hora despendidas
- Nenhuma hora despendida

Como você classificava sua satisfação em relação ao acesso à água?

- baixa média alta

Com a oportunidade de acessar ao crédito, você:

- Acesso através de carro pipa, açude, sem água encanada no domicílio
- Acesso através de cisterna de placas, sem água encanada no domicílio
- Acesso através de poço profundo, adutora, com água encanada no domicílio
- Acesso através de mais de uma fonte, com água encanada no domicílio

Horas dedicadas semanalmente e por membro para a garantia da segurança hídrica da família, após o acesso ao crédito:

- Nenhuma hora despendida
- De 0 a 2 horas hora despendidas
- De 2 a 4 horas despendidas
- Mais de 4 horas despendidas

Como você classifica sua satisfação em relação ao acesso à água?

- baixa média alta

Variável trabalho e renda

Como eram as condições de trabalho e renda antes da oportunidade do crédito?

- Não havia trabalho nem renda
- Renda proveniente somente de aposentadoria ou benefício social insuficiente
- Havia trabalho, mas com renda insuficiente
- Havia trabalho, com renda suficiente

Quanto a procedência da renda antes da oportunidade do crédito?

- Não relacionados a atividade agropecuária
- Relacionados apenas a atividade agropecuária, sem venda direta ao consumidor
- Relacionados apenas a atividade agropecuária, com venda direta ao consumidor
- Combina atividades agrícolas e não agrícolas pelos membros da família (qual quais? _____)

Quanto a bens relacionados as atividades agropecuárias antes da oportunidade do crédito?

- Carrinho de mão chibanca foice
- ovelha, cabra galinha porco gado

Capineira Apiário Pocilgas Curral Cercas nas áreas de plantio e pasto

Como você classificava sua satisfação em relação ao trabalho e renda antes do acesso ao crédito?

baixa média alta

Como eram as condições de trabalho e renda após a oportunidade do crédito?

- Não havia trabalho nem renda
 Renda proveniente somente de aposentadoria ou benefício social insuficiente
 Havia trabalho, mas com renda insuficiente
 Havia trabalho, com renda suficiente

Quanto a procedência da renda após a oportunidade do crédito?

- Não relacionados à atividade agropecuária
 Relacionados apenas à atividade agropecuária, sem venda direta ao consumidor
 Relacionados apenas à atividade agropecuária, com venda direta ao consumidor
 Combina atividades agrícolas e não agrícolas pelos membros da família (qual quais?)

_____)

Quanto a bens relacionados as atividades agropecuárias após a oportunidade do crédito?

- Carrinho de mão chibanca foice
 ovelha, cabra galinha porco gado
 Capineira Apiário Pocilgas Curral Cercas nas áreas de plantio e pasto

Como você classificava sua satisfação em relação às condições de trabalho e renda após a oportunidade do crédito?

baixa média alta

Variável Consumo (acesso a bens duráveis e não duráveis)

Antes do acesso ao crédito, quais dos itens possuía:

1. Fogão Geladeira ventilador radio
2. Celular aparelho de som televisão antena parabólica, DVD
 Microondas Máquina de Lavar roupas computador
3. bicicleta moto carro

Como você classifica sua satisfação em relação a aquisição de bens e consumo?

- baixa média alta

Após acesso ao crédito, quais dos itens possuía:

1. Fogão Geladeira ventilador radio
2. Celular aparelho de som televisão antena parabólica, DVD
 Microondas Máquina de Lavar roupas computador
3. bicicleta moto carro

Como você classifica sua satisfação em relação a aquisição de bens e consumo?

- baixa média alta

Variável acesso às políticas públicas de saúde e educação

Que tipo de atendimento de saúde você tinha antes do crédito:

- Não tinha atendimento
- Agente de Saúde no local de moradia
- PSF no distrito
- PSF no assentamento
- Hospital na sede do município

Como você classifica sua satisfação em relação ao acesso à saúde?

- baixa média alta

Que tipo de atendimento de saúde você tinha após o crédito:

- Não tinha atendimento
- Agente de Saúde no local de moradia
- PSF no distrito
- PSF no assentamento

Hospital na sede do município

Como você classifica sua satisfação em relação ao acesso a saúde?

baixa média alta

Que tipo de atendimento de educação você ou membro da família tinha antes do crédito:

Não tinha atendimento

Frequentava na sede do município, com transporte escolar

Frequentava na sede do município, sem transporte escolar

Frequentava no distrito, com transporte escolar

Frequentava no distrito, sem transporte escolar

Frequentava no assentamento

Como você classifica sua satisfação em relação ao acesso à educação?

baixa média alta

Que tipo de atendimento de educação você ou membro da família tinha após acesso ao crédito:

Não tinha atendimento

Frequentava na sede do município, com transporte escolar

Frequentava na sede do município, sem transporte escolar

Frequentava no distrito, com transporte escolar

Frequentava no distrito, sem transporte escolar

Frequentava no assentamento

Como você classifica sua satisfação em relação ao acesso à educação ?

baixa média alta

Variável participação social e acesso a equipamentos comunitários, de lazer e cidadania

Antes do acesso ao crédito:

Ninguém da família frequenta tais equipamentos

Às vezes frequenta na sede do município

Às vezes frequenta no assentamento

() Sempre freqüenta no assentamento

Como você classificava sua satisfação em relação à participação social e acesso a equipamentos comunitários, de lazer e cidadania, antes do acesso ao crédito?

() baixa () média () alta

Após o acesso ao crédito:

() Ninguém da família freqüenta tais equipamentos

() Às vezes freqüenta na sede do município

() Às vezes freqüenta no assentamento

() Sempre freqüenta no assentamento

Como você classificava sua satisfação em relação à participação social e acesso a equipamentos comunitários, de lazer e cidadania, após o acesso ao crédito?

() baixa () média () alta

Considera que houve melhoria nas condições de vida após o acesso ao crédito instalação

() sim () não

Se sim, em que medida melhorou a sua condição de vida? _____

Já pensou em deixar o assentamento?

() sim () não

Por quê? E o que o faz permanecer?

Quais as principais dificuldades encontradas no cotidiano de um assentamento?